



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável: as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais

Mariann Tóth

Dissertação de Mestrado

Brasília DF, julho de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável: as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais

Mariann Tóth

Orientador: Frédéric Mertens

Dissertação de mestrado

Brasília DF, julho de 2012

Tóth, Mariann.

Desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável – as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais / Mariann Tóth; orientador Frédéric Mertens. Brasília, 2012.

102 p. il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável,
Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2012.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e empresar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Mariann Tóth

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável: as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais

Mariann Tóth

Dissertação de mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Gestão e Educação Ambiental

Aprovado por:

Frédéric Mertens, Doutor (CDS - Universidade de Brasília)

(Orientador)

Doris Aleida Villamizar Sayago, Doutora (CDS - Universidade de Brasília)

(Examinadora Interna)

Dione Oliveira Moura, Doutora (FAC- Universidade de Brasília)

(Examinadora Externa)

Brasília-DF, julho de 2012.

Luának és Lillának, pici angyalaimnak

AGRADECIMENTOS

Muita gente especial me apoiou durante os últimos dois anos de elaboração desta dissertação de mestrado. Sou imensamente grata ao Universo por ter pessoas tão queridas ao meu redor. Listar todas elas seria impossível neste espaço tão curto, porém, gostaria de destacar algumas figuras, seres especiais, com as quais tenho a honra de dividir esta aventura maravilhosa, chamada VIDA. Agradeço, portanto,

À minha mãe, Márta e ao meu pai, Gábor, que mesmo a milhares de quilômetros de distância estão sempre tão presentes em minha vida. Agradeço pelo apoio incondicional, pela confiança e pela torcida constante.

À minha sogra, Wanda, pelo carinho e por todo o apoio durante todo esse tempo.

Ao professor Frédéric Mertens, meu orientador, pela sabedoria compartilhada, pela paciência e pelo bom humor.

Aos amigos da John Snow Brasil pelo incentivo.

Aos colegas do CDS, por dividir suas angústias científicas e existenciais.

Aos professores do CDS pelos conhecimentos compartilhados.

À professora Fátima Makiuchi, por compartilhar sua sabedoria e sua paixão pela questão ambiental, pela poesia e pela arte.

À equipe do Cerrado em Pauta, pela mobilização e por sua dedicação.

À Nani, pelo otimismo e por cuidar das minhas meninas e de mim, quando mais precisava.

À Jayita pelas dicas valiosas e por sua amizade eterna.

À Carla por me ajudar a tomar decisões tão importantes.

À Zélia, pela escuta atenciosa e pela orientação para me compreender cada vez mais.

Ao Sorriso, meu amado Luiz Gatto, por toda sua paciência, sua bondade, suas críticas severas e por estar ao meu lado sempre com tanta dedicação, paixão e presença de espírito.

À Luana e à Lilla, minhas duas pequenas princesas, que lidaram tão bem com as ausências e a correria da mamãe.

E, por fim, a essa força interna permeada pelo amor, por me guiar com esperança e fé nesta bela jornada chamada existência.

Agradeço hoje e sempre.

Köszönöm szépen, most és örökké.

RESUMO

A participação social tem sido vista como condição essencial para a legitimação e a efetivação de ações propositivas relacionadas às problemáticas socioambientais. Diversas práticas de promoção da participação social têm sido implementadas no âmbito das ações de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, os processos participativos têm apresentado limitações relacionadas às relações de poder desiguais entre os atores sociais; aos limites da expressão de suas demandas; à desmotivação para participação; e aos limites dos espaços tradicionais de participação. Esta dissertação apresenta as principais críticas feitas às práticas participativas realizadas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, e discute duas propostas emergentes que podem nortear a proposição de estratégias com vistas a promover a participação social: o campo da Educomunicação e a perspectiva de atuação em redes sociais. O trabalho faz uma análise comparativa de quatro projetos de Educomunicação realizados no Brasil para verificar em que medida os processos educacionais conseguem promover relações mais homogêneas de poder; aumentar o coeficiente de expressão dos participantes; motivar a população para participação; e formular novos espaços de participação. Conclui-se que a Educomunicação apresenta potencial significativo para a promoção de novos espaços de participação social e a ampliação do potencial de expressão de demandas sociais e ambientais, no entanto, suas ações apresentam limitações com relação à manutenção de relações de poder mais homogêneas e a motivação continuada da população. A dissertação também analisa a proposta da atuação em redes sociais como espaço alternativo de participação social. O trabalho analisa o caso de uma rede social virtual, a Rede Cerrado em Pauta, resultado da mobilização de atores sociais do Distrito Federal em torno de intervenções educacionais para responder problemáticas do Cerrado. O trabalho analisa as relações de horizontalidade entre os atores da Rede referentes à distribuição equitativa de sua participação, e a sustentabilidade da Rede referente à manutenção de sua função de rede, independente de flutuações internas e externas. A Rede é estudada por meio da Análise de Redes Sociais e por meio da análise quantitativa das mensagens enviadas, das discussões iniciadas e das respostas recebidas por 102 atores ao longo de um estudo longitudinal de 21 meses. Conclui-se que a atuação em rede social não garante necessariamente a promoção de relações de poder homogêneas, nem a interação continuada entre os atores. As discussões finais da dissertação contribuem para a reflexão sobre o papel das novas tecnologias para o desenho de espaços inovadores de participação social, para a ampliação das formas de expressão, e para a mobilização social para a participação social em questões socioambientais.

Palavras-chave: participação social, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Educomunicação, redes sociais, Cerrado, Cerrado em Pauta, Rede Cerrado em Pauta, Distrito Federal

ABSTRACT

Social participation has been seen as an essential condition for the legitimacy and effectiveness of actions related to social and environmental issues. Several practices that promote social participation have been implemented within the framework of Sustainable Development. However, participatory processes have shown limitations related to unequal power relations among social actors, the limits of expression of their demands, the lack of motivation for participation, and the limits of the traditional spaces of participation. This paper presents the main criticisms of the participatory practices carried out under Sustainable Development, and discusses two emerging proposals that can underpin the proposition of strategies in order to promote social participation: the field of Educommunication and the perspective of social networks. The paper makes a comparative analysis among four Educommunication projects performed in Brazil to verify the to which extent educommunicative processes can promote more homogeneous relations of power, increase the ratio of expression of the participants, motivate the population to participate, and make new spaces for participation. It is concluded that Educommunication presents significant potential for the promotion of new spaces of social participation and also presents innovative ways of expressing social and environmental demands. However, its actions have limitations with regard to maintenance of more homogeneous power relations and continuous motivation of the population. The paper also presents the proposals of social networks as alternative to create new spaces for social participation. The study examines the case of a virtual social network, the Rede Cerrado em Pauta. The Rede results of the mobilization of social actors in the Federal District of Brazil around educommunicative interventions that aim to address the problems of the local biome, the Cerrado. The paper analyzes the horizontality of the relationships between actors of the Rede regarding equitable distribution of their participation, and the sustainability of the Rede on the maintenance of its function as a network, independently of internal and external fluctuations. The study of the Rede is performed by means of quantitative analysis of sent messages, new discussions, and received answers by 102 actors along a longitudinal study of 21 months. It is concluded that acting in social network does not necessarily guarantee the promotion of homogeneous relations of power, nor the continuous interaction among the actors. The final discussions of the dissertation contribute to the debate about the role of new technologies regarding the design of innovative spaces for social participation, the expansion of forms of expression, and the social mobilization to participate in environmental issues.

Keywords: social participation, Sustainable Development, Environmental Education, Educommunication, social networks, Cerrado, Projeto Cerrado em Pauta, Rede Cerrado em Pauta, Brazil, Federal District

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 3.

- Figura 1. Linha do tempo do Projeto Cerrado em Pauta p. 69.
- Figura 2. Apresentação gráfica do padrão de relações dos 102 atores da Rede Cerrado em Pauta p. 80.
- Figura 3. Apresentação gráfica do padrão de interações dos atores da Rede, por cidades p.81.
- Figura 4. Evolução do número total de mensagens enviadas por trimestre p.82.
- Figura 5. Evolução das respostas recebidas por coordenadores e por multiplicadores, por trimestre p.83.
- Figura 6. Linha do tempo do Projeto Cerrado em Pauta e das interações na Rede Cerrado em Pauta p.86.

LISTA DE TABELAS

Capítulo 3.

- Tabela 1- Porcentagem das categorias dos 102 atores de acordo com sua função e cidade de atuação no Projeto Cerrado em Pauta p. 70.
- Tabela 2- Porcentagem de mensagens enviadas, discussões iniciadas, respostas recebidas e respostas enviadas, por categoria de atores e por cidades p.72.
- Tabela 3- Distribuição de respostas recebidas pelos grupos p. 77.

LISTA DE QUADROS

Capítulo 2.

Quadro 1 - Apresentação dos projetos de Educomunicação analisados	p.44.
Quadro 2 - Propostas e limitações dos projetos de Educomunicação analisados	p.53-54.

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 3.

Gráfico 1 - Distribuição do número de mensagens enviadas	p.73
Gráfico 2 - Distribuição do número de mensagens enviadas pelos coordenadores	p.74.
Gráfico 3 - Distribuição do número de mensagens enviadas pelos multiplicadores	p.74.
Gráfico 4 - Distribuição das discussões iniciadas	p.75.
Gráfico 5 - Distribuição das discussões iniciadas por coordenadores	p.76.
Gráfico 6 - Distribuição das discussões iniciadas por multiplicadores	p.76.
Gráfico 7 - Distribuição de respostas recebidas pelos atores	p.78.
Gráfico 8 - Distribuição de respostas recebidas pelos coordenadores	p.79.
Gráfico 9 - Distribuição de respostas recebidas pelos multiplicadores	p.79.

LISTA DE SIGLAS

ANDI – Agência Nacional dos Direito da Infância

ARS – Análise de Redes Sociais

CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável

DF – Distrito Federal

EA – Educação Ambiental

MMA – Ministério do Meio Ambiente

ONG – Organização Não-Governamental

PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPP – Projeto Político Pedagógico

ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. DESAFIOS E CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	20
1.1 INTRODUÇÃO	20
1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS SOCIOAMBIENTAIS: UM PROCESSO CONTRADITÓRIO	22
1.3 AS QUATRO LIMITAÇÕES PRINCIPAIS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	28
1.3.1 Relações de poder desiguais na participação social	28
1.3.2 Limitações da expressão na participação social	31
1.3.3 Desmotivação para a participação social	32
1.3.4 As limitações dos espaços tradicionais de participação social	34
CAPÍTULO 2. NOVOS ESPAÇOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO	37
2.1 INTRODUÇÃO	37
2.2 EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO DE INTERVENÇÃO SOCIAL CRÍTICA	38
2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO AOS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL	45
2.3.1 As contribuições da Educomunicação para a promoção de relações de poder mais homogêneas	45
2.3.2 As contribuições da Educomunicação para o aumento da expressão nas ações de participação social	46
2.3.3 As contribuições da Educomunicação para a motivação à participação social	48
2.3.4 As contribuições da Educomunicação para a criação de espaços inovadores de participação social	50
2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS E AS LIMITAÇÕES DOS PROJETOS DE EDUCOMUNICAÇÃO ANALISADOS	52
CAPÍTULO 3. NOVOS ESPAÇOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DA ATUAÇÃO EM REDES SOCIAIS	58
3.1 INTRODUÇÃO	58
3.2 A DIVERSIDADE DE CONCEPÇÕES E DE ATUAÇÃO DAS REDES SOCIAIS	59
3.3 OS LIMITES DA HORIZONTALIDADE NAS REDES SOCIAIS	63
3.4 OS LIMITES DA SUSTENTABILIDADE DAS REDES SOCIAIS	64
3.5 A HORIZONTALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DAS REDES SOCIAIS NA PRÁTICA	66
3.6 ESTUDO DE CASO: A REDE CERRADO EM PAUTA	67
3.6.1 O Projeto Cerrado em Pauta e a criação da Rede Cerrado em Pauta	67
3.6.2 Metodologia da análise da Rede Cerrado em Pauta	69
3.6.3 Análises da horizontalidade e da sustentabilidade da Rede Cerrado em Pauta	70
3.6.3.1 Análise da horizontalidade da Rede Cerrado em Pauta	71
3.6.3.2 Análise da sustentabilidade da Rede Cerrado em Pauta	82
3.6.4 Discussões sobre a Rede Cerrado em Pauta	84
CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	92

INTRODUÇÃO

O Desenvolvimento Sustentável apresenta uma série de desafios relacionados à diversidade de interesses dos atores afetados pelas questões socioambientais. Seus pressupostos tangenciam múltiplos aspectos da vida social e representam uma nova forma de agir no mundo, na medida em que propõem a revisão das atitudes relacionadas aos processos produtivos, ao consumo, às políticas ambientais e às práticas educativas. As problemáticas que permeiam o Desenvolvimento Sustentável apresentam alcance internacional e imediato, no entanto, ainda são percebidos como fenômenos distantes do cotidiano da população. Reverter essa situação requer o envolvimento constante das pessoas em assuntos socioambientais por meio de sua participação social em espaços públicos para que, de fato, adquiram conhecimentos sobre diversas possibilidades de atuação sustentáveis e para que intervenham ativamente na gestão dos recursos naturais.

A participação social é entendida aqui como processo resultante do engajamento de indivíduos e organizações em ações coletivas e em espaços públicos socioambientais com intuito de intervir em ações desenhadas para alcançar maior equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental da vida humana. A participação social é considerada um direito social, elemento indissociável da democracia, que se manifesta e se exerce a partir de espaços e meios de expressão política. Apesar de ser um direito, a participação é resultado da motivação pessoal e depende de fatores educacionais, culturais e individuais de acordo com o contexto cultural, político e econômico.

Embora exista uma multiplicidade de possibilidades de os atores sociais se envolverem nos processos sociais, políticos e ambientais que os afetam, a participação social raramente acontece em seu potencial pleno. Ela tem sido limitada devido a quatro fatores principais: a existência de relações de poder desiguais entre os participantes, limitações na expressão de suas demandas e interesses, desmotivação acerca dos processos participativos, e limitações dos espaços tradicionais de participação. Frente a tudo isso emergem novas possibilidades de atuação social que promovem maior engajamento das populações nas questões socioambientais. Essas propostas atuam, a princípio, por meio da promoção de relações mais horizontais, e da promoção do diálogo e da sustentabilidade das interações sociais. Verificar a aplicação prática dessas propostas pode contribuir com o mapeamento e a reflexão sobre novos formatos possíveis de participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável.

Esta dissertação parte do pressuposto de que a participação social em espaços públicos socioambientais é condição essencial para o fortalecimento do engajamento da sociedade civil em questões relacionadas ao Desenvolvimento Sustentável. Pretende-se compreender os motivos pelos quais a participação social não acontece em sua forma plena e, para isso, analisa, a partir de uma perspectiva crítica, os fatores principais que limitam a participação social em processos de Desenvolvimento Sustentável.

O trabalho apresenta duas perspectivas possíveis de atuação que se propõem a fomentar o engajamento coletivo em questões socioambientais: a Educomunicação e a atuação em redes sociais. Entende-se por Educomunicação uma área de intervenção social que, por meio do diálogo entre Comunicação e Educação, possibilita a promoção de espaços inovadores de participação e de expressão crítica das demandas e das necessidades sociais e ambientais das populações. As redes sociais, por sua vez, são consideradas sistemas fluidos de interação e de participação social multidirecionais que permitem trocas dialógicas entre atores sociais mobilizados em torno de objetivos coletivos.

A dissertação tem como objetivo analisar de que forma os conceitos e as aplicações práticas da Educomunicação podem responder aos desafios da participação social, e de que forma a atuação em redes sociais promove ou não interações horizontais e sustentáveis que respondam aos desafios da participação social. A partir da investigação das bases conceituais da Educomunicação e das redes sociais, a aplicabilidade prática das propostas apresentadas são verificadas por meio da análise de casos de intervenção social onde os conceitos e as metodologias foram implementados.

São analisadas, com maior profundidade, as propostas implementadas no âmbito do Projeto Cerrado em Pauta, um projeto de Educomunicação Socioambiental realizado pela Universidade de Brasília, no Distrito Federal. Optou-se por este estudo de caso devido a três motivos principais: sua preocupação com problemáticas socioambientais vinculadas ao Cerrado; a utilização da Educomunicação como prática educativa nas intervenções sociais; e sua proposta de atuação em rede social como forma de incentivo à participação social. Portanto, considerou-se que o Projeto Cerrado em Pauta poderia oferecer um estudo de caso valioso para a análise empírica dos conceitos propostos pela dissertação.

O Projeto em questão foi concebido no âmbito da Agenda 21 Local, dentro do Programa de Educomunicação Socioambiental do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, do Ministério do Meio Ambiente. O Projeto foi financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, e executado pela Universidade de Brasília. Teve como objetivo principal mapear atores sociais e formar uma rede de educadores socioambientais em

quatro cidades do entorno de Brasília, sendo elas Brazlândia, Ceilândia, Gama e Planaltina. O Projeto desenvolveu duas linhas de atuação: formação em Educomunicação para incentivar formas variadas de expressão cultural e social relacionadas à temática ambiental, e a criação de uma rede social atuante em práticas socioambientais. O Projeto fomentou a elaboração de produtos educacionais e um Projeto Político Pedagógico criado por meio de processo participativo. Até o final de 2010 foram capacitados 30 professores e 120 jovens em Educomunicação com a temática socioambiental. Paralelamente, fomentou-se a criação de uma rede social formada pelos coletivos mobilizados das cidades envolvidas, e criou-se uma rede social virtual com temática socioambiental, a Rede Cerrado em Pauta, que mobilizou 102 atores sociais. A partir do início de 2011 tinha-se o intuito de estender as ações do Projeto para uma segunda fase de implementação, cujo foco seria fomentar um modelo de gestão diferenciado entre os coletivos atuantes com os desafios do Cerrado. No entanto, desde o término do financiamento, que ocorreu no começo de 2011, as intervenções do Projeto cessaram. A Rede Cerrado em Pauta, por sua vez, continua acessível aos atores sociais interessados em fomentar um possível espaço virtual de participação e de troca de informações sobre temáticas socioambientais e culturais relacionadas ao Cerrado.

O bioma Cerrado apresenta uma problemática particular no que se refere aos desafios do Desenvolvimento Sustentável, pois tem sofrido modificação significativa resultante da ação humana. Localizado no Planalto Central, o Cerrado representa cerca de 22% do território nacional. Seu bioma possui grande diversidade natural e é um importante centro dispersor de águas. Os reservatórios formados em seus lençóis freáticos alimentam as nascentes de seis bacias hidrográficas nacionais. No Cerrado vivem cerca de 20 milhões de pessoas cuja maioria é urbana e enfrenta graves problemas como desemprego, falta de habitação e poluição. Desde a década de 70, o bioma tem ganhado destaque internacional devido ao seu potencial para a expansão da agropecuária, seus recursos hídricos e por estar próximo a centros consumidores. O processo intenso de sua ocupação resultou na contaminação das suas águas e uma expansão urbana sem política adequada de ocupação territorial. Tudo isso, junto à monocultura intensiva de grãos destinados para exportação como soja, milho e algodão, tem causado a modificação de 80% do seu território¹.

O Distrito Federal, *locus* do estudo de caso analisado nesta dissertação, já foi coberto predominantemente por vegetação nativa do Cerrado. No entanto, hoje, sua cobertura vegetal está restrita às unidades de conservação, decorrente dos processos de desmatamento causado pela sua ocupação e o uso do solo, o que tem provocado significativas alterações nos

¹ Dados da EMBRAPA, 2008. EMBRAPA. **Interações ambientais no Cerrado**: microbacia piloto de Morrinhos, Estado de Goiás, Brasil. Brasília: Embrapa-SPI; Rio de Janeiro, Embrapa-CNPS, 2008.

ecossistemas locais. Atualmente da cobertura vegetal existente no DF menos de 17% é oriunda de vegetação original². As cidades do DF apresentam problemas decorrentes de sua ocupação, principalmente formada por núcleos urbanos criados a partir da década de 60. As cidades no entorno de Brasília sofrem com a falta de planejamento e de urbanização, consequência da ocupação irregular do solo no Distrito Federal, intensificada por grilagens de terras públicas, antes destinadas à preservação ambiental. As cidades satélites vêm sendo ampliadas de forma desordenada, como resultado das políticas populistas incentivadas por programas habitacionais de assentamento urbano. Hoje o DF é caracterizado pela concentração dos empregos no Plano Piloto o que causa congestionamento do centro e desemprego nas satélites. As periferias do DF abrigam natureza exuberante banhada por bacias hidrográficas e intensa atividade religiosa e cultural. No entanto, sua população, em geral, carece de informações e de ações mobilizadoras que promovam seu engajamento na preservação do bioma.

O estudo de caso analisado neste trabalho, o Projeto Cerrado em Pauta, abrange as cidades satélites Brazlândia (53 mil habitantes), Ceilândia (350 mil habitantes), Gama (140 mil habitantes) e Planaltina (185 mil habitantes). Cada uma contém territórios de preservação ambiental. Brazlândia, por exemplo, abriga o Lago do Descoberto que abastece mais de 60% da água potável do DF. São, em sua maioria, cidades dormitório, ou seja, sua população passa a maior parte de seu tempo na parte central do DF. As quatro cidades apresentam problemas com relação à poluição de suas águas, pouco conhecimento do Cerrado por parte de sua população, ocupação ilegal, especulação imobiliária, urbanização desorganizada, poucas áreas de lazer sustentáveis, áreas abandonadas, falta de engajamento das pessoas em projetos socioambientais, por um lado, e ausência do poder público com políticas de gestão socioambiental e de apoio à atuação de grupos que atuam com a temática, por outro. Frente a esses problemas, as cidades apresentam como necessidades imediatas basicamente três frentes de ação: dar acesso a mais informação, fazendo com que a população local sinta orgulho da cidade onde mora; incentivar a população para que ela perceba que pode construir um ambiente mais agradável e saudável para se viver; e organizar coletivos e indivíduos atuantes nas questões socioambientais nas quatro cidades para uma atuação em rede³.

Apesar de vários grupos serem afetados de forma simultânea pelas questões socioambientais, o grau de vulnerabilidade não é o mesmo para todos. A degradação ambiental ocorre de forma acentuada em locais onde reside uma população em situação socialmente

² Fonte: SEBRAE/DF. A questão ambiental no Distrito Federal. Brasília, 2004.

³ Fonte: CERRADO EM PAUTA (b). **Produto 2-** Projeto Político Pedagógico em Educomunicação Socioambiental para as regiões de Gama, Ceilândia, Planaltina e Brazlândia. Documento Interno, 2010

desfavorável. De forma geral, os grupos vulneráveis acabam sendo mais afetados por esses fatores, sejam eles acoplados ao desenvolvimento industrial, às mudanças ambientais globais ou à pobreza e falta de saneamento. A vulnerabilidade social e ambiental dessas populações agrava os impactos na saúde humana causados pelos efeitos da degradação ambiental. A Organização Mundial da Saúde estima que 30% dos danos à saúde estão relacionados aos fatores ambientais como inadequação do saneamento básico; poluição atmosférica; exposição a substâncias químicas e físicas; desastres naturais e fatores biológicos⁴. Esta injustiça ambiental é uma nova dimensão da análise da desigualdade que afeta os mesmos grupos que sofrem as consequências da desigualdade econômica, política e social.

No caso aqui analisado, considera-se o potencial das ações realizadas no âmbito da Educação Ambiental no que tange ao reforço do vínculo da população que habita o DF com o bioma aqui presente, fomentando uma cultura de valorização do Cerrado. Importante que os indivíduos, principalmente os menos favorecidos e que estão sendo mais afetados pelas mudanças climáticas e que também são seus causadores em alguns momentos, tenham consciência de que os custos ecológicos de hoje criam ainda maiores custos sociais para as gerações futuras, o que afetará principalmente os segmentos sociais menos favorecidos. O desafio é resgatar a essência simbólica de uma população aparentemente sem vínculo efetivo e afetivo com o local que habita, e um dos caminhos para isso é a participação social nos espaços públicos socioambientais. Sem esse envolvimento, as ações promovidas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável tendem a fracassar.

Esta dissertação pretende contribuir com a reflexão teórica sobre as limitações da participação social e a análise prática de possíveis caminhos de participação social. O intuito é apresentar uma análise crítica acerca de aplicações práticas dos conceitos cunhados no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, já que uma das características da disseminação da questão ambiental na sociedade é seu distanciamento entre discurso e prática, ou seja, entre suas propostas e suas aplicações.

O Capítulo 1, *Desafios e caminhos da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável*, faz uma análise crítica das promessas dos projetos participativos, sistematiza e analisa os principais fatores limitantes da participação social, e sugere propostas de intervenção no sentido de promover novos espaços de participação social.

O Capítulo 2, *Novos espaços da participação social: as propostas da Educomunicação*, tem como intuito verificar os alcances e as limitações da aplicação prática das propostas da

⁴ Dados da PISAST, 2011. Dados disponíveis em: www.saude.gov.br/svs/pisast

Educomunicação nos fatores principais limitantes da participação social. O texto faz um resgate conceitual e histórico da Educomunicação e analisa suas práticas por meio da análise comparativa de quatro projetos implementadas no Brasil: o Educom.radio, a Uga-Uga Agência de Comunicação, o Mudando sua escola, melhorando sua comunidade, mudando o mundo!, e o Projeto Cerrado em Pauta. Os três primeiros projetos são analisados por meio de levantamento bibliográfico, e o Projeto Cerrado em Pauta é analisado por meio de análise documental e observação periférica, ou seja, acompanhamento da execução do Projeto sem interferência direta nas atividades realizadas.

O Capítulo 3, *Novos espaços da participação social: a contribuição da atuação em redes sociais*, faz uma reflexão teórica sobre os princípios de horizontalidade e sustentabilidade propostas pelas redes sociais, com o intuito de verificar se suas propostas de fato oferecem alternativas com relação aos modelos de participação social tradicionais. Para ilustrar os argumentos levantados, o capítulo analisa a horizontalidade e a sustentabilidade da participação dos 102 atores da Rede Cerrado em Pauta. O estudo é realizado por meio de análise quantitativa das mensagens enviadas, das discussões iniciadas e das respostas recebidas, com base na Análise de Redes Sociais. A sustentabilidade da Rede é analisada por meio do acompanhamento das mudanças nos padrões de participação e de interação ao longo dos 21 meses de análise que compreende o período de agosto de 2010 a abril de 2012. Para compreender os possíveis fatores motivadores ou inibidores que afetariam os padrões de participação dos atores, o envio das mensagens e das respostas é confrontado com os acontecimentos presenciais no Projeto Cerrado em Pauta que são verificados por meio de relatórios elaborados ao longo da observação periférica e por meio de análise documental e institucional do Projeto.

CAPÍTULO 1

DESAFIOS E CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1 INTRODUÇÃO

Os projetos realizados no âmbito do Desenvolvimento Sustentável refletem as relações antagônicas resultantes de conflitos políticos e sociais que surgem da contraposição dos objetivos restritos do crescimento econômico com as exigências mais amplas da sustentabilidade (MEADOWCROFT, 2003, MUÑOZ, 2003). O meio ambiente configura uma representação social, ou seja, um lugar determinado naturalmente e, ao mesmo tempo, percebido subjetivamente, no qual elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas de interação constante (REIGOTA, 2007). As problemáticas relacionadas ao meio ambiente se configuram dentro de um tema gerador amplo que afeta a toda humanidade, o que requer o encaminhamento das questões de forma interdisciplinar e integradora.

Devido a sua natureza complexa e por permear dimensões social, ambiental e econômica, o Desenvolvimento Sustentável acaba congregando uma gama ampla de atores, promovendo a mobilização internacional e a sensibilização da mídia massiva e das redes sociais que têm alcance capilarizado (CIMADEVILLA, 2003). Desta forma, os assuntos ambientais acabam permeando as diversas esferas de convivência em sociedade, ganhando uma dimensão que ultrapassa os estados e países. As formas de atuação social e política no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, portanto, promovem o engajamento ampliado da sociedade e se irradiam para áreas não exclusivamente ambientais como a cidadania, a justiça e a economia.

O termo Desenvolvimento Sustentável carrega em si uma multiplicidade de interpretações, muitas vezes conflitantes entre si, que têm sido construídas de forma dialógica durante as últimas quatro décadas. As práticas realizadas em nome do Desenvolvimento Sustentável têm recebido uma série de críticas por operarem dentro do sistema econômico vigente que reforça o ciclo trabalho-produção-consumo-trabalho (NOBRE & AMAZONAS, 2002). Apesar das críticas recebidas, é considerado um modelo a ser alcançado, pois abarca dimensões amplas nas quais procura alcançar a sustentabilidade, permeando as esferas social, econômica e ambiental (SACHS, 2007). O Desenvolvimento Sustentável é entendido aqui como processo de desenvolvimento social e econômico que pretende atender as necessidades humanas atuais sem

comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades sociais, econômicas e ambientais (BRUNTLAND, 1987). Neste trabalho utiliza-se o termo Desenvolvimento Sustentável de acordo com o arcabouço teórico e metodológico que o considera um processo de desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado (SACHS, 2007). É considerado, portanto, um processo econômico e social que tem uma preocupação com as dimensões da vida política e ambiental.

As práticas participativas no contexto do Desenvolvimento Sustentável se propõem a atuar por meio da valorização dos recursos e das culturas locais, promovendo, assim, a criação e o fortalecimento de espaços públicos de participação social que visam à integração mais sustentável entre seres humanos e seu ambiente (CAVALCANTI, 1994; REDCLIFT, 1995; MEADOWCROFT, 2003; MUÑOZ, 2003). O fortalecimento do espaço público socioambiental, impulsionado pelos mecanismos criados e fortalecidos no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, oferece oportunidades para agregar novos atores e mobilizá-los em torno de questões que afetam tanto a vida dos diversos grupos sociais como a cada indivíduo separadamente (SANTOS, 2005). A participação social nesses espaços públicos envolve a mobilização de vários segmentos afetados pelas questões socioambientais, a partir de um prisma que transcende a dimensão local e social. Assim, a participação social é considerada como processo que pode atuar no sentido de transformar o crescimento em desenvolvimento (DEMO, 1993).

No entanto, a participação social nos espaços tradicionais têm tido relativamente pequena adesão por parte da população. Críticos apontam para as falhas dos processos participativos por estes desconsiderarem a heterogeneidade das comunidades trabalhadas (BIGGS, 1989; PITA ET AL, 2010; ARNSTEIN, 1969), por não levarem em conta as relações de poder e de desigualdade que se formam em seu interior (COOKE & KOTHARI, 2001; REDCLIFT, 1995) e por apresentarem limitações com relação à legitimidade, à representatividade e à sustentabilidade dos processos e espaços participativos atuais (ANDREWS & VRIES, 2007; CLEAVER, 2001; PITA ET AL, 2010).

Apesar das críticas, a participação social continua sendo uma das principais estratégias de promoção do Desenvolvimento Sustentável, pois sem o envolvimento constante da sociedade não é possível alcançar as mudanças necessárias para cumprir os ideais que ele postula (MUÑOZ, 2003). Portanto, considera-se importante analisar de que forma as limitações da participação social observadas no âmbito da democracia participativa se apresentam no contexto específico do Desenvolvimento Sustentável e quais são as possibilidades de ação para que a participação social em questões socioambientais seja fortalecida.

Este capítulo sistematiza os principais aspectos que limitam a participação social nos espaços públicos socioambientais e apresenta reflexões sobre práticas participativas em mecanismos voltados para o Desenvolvimento Sustentável. A primeira parte do texto contextualiza a participação social no âmbito do Desenvolvimento Sustentável e foca o caráter contraditório dos processos participativos. A segunda parte do capítulo analisa quatro aspectos que se apresentam como limitações centrais relacionadas aos processos atuais de participação social: as relações de poder desiguais na participação; as limitações da expressão na participação; a desmotivação para a participação; e as limitações dos espaços tradicionais de participação. Por fim, o capítulo aponta possibilidades de intervenção e campos de atuação emergentes para fortalecer a participação social no âmbito do Desenvolvimento Sustentável.

1.2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NOS ESPAÇOS PÚBLICOS SOCIOAMBIENTAIS: UM PROCESSO CONTRADITÓRIO

O meio ambiente tem adquirido um valor simbólico na sociedade atual e sua governança tem gerado debates públicos nos diversos espaços de participação social e nos meios de comunicação (MOURA, 2003). Os problemas socioambientais relacionados ao uso e ao acesso dos recursos naturais são discutidos e revisitados em instâncias privadas, estatais e públicas. Os espaços centrados na participação legítima de atores sociais e políticos são considerados espaços públicos socioambientais. Por “público” se entendem aqueles aspectos da vida social que são de interesse de uma coletividade humana, que não são privados nem estatais (SANTOS, 2005). O espaço público pode assumir diversas formas como conselhos, fóruns, ONGs, câmaras, comitês e redes. Essas instâncias públicas conformam um espaço complexo que relaciona espaços de interação institucionalizados e aqueles oriundos da mobilização social (SANTOS, 2005).

A participação social no espaço público surge da necessidade de fortalecer os processos democráticos e incorpora a participação popular como elemento essencial ao reforço do diálogo e da deliberação sobre temas de interesse público, como é o caso das questões socioambientais. A participação social nesses âmbitos é entendida como redistribuição de poder e também como exercício de um direito no contexto mais amplo da cidadania (DEMO, 1993; SAYAGO, 2000, 2007).

Os processos de participação social ficaram em evidência depois de décadas de execução de projetos orientados por expertos inspirados nas teorias desenvolvimentistas preconizadas por

Rostow. Essa abordagem, em evidência nas décadas 60 e 70, pregava a evolução econômica linear que poderia ser acelerada com o uso de técnicas desenvolvimentistas, por meio das quais os países em desenvolvimento um dia alcançariam o modelo econômico e social conquistado pelos países desenvolvidos. As intervenções realizadas dentro desse escopo eram desenhadas por agentes externos e implementadas com pouca ou nenhuma participação das comunidades locais (COOKE & KOTHARI, 2001).

A partir da década de 80, devido ao baixo impacto na mudança da realidade local desses projetos executados “de cima para baixo”, os agentes fomentadores começaram a envolver as comunidades locais nos processos de desenvolvimento, conferindo-lhes papel preponderante e encorajando seu envolvimento nos mecanismos de controle e de tomada de decisão em intervenções que os afetariam diariamente (CHAMBERS, 1983). O Banco Mundial foi uma entidade importante na disseminação deste formato de atuação social, pois promoveu abordagens participativas de desenvolvimento e as justifica até hoje em termos de sustentabilidade, relevância e empoderamento (BEBBINGTON ET AL., 2006).

O envolvimento maior dos conhecimentos e habilidades da população local foi adotado por indivíduos e organizações promotores do desenvolvimento nas últimas três décadas. Um leque amplo de metodologias participativas foi criado e implementado, e o termo participação acabou sendo atrelado aos conceitos de associação (PNEA, 2007), empoderamento (BEBBINGTON ET AL., 2006), fiscalização da aplicação de recursos públicos (JUNIOR & SAMPAIO, 2008); descentralização (ANDREWS & VRIES, 2007); mecanismo de redistribuição de poder na sociedade e um direito vinculado ao exercício da cidadania (DEMO, 1993). Desde então, os projetos considerados participativos têm como característica fundamental a sua orientação de baixo para cima, ou seja, o envolvimento de populações marginalizadas econômica e socialmente nas tomadas de decisão sobre suas próprias vidas.

A participação social objetiva basicamente impulsionar indivíduos a atuarem de forma organizada em prol de assuntos de interesse social, econômico, político ou ambiental em comum (REDCLIFT, 1995; BAQUERO, 2003). A participação fundamentada nesses moldes, a princípio, configura um processo positivo para a comunidade na qual acontece, pois facilita a resolução de conflitos sociais por meios não violentos, a partir do momento em que mobiliza os atores sociais para a promoção de melhor qualidade de vida, confere legitimidade às ações realizadas por diversos segmentos sociais, e equilibra as relações de poder entre instituições e atores que participam da dinâmica social (REDCLIFT, 1995). O envolvimento dos beneficiários na oferta e na gestão de recursos, serviços e facilidades pode ser uma forma de assegurar a sustentabilidade e a efetividade das ações por meio de processos de melhor planejamento, implementação,

monitoramento e avaliação (CHAMBERS, 1983; PITA ET AL, 2010). A participação proporciona interações entre participantes e interventores e envolve seu maior comprometimento, possibilitando que os conhecimentos locais contribuam para o sucesso da implementação de projetos (JUNIOR & SAMPAIO, 2008; BAQUERO, 2003). Aspectos positivos da participação são ressaltados também no campo da construção do espaço público, na medida em que ela facilita a negociação das relações de poder, o ativismo político ou o engajamento em movimentos sociais (BUTLER & PRINCESWAL, 2010; HART, 2000). A participação da sociedade civil nas ações voltadas para a promoção do desenvolvimento tem contribuído para a geração de capital social; o fortalecimento da competitividade sistêmica do local trabalhado; a consolidação das identidades regionais; a construção de consensos básicos entre os atores sociais (BANDEIRA, 1999); a proteção ambiental (MUÑOZ, 2003); e a capacidade de adaptação das comunidades às mudanças nos contextos sociais e ambientais (MERTENS, et.al, 2008).

Dentro do contexto específico do Desenvolvimento Sustentável, a participação social consiste num mecanismo facilitador da mobilização social com intenção da revisão e da reposição do modelo de desenvolvimento dominante no mundo, por meio de mudanças que permitam a promoção de uma partilha mais igualitária dos recursos do Planeta (BRASIL, 2008).

A participação social tem sido tópico em destaque desde a década de 80 em documentos e tratados de referência internacional, relacionados ao Desenvolvimento Sustentável como a Carta Mundial da natureza de Nairobi (1982), o Relatório Brundtland (1987), o World Conservation Strategy for the 1990s (1989) e principalmente a Agenda 21, resultante da Declaração de Rio 92 (1992), que tratam a participação social como direito essencial que contribui para a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento (REDCLIFT, 1995; MUÑOZ, 2003).

A Agenda 21 Brasileira tem possibilitado uma ampla experiência de planejamento participativo que tem fomentado a sinergia entre diversos atores da sociedade brasileira (MMA, 2004; SANTOS, 2005; NOVAES, 2000). Ela propõe construir a sustentabilidade a partir de uma abordagem multissetorial e a partir da integração de instrumentos participativos de planejamento. É produto da participação de cerca de 40.000 pessoas, representantes de entidades governamentais, empresas, academia e sociedade civil. O processo de sua elaboração partiu do princípio de que as múltiplas dimensões que abarca são fruto da interdependência das dimensões ambiental, econômica, social e institucional, o que requer a construção de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira, entre eles mulheres, populações indígenas, infância e juventude, e Organizações Não-Governamentais.

Desde 2003, a Agenda 21 tem adquirido força política e institucional no Brasil e tem sido utilizado como guia para processos de ampliação da compreensão dos conceitos relativos à cidadania (MALHEIROS, 2008). A participação social tem sido destacada como condição indispensável para a implementação da Agenda 21 em diversas esferas que perpassam a gestão dos recursos naturais; o monitoramento e a fiscalização do uso dos recursos naturais; a legislação ambiental; o desenvolvimento institucional relacionada às cidades sustentáveis; o planejamento e a gestão urbana; as decisões sobre fiscalização, entre outros (NOVAES, 2000).

Em termos de sua implementação na prática, a Agenda 21 Local constitui um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização e estabelecimento de prioridades para a gestão nos municípios, bacias hidrográficas, unidades de conservação, e até locais mais específicos como bairros e escolas. Os processos de gestão articulados no âmbito da Agenda 21 partem do envolvimento dos agentes regionais e locais, o que permite a capilaridade e a descentralização dos processos, assim como o fortalecimento da sociedade e dos laços organizativos do poder local (MMA, 2004). Assim sendo, a Agenda 21 oferece um arcabouço teórico e metodológico que permite o surgimento de iniciativas inovadoras no sentido de promover a participação social em questões ambientais dentro de uma perspectiva mais ampla. Ela promove a participação social enquanto direito social vinculada à cidadania a partir do engajamento dos atores sociais em novos espaços socioambientais. Seu foco na realidade cotidiana permite ampliar os foros de expressão das necessidades dos diversos segmentos da sociedade. Trata-se, portanto, de um instrumento fundamental para a construção da democracia participativa e da cidadania ativa no país (CPDS, 2000). As ações realizadas no âmbito da Agenda 21 demonstram perspectivas promissoras no endereçamento dos desafios da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável analisados neste trabalho.

O acesso a um ambiente saudável, no entanto, não é somente uma questão de direito, mas uma responsabilidade de cada um. Assim, promover a participação social é aspecto essencial do Desenvolvimento Sustentável, pois, apesar de que a defesa do meio ambiente tenha sido acompanhada do fortalecimento de processos democráticos apoiados pela pressão social nacional e internacional, tem-se constatado que sem o envolvimento da sociedade não é possível cumprir os ideais do Desenvolvimento Sustentável (MUÑOZ, 2003). Apesar de as ações de desenvolvimento econômico e social levarem em consideração cada vez mais as dimensões ambientais de decisões políticas, elas se mostram pouco eficazes se construídas sem a participação popular (SIQUEIRA, 2008).

Ao mesmo tempo, a participação da população envolvida nos processos de tomada de decisão e de resolução de conflitos socioambientais possibilita uma visão mais abrangente, que

transcende a percepção tecnicista da realidade. As decisões tomadas via envolvimento de segmentos mais amplos da sociedade se mostram mais custo-efetivas por abrangerem dimensões políticas, sociais e culturais do desenvolvimento, além da dimensão econômica, o que confere à participação social papel essencial, devido à magnitude das transformações socioeconômicas, políticas e culturais que o Desenvolvimento Sustentável exige (SAYAGO, 2007). Assim, a participação social em si se torna uma técnica de proteção ambiental (MUÑOZ, 2003) já que ela também pode favorecer a difusão de práticas sustentáveis na comunidade (MERTENS, et.al, 2011).

É essencial pontuar que a participação social depende do contexto social, histórico e político dos locais onde acontece, pois se trata de uma manifestação de conduta humana volúvel que carrega dimensões sociais e jurídicas e que depende do contexto no qual ocorre (VILLALBA, 2011). A participação pode acontecer em meios formais e não formais; por meio do envolvimento organizado de indivíduos em grupos comunitários, em foros cidadãos ou políticos; e em diversos níveis como orgânico, funcional, cooperativo ou colaborativo (MUÑOZ, 2003). Ela pode servir a vários propósitos, desde a emancipação de atores sociais até a cooptação, dependendo da concepção de desenvolvimento no qual acontece (COOKE & KOTHARI, 2001). Por carregar esta ambiguidade em sua concepção e na sua prática, se não for articulada como um objetivo concreto de desenvolvimento que facilite os processos de mudança social, ela pode servir apenas como ferramenta para se alcançar objetivos desenvolvimentistas, tornando-se um mecanismo pró-forma, aliviando momentaneamente a sensação de exclusão, sem atuar diretamente nas relações de poder desiguais e sem questionar o sistema de desenvolvimento proposto (VILLALBA, 2011).

Para alguns teóricos, a participação social, assim como outros conceitos como o de capital social e o de empoderamento, é apenas um conceito da moda dentro do discurso desenvolvimentista que, apesar de suas promessas, não é delimitada de forma concisa e falha em alcançar as mudanças a que se propõe (FONSECA & BURSZTYN 2007; VILLALBA, 2011). Para os críticos da participação não se pode falar da participação social como uma estratégia de mudança social consolidada, pois existe pouca evidência da efetividade da participação social alcançada em longo prazo, e ela não necessariamente melhora as condições sociais e econômicas dos mais vulneráveis (COOKE & KOTHARI, 2001; O'FAIRCHEALLAIGH, 2010; ACHARYA, ET AL, 2009; CHECKOWAY, 2011).

Os críticos apontam que os projetos ditos participativos continuam sendo resultado da ação de agentes externos que colocam ênfase exacerbada nas técnicas de promoção da participação sem levar em conta as questões de poder e de controle das informações locais, dificultando a compreensão mais profunda dos determinantes da mudança social de um determinado contexto (CLEAVER, 2001; DEMO, 1993). Além disto, têm sido observados diversos níveis e graus de

envolvimento na participação, que dependem de fatores de ordem cultural, social e econômica (BIGGS, 1989; PITA ET AL, 2010, ARNSTEIN, 1969; SAYAGO, 2000), o que pode gerar a desmotivação à participação (O'FAIRCHEALLAIGH, 2010; ACHARYA, ET AL, 2009; CHECKOWAY, 2011), e a limitação da expressão das vozes daqueles que participam (PITA et al, 2010).

Alguns críticos enfatizam os efeitos perversos dos processos participativos que, na realidade, são usados como meio de controle social, pois desmobilizam lideranças locais e servem mais como estratégia de legitimação de atores externos do que instrumento de divisão de poder (DEMO, 1993). Apesar de ser um direito assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a participação ainda está longe de ser exercida de forma plena (DALLARI, 1999). De uma forma mais ampla, a crítica sobre participação social levanta questões sobre a natureza e os limites das instâncias da democracia representativa e amplia a problemática da participação social dentro de um debate abrangente que analisa os processos de descentralização e de democratização (HICKEY & MOHAN, 2004; ANDREWS & VRIES, 2007).

A participação social no contexto socioambiental comumente carrega duas conotações que são consideradas conflitantes (VILLALBA, 2011). Por um lado, ela é tratada como um meio ou uma estratégia, que é incentivada devido ao seu potencial de fortalecer a promoção dos valores relacionados à sustentabilidade. Esta conotação tem sido reforçada a partir da percepção dos benefícios da participação social para a suposta melhoria da efetividade na implementação de projetos de Desenvolvimento Sustentável. Tratar da participação social como uma estratégia promotora da sustentabilidade lhe confere um poder instrumental que exacerba sua característica como meio para alcançar objetivos políticos e sociais. Por outro lado, por ser um direito social, a participação social tem sido considerado um fim em si, resultado do fortalecimento dos processos democráticos, e exercida a partir de espaços que dependem do contexto cultural, político e econômico (DEMO, 1993). Apesar de essas duas dimensões serem aparentemente contraditórias, subentende-se que a dimensão instrumental da participação social carrega em si sua essência de direito social intrínseco a ser exercido no âmbito da cidadania. Portanto, parte-se da premissa de que a participação social é um direito essencial que se manifesta e se exerce a partir de diversos espaços e meio de expressão, que dependem do contexto cultural, político e econômico de determinada sociedade.

Apesar de os indivíduos serem diretamente influenciados pelas questões sociais, econômicas e ambientais que se apresentam no cenário socioambiental atual, os assuntos relacionados a essas dimensões ainda são considerados distantes do cotidiano das populações afetadas e são percebidas de forma difusa por parte da sociedade. Esta percepção limitada dificulta o engajamento da população nos espaços de interesse coletivo relativo a questões

socioambientais e faz com que surjam necessidades emergentes com relação ao endereçamento dos desafios que o Desenvolvimento Sustentável apresenta. Com vistas a aprofundar os aspectos limitadores da participação levantados, a seguir passamos ao detalhamento de quatro fatores principais relacionados à participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável identificados na literatura: as relações de poder desiguais na participação; os limites da expressão na participação; a desmotivação para participação; e os limites dos espaços tradicionais de participação.

1.3 AS QUATRO LIMITAÇÕES PRINCIPAIS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.3.1 RELAÇÕES DE PODER DESIGUAIS NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Grande parte dos projetos realizados no âmbito do Desenvolvimento Sustentável parte do princípio de que as comunidades locais têm informações privilegiadas sobre comportamentos, necessidades e demandas sociais e ambientais, portanto, têm uma capacidade especial de solucionar os problemas que lhes dizem respeito. O termo comunidade se tornou sinônimo de espaço de interação homogêneo e estático dentro do qual as pessoas comungam dos mesmos interesses e vivem em harmonia com a natureza (CLEAVER, 2001). No entanto, tem sido observado que dentro das comunidades também existem indivíduos e grupos locais com interesses e demandas diferentes, dependendo do segmento que representam com relação à idade, classe, casta, etnia, religião e gênero, o que gera relações desiguais de poder (MERTENS et. al, 2005). Os conflitos locais decorrentes dessas relações assimétricas muitas vezes são considerados meros processos culturais passíveis de questionamento, embora eles contribuam para a criação de um ambiente desfavorável para que, de fato, a participação social atenda às demandas sociais mais prementes (COOKE & KOTHARI, 2001; HICKEY & MOHAN, 2004; MERTENS et. al, 2005).

Em situações nas quais existem relações sociais, culturais e econômicas desiguais, as elites locais frequentemente apresentam desinteresse em promover o desenvolvimento de segmentos marginalizados e utilizam seu poder para resolver problemas comunitários somente se isso lhes gerar benefícios diretos (BLAIR, 2000). Os programas participativos que não levam em conta a diversidade sociocultural de uma comunidade e que não promovem a participação dos grupos e segmentos afetados pelos problemas socioambientais, podem intensificar iniquidades,

aumentando as distâncias entre a elite e os grupos de *status* socioeconômico mais baixo, mesmo que tenham tido impactos positivos mais gerais nas condições de vida da comunidade (MERTENS, et, al, 2005). O fato de não considerar a complexidade e a diversidade locais pode ocasionar um efeito manipulativo do fomento à participação e pode até gerar resultados negativos como a co-opção política de populações vulneráveis com baixo nível de acesso à informação e baixo poder decisório (COOKE, 2001; SANTOS, 2005; DEMO, 1993).

Apesar da multiplicidade dos mecanismos participativos em questões ambientais e apesar da agilidade que eles aparentam ter, a participação social não é uma forma de ação homogênea. Estar representado em um grupo não garante que a voz da população seja ouvida e que produza impactos para as mudanças nas políticas locais, pois a participação tem vários estágios hierárquicos de envolvimento dos participantes (AGARWAL, 2001; BIGGS, 1989; PITA ET AL, 2010, ARNSTEIN, 1969) que variam de acordo com fatores ligados ao acesso à informação, relações de poder e motivação (REDCLIFT, 1995).

Arnstein (1969) dividiu as gradações da participação cidadã em oito degraus que vão desde a manipulação até o controle cidadão. Esses níveis são reflexos das formas paternalistas de se lidar com comunidades mais vulneráveis e podem gerar práticas de inclusão limitadas de grupos minoritários, criando a falsa aparência de práticas inclusivas.

Biggs (1989) observou quatro níveis de envolvimento comunitário no contexto das relações tecidas entre agricultores e pesquisadores sociais que visam implantar modelos mais sustentáveis de pesquisa e desenvolvimento: contratual, consultivo, colaborativo e colegial. Cada um desses níveis apresenta formas diversificadas de participação da população local, e na medida em que as relações são estreitadas, os conhecimentos locais ou informais vão sendo valorizados e incorporados ao planejamento de ações baseadas em modelos formais ou científicos.

Peruzzo (2002) diferencia três modalidades de participação enquanto ação coletiva: a passiva, a controlada que pode ser limitada e manipulada, e a participação-poder que vai da cogestão à autogestão. De acordo com a autora, nos processos sociais atuais é comum as três modalidades coexistirem.

Agarwal (2001) verificou cinco níveis de participação observados entre mulheres em grupos de manejo florestal comunitário fomentados pelo Estado no Sul da Ásia: nominal, passivo, consultivo, participação em atividades específicas, e participação ativa e interativa. Ela observou que mesmo que a participação seja uma medida importante da cidadania e uma forma de empoderamento, a não participação de mulheres de forma efetiva é um indicativo das limitações de projetos, pois a não inclusão de mulheres pode agravar as relações de gênero desiguais.

Segundo Sayago (2008), existem vários tipos de participação que dependem do caráter ideológico que os permeia. A participação pode ocorrer na esfera individual e coletiva, e pode resultar em ações passivas ou ativas. Além disto, a participação pode surgir da vontade resultante de mobilização social assumindo um caráter voluntário, ou servir a interesses desenvolvimentistas de uma forma instrumental.

Pita et. al (2010), com base na classificação proposta por Pretty (1995), analisou três níveis de participação entre pescadores escoceses: participação informada, consultada e envolvida. No primeiro nível os envolvidos são apenas comunicados sobre decisões tomadas, no segundo a comunidade local é questionada sobre suas demandas, e no terceiro as partes interessadas locais são participantes ativos nos processos de planejamento e de gestão e eles podem controlar as decisões e o uso de recursos. Os autores observaram que as percepções sobre participação nos processos de tomada de decisão podem ser influenciadas por fatores como as atitudes com relação às autoridades, experiência prévia em gestão, e participação anterior de grupos de decisão e de associações.

A intensidade da participação social também varia de acordo com a autoestima e as oportunidades dadas aos atores sociais e os desníveis de participação são indicativos das limitações de projetos sociais (HART, 2000). Por isso não se pode falar de uma participação “ideal”, pois a participação mais intensiva, ampla, decisiva ou frequente não necessariamente significa uma participação que oferece voz às múltiplas perspectivas distribuídas na sociedade (MEADOWCROFT, 2003; COSTA, et AL, 2009).

Todas essas diferenciações entre níveis de participação revelam a complexidade do conceito de participação social, assim como a complexidade das relações sociais entre atores envolvidos nas questões socioambientais. Fica claro que a participação social não é uma forma de ação homogênea e depende tanto das relações de poder existentes entre participantes como das relações desiguais de poder entre participantes e os que promovem as ações participativas. Praticamente todas as formas de participação propostas variam da passividade à participação plena, e o tipo de participação depende do nível de conhecimento das questões socioambientais e da influência dos atores nas decisões a serem tomadas.

1.3.2 LIMITAÇÕES DA EXPRESSÃO NA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

De acordo com o World Conservation Strategy for the 1990s, as comunidades deveriam ter oportunidades para expressarem suas visões, necessidades e aspirações com relação às estratégias de desenvolvimento no âmbito do Desenvolvimento Sustentável (REDCLIFT, 1995). No entanto, por se tratarem de espaços formados por grupos de interesses muitas vezes antagônicos, as formas de participação em torno de questões socioambientais são frequentemente influenciadas pela pressão de grupos que interferem nas tomadas de decisões e nos comportamentos dos indivíduos (PNEA, 2007).

A mera presença de atores externos pode exercer pressão implícita ou explícita sobre os participantes, enfraquecendo a força da participação de representantes de diversas classes sociais ou com graus de instrução diferentes (JUNIOR & SAMPAIO, 2008; AGRAWAL, 2001), já que o desnível educacional pode aumentar as distâncias entre os que proferem os discursos tecnicistas e a população que participa. A exclusão muitas vezes é velada, e resulta do acesso não equitativo às informações, o que pode inibir os participantes de se pronunciarem de forma efetiva (WENDHAUSEN & CAPONI, 2002) devido à falta de autoconfiança e ao escasso conhecimento técnico e político das dimensões sociais, econômicas e ambientais dos assuntos abordados (ARNSTEIN, 1969, PITA et.al, 2010; AGARWAL, 2001; HART, 2000).

A necessidade de se adequar ao grupo pode prevalecer acima dos anseios individuais, o que pode gerar consensos parciais e instáveis (MEADOWCROFT, 2003). Tudo isto prejudica que os processos de participação social realmente atendam as necessidades daqueles que mais precisam de ajuda (COOKE, 2001), pois as necessidades locais que são teoricamente construídas com a comunidade acabam sendo moldadas pelas percepções dos agentes promotores das ações que frequentemente têm interesses nos recursos naturais em torno dos quais os debates são travados (WENDHAUSEN & CAPONI, 2002; BANDEIRA, 1999).

Uma vez que a participação é uma forma de inclusão pela qual a população exercita sua voz, numa arena com tanta diversidade de interesses como é o Desenvolvimento Sustentável, o aumento da consciência sobre como exigir os direitos e a capacidade de exercer este poder por meio do questionamento dos mecanismos de controle do próprio sistema são pré-requisitos para construir novas relações de governança e relações mais igualitárias de poder (GAVENTA, 2004). Se não for embasada em informações sobre as dimensões sociais, econômicas e ambientais das questões tratadas, a participação se torna deficiente, desfocada e sem sentido (MUÑOZ, 2003). Assim, a comunicação relacionada às questões socioambientais tem valor estratégico e político, e

o acesso a ela determina as relações de poder (SCHAUN, 2002; PERUZZO, 2002; MARTIRANI, 2008; GELVEZ, 2011). Portanto, os processos de comunicação e de expressão devem traduzir os diferentes pontos de vista e os valores das partes envolvidas, além de situar a problemática socioambiental como algo próximo ao cotidiano de cada um.

A problemática ambiental representa a possibilidade de abertura de espaços inovadores para implementar alternativas diversificadas de participação social, por meio à garantia do acesso à informação e a consolidação de canais abertos de comunicação (JACOBI, 2000a). A criação de espaços alternativos de participação, a democratização do acesso à informação e o acesso aos espaços de pronunciamento por meio do uso de novas tecnologias e de meios de comunicação não oficiais podem possibilitar que os sujeitos se tornem produtores das informações em torno de questões socioambientais. O desenvolvimento de iniciativas nesse sentido pode auxiliar o desenho de estratégias concretas de intervenção que possibilitem a criação de novas formas de expressão, por meio da valorização dos recursos e das culturas locais.

1.3.3 DESMOTIVAÇÃO PARA A PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Apesar de a participação social ser um direito social e a participação política ser considerada um “dever moral” (DALLARI, 1999), tem sido observado o crescente desinteresse pelas questões coletivas, o que pode ser atribuído a certa frustração com relação ao poder de influência de instâncias não governamentais de intervenção (JUNIOR & SAMPAIO, 2008; GAVENTA, 2001; MARTIN-BARBERO, 2000). As instâncias participativas, em que a democracia participativa, a princípio, é promovida e exercida, como os fóruns populares, partidos políticos, associações, comissões, comitês e conselhos, são vistas como ineficazes por serem preenchidas por representantes não confiáveis, o que tem causado alienação e apatia (GAVENTA, 2004) e mobilização insuficiente por parte da população (JUNIOR & SAMPAIO, 2008). Isto tem sido observado também no contexto das ações relacionadas às questões socioambientais (SANTOS, 2005).

Não obstante, a participação seja associada à responsabilidade social ou à racionalidade econômica, não existe um modelo conceitual sólido que explique as motivações que levam à participação dos indivíduos. Ela depende de fatores culturais, políticos, sociais (MARTELETO & SILVA, 2004), além de fatores psicológicos e motivacionais (CLEAVER, 2001) associados a questões raciais (BUENO E FIALHO, 2009), de gênero (AGARWAL, 2001) ou de identidade nacional (LINDSTRÖM, 2004). A passividade na participação também é uma forma de resistência

(REDCLIFT, 1995) e pode decorrer do distanciamento do público das problemáticas ambientais apresentadas que não têm sido incorporadas plenamente no modo de vida dos indivíduos (SIQUEIRA, 2008). A incompatibilidade entre a escala temporal do processo político e a do processo ambiental também faz com que a população seja envolvida nas questões socioambientais somente em fases tardias dos processos de decisão (SIQUEIRA, 2008). Por fim, as pessoas têm percebido os assuntos ambientais como complexos e incertos, o que leva à inércia e ao descrédito sobre a eficácia do comportamento individual para a solução de um problema global tão abstrato, complexo, e com consequências apenas em longo prazo (JACOBI et.al, 2009; FREY, 2001; REIGOTA, 2007).

No contexto brasileiro, a baixa motivação para a participação social em espaços que envolvem questões socioambientais decorre de diversos motivos associados à tradição dos processos decisórios não-participativos, aos relacionamentos sociais e políticos verticais (SIQUEIRA, 2008; JUNIOR & SAMPAIO, 2008), e às dificuldades para criar canais de influência dentro da sociedade civil sobre a tomada de decisões, o que se deve, em parte, às fracas tradições associativas (BANDEIRA, 1999). As ações que envolvem a mobilização para a participação frequentemente são lideradas por agentes externos que não têm a devida legitimidade (DEMO, 1993) ou quando esta é por eles conquistada, se tornam figuras tão centrais que seu afastamento acaba prejudicando a manutenção da motivação dos grupos em longo prazo.

É importante ressaltar que mobilização não é sinônimo de transformação, mas é um ponto de partida para que esta ocorra. Devido à natureza efêmera dos projetos participativos, seus efeitos são percebidos apenas em longo prazo, portanto, sua continuidade é condição essencial para que de fato as mudanças sociais e ambientais sejam alcançadas. No contexto do Desenvolvimento Sustentável isto se torna ainda um desafio maior, pois a participação social tem um valor em si e desempenha, ao mesmo tempo, um papel fundamental no caminho para uma sociedade sustentável (FREY, 2001). A valorização das culturas locais, o respeito à multiplicidade de experiências, valores e ideias na construção de ações para a sustentabilidade podem ser a chave para uma mobilização comunitária (JACOBI, et.al, 2009).

No entanto, promover um maior número de participantes não necessariamente quer dizer maior efetividade na participação, pois, quanto maior o grupo, maior a diversidade de interesses dentro dele e mais fácil o aparecimento de aproveitadores, “*free riders*”, o que dificulta promover de forma igual interesses comuns e obter participação efetiva de todos (OLSON, 1991). No caso de grupos pesqueiros espanhóis, por exemplo, (VIVERO et. al, 2007), os autores identificaram um “paradoxo na participação”. Durante o processo de desenvolvimento da sociedade civil local o

número de atores participantes foi alargado e, como resultado, a comunidade perdeu destaque e importância e ficou reduzido no amplo espectro de interesses que competiam por espaço em órgãos de decisão e na mídia. Assim, de acordo com os autores, quanto maior o número dos participantes, o papel desempenhado por cada um tende a ser menos significativo. Portanto, deve ser questionado se a presença nos espaços de participação social, *per se*, gera de fato maior engajamento nas questões socioambientais ou se significa apenas o aumento das estatísticas com relação ao número de participantes.

1.3.4 AS LIMITAÇÕES DOS ESPAÇOS TRADICIONAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A literatura sobre participação social, de forma geral, foca o envolvimento de atores sociais em espaços formais estabelecidos por mecanismos de ordenamento político e jurídico. Esses espaços são promovidos por agentes governamentais ou de desenvolvimento internacional, como é o caso dos partidos políticos, associações comerciais, sindicatos, entre outros (JUNIOR & SAMPAIO, 2008; GAVENTA, 2001. MARTIN-BARBERO, 2000). A visão institucionalista da participação considera que as instituições formais, por terem regras claras e relativo controle da ação individual, são espaços de atuação social mais eficazes do que as instituições informais alheias à ordem político-jurídica (MUÑOZ, 2003). No entanto, considerar a participação somente nos espaços formais limita as possibilidades da mobilização mais ampla e contínua de atores sociais (SAYAGO, 2008), pois a institucionalidade burocrática não responde seus anseios de participação e suas demandas específicas e diversificadas. De acordo com Demo, a qualidade da participação não depende de sua formalização, pois a pressão para a institucionalização das formas associativas espontâneas que emergem da sociedade civil muitas vezes desrespeita seus processos de maturação que se formam ao longo do tempo (DEMO, 1993). Assim, os atores sociais acabam buscando soluções para seus problemas em outras instâncias de participação, no âmbito da sociedade civil e de suas organizações (SANTOS, 2005).

Os espaços de participação que emergem da mobilização social genuína e espontânea da comunidade tendem a contribuir para sua legitimidade e sustentabilidade (SAYAGO, 2008; VILLALBA, 2011), por isso, é importante analisar as origens e a formação dos espaços nos quais ocorre a participação. Se eles acontecem em locais fechados de poder, cuja origem provém do governo ou dos agentes de desenvolvimento, os cidadãos tendem participar apenas esporadicamente, e acabam dependendo da mobilização e dos incentivos dos agentes externos. Para construir processos efetivamente participativos que contem com o envolvimento ativo e

consciente de cidadãos e coletivos, tem-se recomendado levar em consideração os diversos espaços informais nos quais a cidadania é praticada. É o caso das ações de mobilização comunitária local e parcerias com associações culturais e espaços virtuais (BAQUERO, 2003; GOMES, 2005a) que, em tese, possibilitam a flexibilização de estratégias de base, dissolvendo barreiras conceituais entre os espaços inventados e convidados (MIRAFTAB, 2004).

No contexto do Desenvolvimento Sustentável, diversos espaços e estratégias participativas coexistem. Nas últimas décadas têm sido criados espaços de participação em diversas esferas de políticas públicas fora dos canais institucionais nos quais a comunidade, sem interferência do Estado e independentemente de normas que a regulamentem, se organiza para realizar projetos de iniciativa local com vistas a reduzir conflitos ambientais. No Brasil têm sido realizadas práticas que resultam do envolvimento crescente da população nos espaços públicos de discussão e negociação das demandas socioambientais e têm sido aperfeiçoados os mecanismos de cooperação e de controle social do governo. Os debates sobre o destino dos recursos naturais têm ganhado um alcance simbólico que transcende a questão ambiental, projetando-se como uma dimensão relevante da valorização da identidade nacional (MMA, 2004). Juntamente, ampliou-se a força das parcerias entre o terceiro setor, as empresas e a esfera governamental (SANTOS, 2005).

Um exemplo é o das ações orientadas pela Educação Ambiental, cuja prática é a reflexão crítica sobre a sociedade e o processo histórico que levou à conjuntura socioambiental atual (LOUREIRO, 2008). As intervenções promovidas pelas práticas de Educação Ambiental almejam alcançar um nível de entendimento mais amplo acerca dos problemas ambientais que decorrem de uma gestão ambiental irresponsável ou negligente. Pretendem, a partir desta compreensão, promover uma gestão comunitária dos recursos, com propósitos claros à sua preservação, desde que estes estejam baseados no cuidado (LAYRARGUES, 2004). O potencial de formação e conscientização política que a Educação Ambiental pode promover na sociedade é vasto, já que se trata de um campo interdisciplinar entre educação e sustentabilidade. Por isso, a Educação Ambiental pode ser um caminho que conduza para a reconexão do homem com a natureza em que ele vive (LOUREIRO, 2008), pois sua práxis pedagógica está interessada em proteger os recursos essenciais à vida e permitir uma melhor qualidade de vida (CARVALHO, 2004). No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental, PNEA, lançada em 1999, assume o trato político das questões ambientais e sublinha a importância da participação social nesse processo (PNEA, 2007). A participação social nesse contexto se vincula à questão do direito ao acesso a informações e ao direito de os cidadãos serem consultados sobre processos que envolvem o meio onde vivem (REDCLIFT, 1995).

Dentro do âmbito da Educação Ambiental, têm sido fomentadas ações que permitem a promoção de novos espaços de interação em torno das questões socioambientais (SOARES,2009; SHAUN, 2002). Os espaços virtuais de comunicação, como a Internet, oferecem agilidade e comodidade, além de permitir interações multidirecionais. A Internet tem sido utilizada como extensão de possibilidades de participação. Ela pode se tornar um canal adicional dentro de uma variedade de novas formas de engajamento cívico e participação democrática, ampliando o envolvimento público na deliberação democrática (FREY, 2003; GOMES, 2005b). A participação nesses moldes tem promovido mecanismos com vistas a solucionar conflitos ambientais como é o caso da mobilização social para impedir construção de obras com alto impacto social e ambiental, e outras manifestações populares relacionadas à legislação ambiental como foi o caso mais recente do Código Florestal do Brasil que teve ampla repercussão e mobilização social, promovida principalmente nas mídias sociais.

No contexto do Desenvolvimento Sustentável também têm emergido novas configurações e organizações sociais potenciais, como é o caso da atuação em redes sociais, que podem contribuir para o fortalecimento da cooperação nas comunidades, por meio da ação organizada e da conscientização acerca do uso dos recursos naturais disponíveis. A participação em redes sociais promete oferecer uma forma emergente de atuação coletiva que possibilita a reflexão e o trabalho em conjunto a favor dos bens comuns (BUDO et.al, 2010; JACOBI, 2000).

No entanto, participação social fora dos espaços institucionais formais também apresenta desafios como a polarização dos conflitos decorrentes dos diversos interesses, dificuldades para conseguir articulação consolidada entre as diversas aspirações ambientais das comunidades, e dificuldades para manter a organização e periodicidade das ações propostas (SANTOS, 2005, FREY, 2003; MARQUES, 2010). Tem sido um desafio aproximar os espaços públicos de base mais ampla, oriundos da mobilização social, às estruturas formais de representação política, e conseguir com que a sociedade civil organizada consiga influenciar os núcleos políticos de tomada de decisão sem ser manipulada por esta (SANTOS, 2005).

Com o intuito de aprofundar as possibilidades de participação em novos espaços sociais, serão analisadas, nos próximos capítulos, duas perspectivas de atuação que se propõem a fomentar o engajamento coletivo em questões socioambientais. Serão analisadas as contribuições da Educomunicação e da atuação em redes sociais.

CAPÍTULO 2

NOVOS ESPAÇOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO

2.1 INTRODUÇÃO

Durante a última década, as políticas de fomento ao Desenvolvimento Sustentável têm trabalhado com o intuito de promover novos espaços de participação social de forma a incorporar intervenções inspiradas em áreas interdisciplinares do conhecimento, como é o caso da Educomunicação. (MEADOWCROFT, 2003; REDCLIFT, 1995; BREUER, 2002). A Educomunicação é um campo de intervenção social dialógica, fundamentada nas áreas de Comunicação e Educação, orientada pela reflexão crítica acerca dos modelos tradicionais de comunicação, participação social e envolvimento com as questões sociais (MARTIRANI, 2008; SARTORI & MARTINI, 2008; METZKER, 2008; SHAUN, 2002; SOARES, 2004). É um campo de atuação social em vias de consolidação, que promove a participação social em âmbitos relacionados ao processo comunicativo no contexto comunitário e nos espaços educativos.

A Educação tem uma função política e é condição para a participação, embora esta seja resultado de um processo lento e profundo (DEMO, 1993). Os trabalhos pedagógicos ou educativos podem motivar a criação de soluções próprias para os problemas enfrentados de forma a não gerar dependência de uma participação tutelada (DEMO, 1993). A Educação Ambiental visa não somente a utilização racional dos recursos naturais e o tratamento de questões sobre ecologia, mas, principalmente, a participação dos cidadãos nas discussões e decisões sobre as questões ambientais (REIGOTA, 2007). A Comunicação, por sua vez, tem valor estratégico e político, e o acesso a ela determina as relações de poder, pois a comunicação indica uma ação política (SCHAUN, 2002). A interface entre esses três campos pode contribuir para o fomento de relações de poder mais horizontais; a ampliação do acesso às informações e aos canais de expressão; a motivação de comunidades locais; e a criação de novos espaços de participação social (CACHEADO, 2007; JUNIOR, 2007; VOLPI & PALAZZO, 2010; REDE CEP 2009; CERRADO EM PAUTA, 2010a).

O potencial transformador das ações de Educomunicação tem sido demonstrado em estudos empíricos que focam a análise crítica dos meios de comunicação e dos processos educativos realizados em espaços de educação formais (CACHEADO, 2007; JUNIOR, 2007;

ARANGO, 2011; FERREIRA, 2011; FERNANDEZ et.al, 2011; MUCHERONI, 2011). No entanto, até o momento, existe escassa produção acadêmica sobre a análise crítica de projetos educacionais realizados em espaços públicos informais, e principalmente sobre sua aplicação para promover a participação social em questões socioambientais.

Este capítulo pretende suprir parte desta lacuna por meio da discussão sobre as propostas conceituais da Educomunicação e por meio da análise de suas aplicações práticas em projetos realizados com o intuito de promover a participação social em questões socioambientais. O capítulo apresenta as propostas conceituais da Educomunicação, as formas pelas quais os processos educacionais atuam, e, por fim, os logros alcançados e os desafios em quatro projetos educacionais realizados no Brasil com a intenção de promover a participação social em questões sociais e /ou ambientais.

2.2 EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO DE INTERVENÇÃO SOCIAL CRÍTICA

A Educomunicação é um campo de intervenção social que tem como objetivo o fortalecimento de ecossistemas comunicativos, isto é, espaços de expressão comunicativa nos quais educadores, comunicadores e atores sociais discutem problemas sociais e ambientais por meio do uso de recursos tecnológicos e de linguagens presentes nas relações da vida cotidiana (SARTORI & MARTINI, 2008; SOARES, 2009). A Educomunicação nasceu no âmbito dos movimentos populares da América Latina e seus conceitos resultam da experiência prática de educadores-comunicadores populares como Paulo Freire, Martín-Barbero e Mário Kaplún (SARTORI & MARTINI, 2008) que veem na relação entre Educação e Comunicação o surgimento de um campo de mediação e atuação crítica e transformadora (SOARES, 2000).

As ações desenvolvidas no âmbito da Educomunicação se configuram dentro de um debate político vinculado à cidadania, liberdade de expressão e interculturalidade, que considera a educação para os meios de comunicação uma estratégia promotora da comunidade e da justiça social (PERUZZO, 2011; GELVEZ, 2011; FURTADO & OLIVEIRA, 2011). Sua pedagogia dialógica, baseada em Freire, considera fundamental tecer interações comunicacionais no processo educativo, e concebe a educação como um ato político e de comunicação (FREIRE, 1983; REIGOTA, 2007).

A Educomunicação atua por meio de uma série de estratégias e ferramentas, que formam um amplo campo de implementação de políticas de comunicação educativa em cinco áreas principais de intervenção sociopolítico-cultural: 1) análise das possibilidades das novas

tecnologias nas formas de aprendizagem dentro dos espaços educativos; 2) análise crítica dos impactos da mídia na sociedade; 3) ampliação de espaços e possibilidades de expressão comunicativa; 4) assessoria aos sistemas educativos na gestão da comunicação; e 5) reflexão epistemológica sobre as potencialidades teóricas e práticas da interface entre Comunicação e Educação (SOARES, 2009; VOLPI & PALAZZO, 2010).

A intenção da Educomunicação é colocar os meios de informação a serviço dos interesses e necessidades da população, garantindo a todos o direito à livre expressão e o acesso às tecnologias da informação. Desta forma, possibilita a formação de um novo campo de intervenção social que leva em consideração no processo comunicacional o emissor, o receptor e as práticas culturais locais (CACEHADO, 2007). A Educomunicação questiona o modelo comunicacional vigente, e também suas fontes produtoras que representam a relação poder-política-cultura dominante de comunicação (SHAUN, 2002). Nesse contexto, a Educomunicação atua na formação da opinião pública sobre temas de interesse social e ambiental e promove a geração de emissores de conteúdos informacionais críticos (MAZZARINO, 2011; MARTIN-BARBERO, 2000; KAPLÚN, 1999).

Ao longo da última década, vem se formando nos países do hemisfério sul uma “utopia educacional”, inspirada nas teorias de Freire, Martín-Barbero, Kaplún e Canclini (SOARES, 2009). Essa utopia atua em quatro movimentos principais: a recepção qualificada das informações, a educação popular, a articulação para a mudança social e o reconhecimento da Educomunicação como direito de todos. A recepção qualificada é relacionada ao protagonismo que questiona o modelo unilateral imposto pela indústria cultural e a relação dos sujeitos com as novas tecnologias. A vertente da educação popular se baseia nas teorias de Freire e de Kaplún e foca a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre as diversas esferas sociais, os meios de comunicação e os espaços formais de educação. A terceira vertente foca a utopia de uma articulação coletiva para a mudança social que trabalha com os meios de comunicação de forma dialógica com vistas ao desenvolvimento humano e ao Desenvolvimento Sustentável. Na quarta vertente, a Educomunicação passa a ser um direito alcançado no contexto mais amplo das políticas públicas.

O Brasil realizou importantes avanços no sentido de fomentar na prática os postulados desta “utopia”, nos últimos dez anos. As estratégias de desenvolvimento e de fortalecimento das ações de Educomunicação têm sido apoiadas por uma rede ampla de organizações sociais e governamentais nacionais e internacionais como a UNESCO, a UNICEF, a Rede ANDI América Latina, a Prefeitura do Município de São Paulo, o PNUD, a Universidade de Brasília, a Universidade de São Paulo e o Ministério do Meio Ambiente, entre outros. Como resultado de uma

mobilização ampla em torno do fortalecimento das interfaces conceituais e práticas entre Educomunicação e Comunicação, o Ministério da Educação escolheu a Educomunicação como um dos macrocampos do projeto Ensino Médio Inovador (BRASIL, 2005; SOARES, 2009). A Educomunicação Socioambiental, por sua vez, é reconhecida oficialmente como componente pedagógico dos processos comunicativos associados à Educação Ambiental no âmbito do Programa Nacional de Educação Ambiental, ProNEA (BRASIL, 2008). Além disto, ela vem firmando-se no país também como campo epistemológico, e tem seus estudos ampliados e sistematizados por pesquisadores do Núcleo de Comunicação e Educação - NCE, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Além de seu fortalecimento dentro dos ambientes políticos, acadêmicos e institucionais, a Educomunicação pretende alcançar uma articulação coletiva para a transformação social no contexto brasileiro. Ela transcende os espaços da educação formal e da mídia, e avança para a formação de coletivos educadores que pretendem formar educadores ambientais não necessariamente formados pelas escolas da pedagogia ou da comunicação (TRAJBER, 2005). Nesse sentido, têm sido realizadas ações com vistas à promoção de educadores a partir da experiência dos cidadãos comuns, por meio do mapeamento de experiências realizadas por professores, alunos, produtores culturais, comunicadores, jornalistas, gestores de políticas públicas e a sociedade civil organizada, na medida em que esses reconhecem e questionam os problemas socioambientais enfrentados e buscam soluções por meio de práticas educacionais formais ou informais.

A participação social e a Educomunicação são intrinsecamente relacionadas. A participação social ocorre em diversos âmbitos e processos relacionados ao processo comunicativo, tanto no contexto comunitário como nos espaços de educação e comunicação formais e não formais. Na literatura sobre Educomunicação, a participação é mencionada em cinco aspectos principais: 1. Participação no planejamento, na gestão e na avaliação dos meios de comunicação; 2. Participação na escolha da programação midiática por meio da interferência nos conteúdos e na escolha dos conteúdos veiculados; 3. Participação na criação, no desenvolvimento e na emissão das mensagens educacionais, por meio da formação de receptores e emissores críticos; 4. Participação das discussões sobre mídia e sobre assuntos sociais no âmbito escolar; e 5. Participação social nos espaços sociais e políticos fora do espaço escolar e midiático convencional (BRASIL, 2008; SOARES 2009).

A reflexão sobre participação na mídia analisa a participação do público em meios de comunicação que tem o potencial de promover sua atuação na sociedade como porta-voz de suas opiniões (FERREIRA, 2011; KAPLÚN, 1999). Já a última dimensão, a participação social em

espaços sociais e políticos, pode ser considerada como um fim dentro de um processo educacional, pois é resultado da mobilização social em torno de questões de interesse socioambiental e do fortalecimento de ecossistemas comunicativos nos quais se discutem e se resolvem aspectos essenciais da vida da comunidade (FERNANDEZ, et. al, 2011). A participação neste âmbito é promovida a partir da recepção e produção de mensagens educacionais e engloba intervenções concretas na realidade socioambiental por meio da abertura de novos espaços de participação e transformação social no contexto mais amplo da cidadania (GELVEZ, 2011).

A aplicação dos processos de Educação se dá predominantemente no âmbito de atividades socioeducativas. Uma série de reflexões acadêmicas trata de sua aplicação no espaço da educação formal que analisa a utilização dos meios de comunicação de massa na sala de aula como recurso didático para o aprendizado e o fortalecimento dos meios escolares nos processos de formação cidadã (FERNANDEZ et. al, 2011; ARANGO, 2011; FERREIRA, 2011; MUCHERONI, 2011). A Educação também tem sido analisada com relação ao acesso e ao uso das novas tecnologias, redes sociais e a *web* no âmbito educacional (VIANA, 2011; FERREIRA, 2011; FURTADO & OLIVEIRA, 2011; MUCHERONI, 2011; GOTTLIEB, 2002). No entanto, existem possibilidades mais amplas de atuação da Educação que transcendem os muros da educação formal (SOARES, 2009; PERUZZO, 2007). A Educação Socioambiental, por exemplo, é uma linha de atuação que corresponde à dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados a questões específicas relacionadas à sustentabilidade e ao Desenvolvimento Sustentável (MARTIRANI, 2008; MAZZARINO, 2011; VIANA 2011; BRASIL, 2005). Seu campo de ação evidencia a vinculação entre a questão social e ambiental dentro de uma dimensão ecológica que se vale da diversidade cultural e das distintas áreas do conhecimento formais e não formais (CARVALHO, 2004). A Educação Socioambiental oferece um marco de referência político e conceitual que integra iniciativas coerentes com as diretrizes da Política Nacional de Comunicação e Informação Ambiental. Desta forma, ela pretende responder aos desafios do Desenvolvimento Sustentável dentro de uma atuação social e política no âmbito da Educação Ambiental crítica (SORRENTINO ET AL, 2005, LOUREIRO ET AL, 2009).

Com o intuito de refletir sobre a aplicação prática desta ampla gama de postulados que partem do seio da Educação, será analisado, a seguir, de que forma os processos de Educação e de sua vertente Socioambiental podem atuar no sentido de promover a participação social em questões relacionadas à sustentabilidade. Para ilustrar a discussão, serão analisados quatro projetos realizados em torno de questões sociais e ambientais no Brasil. Os projetos, em discussão, em sua maioria, foram implementados dentro de espaços de educação

formal, como é o caso do Educom.radio (JUNIOR 2007; ALMEIDA, 2010); Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! (VOLPI & PALAZZO, 2010); e Agência Uga-Uga de Comunicação (CACHEADO, 2007). No caso do Projeto Cerrado em Pauta (CERRADO EM PAUTA, 2010a), trata-se de uma iniciativa realizada com o intuito de fortalecer a atuação educacional em espaços públicos socioambientais do DF, incluindo espaços educativos informais como organizações culturais, associações, coletivos juvenis e meios de comunicação comunitários.

O Projeto Educom.radio foi desenvolvido pelo Núcleo de Comunicação e Educação da USP em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo. Ele envolveu professores, alunos e membros da comunidade das escolas municipais do ensino fundamental da cidade de São Paulo com o objetivo de reduzir os índices de violência por meio da promoção da mediação tecnológica na educação. Tinha-se também como objetivo melhorar os processos comunicativos nas escolas e estimular o protagonismo infanto-juvenil dos alunos. O projeto tem sido reimplantado em diversos contextos desde então. Neste trabalho são analisados alguns resultados de sua implementação em 455 escolas da rede municipal de São Paulo entre os anos de 2001 e 2004 e em escolas públicas do Mato Grosso, realizada em parceria com o Governo Federal, entre 2006 e 2007.

O Projeto Melhorando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! foi desenvolvido com apoio do Unicef e uma série de ONGs atuantes em Comunicação e Educação em escolas públicas de Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, entre os anos de 2008 e 2010. O Projeto atuou na promoção da participação e do envolvimento comunitário dos alunos das escolas, por meio da aproximação entre o espaço escolar e a comunidade circundante. As ações principais do projeto compreenderam o fortalecimento da relação entre comunicação e educação entre adolescentes das escolas públicas das cidades mencionadas.

A Agência UgaUga! de Comunicação foi implementada em escolas em Manaus a partir de 2000. A Agência foi criada com apoio da Rede ANDI e uma série de financiadores, entre eles a Unicef. Teve como objetivo promover políticas públicas de incentivo à formação cidadã por meio de estratégias de educação, comunicação, participação e mobilização social. O Projeto trabalhou o direito ao protagonismo de adolescentes dentro do espaço escolar e promoveu sua participação em outros espaços sociais como fóruns e eventos políticos.

O Projeto Cerrado em Pauta foi realizado em quatro regiões administrativas do Distrito Federal: Gama, Planaltina, Ceilândia e Brazlândia, entre 2010 e 2011. O projeto foi concebido no âmbito da Agenda 21 pelo Ministério do Meio Ambiente, recebeu financiamento do PNUD e foi

executado pela Universidade de Brasília. Teve como objetivo principal contribuir para a formação de educadores socioambientais no DF e para o fortalecimento de coletivos e redes socioambientais formadas por atores sociais atuantes nas cidades envolvidas. O Projeto formou 120 jovens em Educomunicação e mobilizou mais de 100 atores para atuarem em uma rede social virtual.

O Quadro 1, apresenta as principais informações sobre os projetos analisados neste trabalho e resume seu local de execução, duração, principais parceiros, público atendido e objetivos principais de cada projeto. As informações sobre os projetos analisados foram coletadas por meio de levantamento bibliográfico. No caso do Cerrado em Pauta, a análise foi feita a partir dos relatórios oficiais do projeto e a partir de dados coletados ao longo de 21 meses de processo de observação participativa periférica, ou seja, acompanhamento presencial, sem interferência concreta.

Projeto	Educom.radio*	Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo!*	Agência UgaUga de Comunicação*	Cerrado em Pauta**
Locais de execução	Escolas da rede municipal de São Paulo Escolas públicas de Mato Grosso	Escolas públicas de Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza	Escolas em Manaus	Quatro regiões administrativas do Distrito Federal: Gama, Planaltina, Ceilândia e Brazlândia.
Duração	2001 a 2004 2006 e 2007	2008 a 2010	Desde 2000	2010 e 2011
Parceiros	Núcleo de Comunicação e Educação da USP e Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo Governo Federal	UNICEF, Rede CEP, CIPO Comunicação Interativa, Oficina de Imagens, Associação Cidade Escola Aprendiz e Comunicação e Cultura, British Telecom	Agência UgaUga de Comunicação com apoio da Rede ANDI, Unicef	Universidade de Brasília, PNUD
Público principal	Professores, alunos e membros da comunidade das escolas municipais do ensino fundamental da cidade de São Paulo Estudantes de escolas públicas de Mato Grosso	Adolescentes das escolas públicas das cidades mencionadas	Adolescentes e jovens de Manaus	Jovens e coletivos atuantes no do Distrito Federal com a temática ambiental, cultural, social e de comunicação comunitária
Objetivos	Promover a mediação tecnológica na educação Melhorar os processos comunicativos nas escolas Estimular o protagonismo infanto-juvenil	Promover relação entre comunicação, educação e adolescentes Promover a participação e o envolvimento comunitário Promover uma rede de comunicação local	Promover políticas públicas de incentivo da formação cidadã por meio de estratégias de educação, comunicação, participação e mobilização social	Contribuir para a formação de educadores socioambientais e para o fortalecimento de coletivos e redes socioambientais

Quadro 1 – Apresentação dos projetos de Educomunicação analisados

Fonte: Elaboração própria a partir de análise bibliográfica (*) e dados coletados durante acompanhamento do Projeto (**)

Nas próximas sessões serão analisadas as contribuições que os processos de Educomunicação podem oferecer aos quatro desafios principais da participação social no contexto do Desenvolvimento Sustentável, detalhados no Capítulo 1.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO AOS DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

2.3.1 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DE RELAÇÕES DE PODER MAIS HOMOGÊNEAS

A Educomunicação tem como premissa central atuar na promoção da horizontalidade da comunicação e da gestão comunicacional (BRASIL, 2008). Pretende alcançar isto a partir de práticas pedagógicas solidárias e colaborativas que envolvem diversas esferas de poder nos espaços onde são implementadas. No caso dos projetos de Educomunicação realizados dentro do ambiente escolar é comum observar objetivos direcionados à diminuição das diferenças hierárquicas entre atores com diversos níveis de poder, por meio de atividades interativas de aproximação entre alunos, educadores, direção e membros da comunidade (ALMEIDA, 2010; JUNIOR, 2007). As ações realizadas nesse sentido abordam de forma sistêmica as relações entre recursos pedagógicos e comunicativos.

No projeto Educom.radio, por exemplo, o processo de produção de peças comunicativas contribuiu para a elaboração de produtos educacionais de forma conjunta entre alunos e professores. Ao longo do projeto, os alunos se tornaram produtores e emissores de mensagens, assim como seus professores, o que os aproximou em momentos de tomada de decisão e durante a escolha das pautas e das formas de linguagem utilizadas.

No âmbito da metodologia do mesmo projeto, implementado em escolas do Mato Grosso, o processo de elaboração das informações interferiu nas relações sociais tradicionais de uma comunidade xavante. Nesse caso, as alunas que, antes não podiam se expressar de forma aberta devido a uma série de fatores culturais, tornaram-se protagonistas do processo de comunicação local, por meio do gradual domínio das tecnologias de comunicação e do acesso às informações sobre seu contexto socioambiental. Com isso as estruturas de poder e de relações hierárquicas locais

tradicionais foram questionadas, e promoveu-se o acesso a conhecimentos políticos, ambientais e direitos sociais, possibilitando a criação de novos espaços de expressão (ALMEIDA, 2010).

No caso do Projeto Cerrado em Pauta, a metodologia de trabalho foi participativa e envolveu a interação constante entre o grupo de coordenadores e de multiplicadores formado por jovens, professores, lideranças culturais locais, ambientalistas e moradores atuantes em práticas pedagógicas e culturais, o que implicou no fortalecimento de cada coletivo local como instância decisória do processo de formação. As ações referentes à implementação do plano de formação em Educomunicação foram articuladas em uma rede social virtual, a Rede Cerrado em Pauta, que acabou se tornando um produto educutivo dos coletivos organizados nas cidades, facilitado pelo uso de ferramentas tecnológicas (CERRADO EM PAUTA, 2010c).

O Projeto Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! promoveu a interatividade entre os membros da comunidade escolar nas cidades onde o projeto foi implementado, aproximando os diversos atores que influem na formação dos alunos.

No caso da Agência Uga-Uga!, o projeto reconheceu os adolescentes como produtores das mensagens por eles escolhidos, elaborados e veiculados e, desta forma, fomentou a comunicação horizontal entre jovens e professores.

Apesar desses logros no sentido de promoção de relações de poder mais horizontais, no entanto, foi relatada em geral certa dificuldade para sustentar as mudanças estruturais promovidas pelos projetos após as formações iniciais. Em muitos casos, manter as novas relações de poder mais igualitárias foi dificultado devido à resistência dos professores e dos dirigentes ao fomento da autonomia dos jovens, principalmente dentro do ambiente escolar.

2.3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA O AUMENTO DA EXPRESSÃO NAS AÇÕES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita a formação de sujeitos das ações comunitárias (PERUZZO, 2002). A Educomunicação problematiza a atuação dos indivíduos enquanto produtores mediadores e receptores dos bens culturais e comunicacionais nas

comunidades, por meio de ações de valorização de sua identidade social e cultural (CACHEADO, 2007; MARTIRANI, 2008; SARTORI & MARTINI, 2008; METZKER, 2008; SHAUN, 2002). Ela promove conhecimentos acerca de diversos recursos de comunicação - audiovisuais, impressos, fotográficos, virtuais – de forma que esses sejam aliados aos processos de ensino (FERREIRA, 2011; FEILITZEN, 1999; FERNANDEZ, et. al, 2011; GELVEZ, 2011). Para isso utiliza linguagens artísticas como, grafiti, design, radionovela, teatro e poesia. Outros exemplos de meios de comunicação utilizados pela Educomunicação são o uso de rádio escolar, rádio virtual, videogames, softwares de aprendizagem online, podcasts, blogs, fotografia, projetos de entrevistas e reportagens executadas pelos estudantes, além de formas de expressão vinculadas a manifestações culturais como o Cordel ou o Hip Hop. Assim, uma de suas principais áreas de intervenção é o aumento da expressão comunicativa em processos educativos e em espaços de interação humana.

Segundo Peruzzo (2007), os meios de comunicação popular, onde a Educomunicação atua de forma predominante, ampliam o espectro da participação política, incrementando-a a partir da participação em nível local, das organizações populares, e contribuindo para o processo de democratização e ampliação da conquista de direitos de cidadania. Essas práticas educacionais transcendem a ação educativa ou comunicativa e frequentemente envolvem a coordenação de projetos culturais que facilitam a ação comunicativa entre pessoas e entidades (MAZZARINO, 2011). Por isso, requerem uma atuação de pesquisa-ação-participante, pois estão fundamentadas no resgate da memória comunicativa e ambiental, e da consequente intervenção social que considera e valoriza as raízes locais (TRAJBER, 2005). Neste sentido, a atuação do educador promove o diálogo com as esferas públicas e privadas, com os meios de comunicação e com o sistema formal de educação, com o objetivo específico de ampliar o coeficiente comunicativo, isto é, o poder e a habilidade de comunicar (SOARES, 2009).

O uso das novas tecnologias pela Educomunicação também têm potencializado as inovações pedagógicas no contexto educacional, pois incentivam novas configurações de atuação e interação baseadas na heterogeneidade e na interatividade. A princípio, elas se propõem a uma postura de oposição ao discurso dominante e à homogeneização.

No caso dos relatos analisados neste trabalho, os projetos de mediação tecnológica desenvolvidos no âmbito da Educomunicação implementados em escolas atuam no sentido de aprimorar a expressão comunicativa dos alunos por ampliarem as

possíveis interfaces onde os conteúdos comunicacionais podem ser apresentadas (JUNIOR, 2007).

No âmbito da Agência UgaUga! a Educomunicação utilizada como estratégia de promoção dos direitos de crianças e adolescentes aliada à promoção da participação juvenil, configurou uma possibilidade pedagógica com potencial de contribuir para a melhoria da expressividade dos atores envolvidos, tanto na escola, quanto em ambientes de educação informal (CACHEADO, 2007).

O Projeto Cerrado em Pauta possibilitou que os jovens se expressassem de acordo com seu talento e interesses o que possibilitou a organização de canais de comunicação, um programa de rádio semanal, organização de blog e rede social no Facebook e transmissão de atividades do projeto em tempo real pela TV WEB. Nas ações foram encontradas interfaces significativas entre cultura, meio ambiente e comunicação.

O Projeto Educom.radio aprimorou a expressão comunicativa dos alunos na medida em que ampliava a liberdade de expressão e promovia maior participação. Já o Projeto Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! constituiu pontos de comunicação comunitária e trabalhou na apropriação do direito à livre expressão junto à fluência comunicativa (VOLPI & PALAZZO, 2010)..

No sentido de verificar as contribuições da Educomunicação na ampliação da expressividade dos atores sociais, Junior (2007) propõe a análise das melhorias dos alunos na realização de pesquisas mais elaboradas, aumento da autoestima e melhoras na timidez, ampliação do vocabulário e no repertório cultural, e desenvolvimento de competências de trabalho de equipe. No entanto, ainda faltam metodologias sólidas que comprovem o aumento do coeficiente de expressão dos atores que participam dos processos educacionais.

2.3.3 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA A MOTIVAÇÃO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Educomunicação promove, portanto, interações entre indivíduos, coletivos e grupos sociais, e facilita a troca de informações e de produtos e serviços entre organizações (MARTIRANI, 2008). Por meio do uso de meios de comunicação comunitários, contribui com a construção da identidade vinculada ao território, e estimula o espírito de pertencimento (REDE CEP, 2009). Ao mesmo tempo, visa

fortalecer a vivência do senso comunitário o que possibilita resgatar a interlocução política de grupos excluídos.

Os canais interativos de mídia utilizados pela Educomunicação permitem que o público se torne produtor das informações, dando valor à sua opinião, o que pode contribuir para a mobilização à participação (FERREIRA, 2011). Por possibilitar a atuação dentro de um espaço de produção de mensagens, a partir do uso de técnicas e da arte-cultura, a Educomunicação facilita a criação e espaços de expressão de acordo com interesses e domínio das técnicas específicas de cada um. Desta forma, o envolvimento dos atores pode ser facilitado de acordo com suas vontades e habilidades, facilitando o caráter voluntário de sua adesão, característica fundamental da mobilização social (WERNECK & TORO, 1996).

De acordo com Junior (2007), no projeto Educom.radio, a promoção da gestão mais horizontal e a produção de mensagens baseada no diálogo aumentou o interesse a participação no projeto por parte dos alunos. No caso do projeto implementado em Mato Grosso, os alunos da comunidade xavante que, a princípio não estiveram mobilizados no projeto, foram se envolvendo na medida em que as meninas começaram a ganhar espaço destacado nas produções de mensagens na rádio escolar (ALMEIDA, 2010).

O projeto Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo!, por sua vez, trabalhou com o direito à livre expressão junto à fluência comunicativa, o que permitiu gerar auto-responsabilização dos adolescentes em relação a problemas coletivos (VOLPI & PALAZZO, 2010). O projeto promoveu o empoderamento e a capacidade crítica dos alunos que passaram a ser mais proativos, participativos e avaliadores do espaço escolar.

No caso da Agência Uga-Uga, os conteúdos de mobilização e de participação juvenil das oficinas formativas compuseram um mecanismo significativo de sustentabilidade ao promover maior autonomia dos jovens por meio de um processo mais estruturado de mobilização (CACHEADO, 2007).

No Cerrado em Pauta, ao longo da formação dos atores em Educomunicação, estes compreenderam a questão ambiental como uma questão política mais ampla, o que tornou possível repensar as potencialidades das ações que artistas, professores, ambientalistas e comunicadores desenvolvem para promover debates acerca de questões socioculturais e ambientais de cada localidade. As formas expressivas aliadas à arte agregaram um número considerável de jovens que se mostraram dispostos a se

tornarem multiplicadores na formação de outros jovens (CERRADO EM PAUTA, 2010c). A aproximação entre os diversos atores sociais promovida pelo Projeto Cerrado em Pauta foi um fator mobilizador e integrador o que proporcionou a ampliação da compreensão sobre as necessidades de intervenção em cada um dos territórios habitados. Os atores de cada cidade puderam intercambiar experiências e possibilidades de atuação. No entanto, surgiram alguns desafios com relação à mobilização de atores, justamente devido às características das cidades periféricas cujo acesso é limitado ao transporte urbano de baixa qualidade. Soluções criativas tiveram que ser encontradas a cada momento para incentivar os jovens a participarem e permanecerem nas oficinas da sua cidade, como auxílio transporte e alimentação. Outro desafio foi mapear e fortalecer a atuação de produtores culturais dedicados à divulgação dos trabalhos, para dar mais visibilidade as ações desenvolvidas. Portanto, a ampliação de oportunidades de expressão por si só não garante a mobilização continuada dos atores se não forem reforçadas com intervenções presenciais e motivadoras.

2.3.4 AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCOMUNICAÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS INOVADORES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O *locus* de ação principal da Educomunicação é formado por ecossistemas comunicativos, isto é, pelo conjunto de linguagens e representações presentes nas relações da vida cotidiana, mediadas por meios de comunicação, empresas, movimentos populares e organizações não governamentais (SOARES, 2004). O ecossistema comunicativo traz em si ações que permitem que diversos agentes sociais promovam a ampliem suas relações de comunicação. São espaços onde se dialogam e discutem os problemas sociais e ambientais usando os recursos tecnológicos sempre que possível para potencializar e ampliar essas relações via conexão às redes de informação (SARTORI E MARTINI, 2008). Desta forma, a Educomunicação constrói novos lugares de participação da cidadania (SHAUN, 2002) em espaços alternativos e interativos como as redes sociais, as associações culturais e a Internet (GOMES, 2005).

A articulação de interações virtuais e presenciais possibilita a formação de “bases virtuais de informação” (BRASIL, 2008) que têm como função a difusão interativa e participativa da comunicação.

Além de produzir conteúdo comunicacional, a Educomunicação fomenta também acontecimentos em torno da questão socioambiental como eventos e mobilizações sociais compartilhados por instituições de diversas naturezas (PERUZZO, 2002). A isso se soma a atuação no ciberespaço, característica intrínseca da Educomunicação, o que disponibiliza possibilidades inovadoras de acesso à informação, de expressão e de interação na sociedade em rede onde o cidadão passa a saber e reconhecer seus direitos e deveres (ANDRADE, 2006).

A possibilidade de atingir uma ampla gama de atores em tempo real por meio do uso das novas tecnologias permite à Educomunicação promover ações concretas de democracia e participação. O meio digital pode ser um espaço ideal de promoção da participação na medida em que gera uma “bidirecionalidade” no processo de comunicação, o que contribui para reconhecer o protagonismo dos cidadãos frente a assuntos que lhe dizem respeito, além de contar com a participação voluntária dos mesmos (FERREIRA, 2011).

A relação entre novas tecnologias e formação de novos espaços de participação social foi verificada nos projetos analisados. No projeto Cerrado em Pauta, por exemplo, foram fortalecidos grupos de jovens e de ONGs do DF que produziram informação pelo uso das novas tecnologias, além de eventos de mobilização social e a formação de uma rede crítica em torno da questão socioambiental. O coletivo formado pelo Projeto utilizou canais interativos de produção e veiculação de informações com conteúdo cultural e socioambiental. O envolvimento dos multiplicadores com os grupos participantes fez com que fossem criados coletivos jovens integrados com as quatro cidades do Distrito Federal, inter-relacionado outras cidades e estados.

No caso da Agência Uga-Uga, o projeto promoveu ações dentro do espaço escolar e também em outros espaços sociais, o que mobilizou aos jovens a transcenderem os espaços formais nos quais o projeto foi idealizado (CACHEADO, 2007).

O Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! estabeleceu uma rede de comunicação local e sensibilizou a comunidade escolar para o uso de ferramentas de comunicação para a reflexão sobre a realidade da escola e domínio de novas práticas no processo de ensino aprendizagem.

Apesar de todo seu potencial exposto, os espaços informais de participação presenciais ou virtuais também apresentam desafios. No Cerrado em Pauta foi verificado que o uso das novas tecnologias por si só não significa maior engajamento

social, pois muitos jovens com acesso às informações sobre os encontros permaneceram desinteressados. Ao mesmo tempo, a divulgação das ações via web mostrou-se limitada, devido ao acesso parcial à Internet.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESULTADOS E AS LIMITAÇÕES DOS PROJETOS DE EDUCOMUNICAÇÃO ANALISADOS

Com base na pesquisa realizada, pode-se afirmar que a Educomunicação contribui para a promoção da participação social em várias frentes, desde a promoção da participação nos meios de comunicação até a mobilização para a participação social em espaços socioambientais mais amplos. Isto demonstra que a Educomunicação é um campo com potencial de agregar alternativas significativas aos desafios da participação levantados no Capítulo 1 desta dissertação, principalmente nas dimensões da potencialização da expressão criativa e da criação de novos espaços de participação. Essas dimensões se mesclam na prática, pois, por um lado, as relações mais horizontais que a Educomunicação promove contribuem para a redução das diferenças entre os níveis desiguais de participação, por outro, as oportunidades de maior expressão possibilitam o aumento no potencial de participação. Isto reforça que a Educomunicação e a promoção da participação social são intrinsecamente vinculados.

O Quadro 2 apresenta o resumo dos principais resultados e limitações encontrados nos quatro projetos de Educomunicação analisados. Na primeira coluna figuram as quatro limitações da participação social que foram analisadas, na segunda coluna as principais propostas conceituais da Educomunicação com relação a cada uma das limitações identificadas, nas colunas subsequentes os resultados verificados em cada um dos projetos analisados, e na última coluna as principais limitações verificadas nos projetos.

Aspectos analisados	Propostas da Educomunicação	Projeto Educom.radio	Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo	Agência Uga-Uga de Comunicação	Projeto Cerrado em Pauta	Limitações verificadas nos projetos
Desníveis da participação social	Promover a horizontalidade da comunicação e da gestão comunicacional por meio do domínio das tecnologias e acesso às informações	Formou protagonistas do processo de comunicação e questionou-se as estruturas de poder locais tradicionais	Promoveu a interatividade entre os membros da comunidade escolar	Fomentou a comunicação horizontal entre jovens e professores	Fortaleceu coletivos locais como instâncias decisórias facilitado pelo uso de ferramentas tecnológicas	Dificuldades em sustentar as mudanças estruturais promovidas, devido à resistências internas e falta de formação de lideranças internas
Limites na expressão dos participantes	Promover a emissão de conteúdos por meio de linguagens artísticas que visam ampliar espaços e modalidades de expressão	Aprimorou a expressão comunicativa dos alunos por ampliarem a liberdade de expressão e a participação	Constituiu pontos de comunicação comunitária e trabalhou na apropriação do direito à livre expressão junto à fluência comunicativa Melhorou a leitura e a escrita dos alunos	Contribuiu com a melhoria da expressividade dos atores envolvidos, tanto na escola, quanto em ambientes de educação informal	Possibilitou que os jovens se mobilizassem e se expressassem de acordo com seu talento e interesses	Falta de metodologias de verificação da melhoria na expressão das populações participantes para avançar na sistematização das práticas da Educomunicação
Desmotivação à participação social	Valorizar as problemáticas locais e contribuir com a construção da identidade vinculada ao território Permitir que o público se torne produtor das informações	A promoção da gestão mais horizontal e a produção de mensagens baseada no diálogo aumentou o interesse pela participação no projeto	Promoveu empoderamento e capacidade crítica dos alunos que passaram a ser mais proativos, participativos e avaliadores do espaço escolar	Promoveu oficinas sobre mobilização e participação juvenil e comunicação horizontal	As novas formas expressivas e a arte agregaram um número considerável de jovens	Falta de conhecimento da problemática socioambiental local Falta de oportunidades de expressão em foros informais e comunitários Dificuldade em manter mobilização sem remuneração

Aspectos analisados	Propostas da Educomunicação	Projeto Educom.radio	Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo	Agência Uga-Uga de Comunicação	Projeto Cerrado em Pauta	Limitações verificadas nos projetos
Saturação dos espaços de participação social	<p>Criar espaços inovadores de participação social como as redes sociais, as associações culturais e a Internet com possibilidades inovadoras de acesso à informação, de expressão e de interação na sociedade em rede</p> <p>Atuar em ecossistemas comunicativos amplos</p>	Os novos espaços de comunicação permitiram a expressão de segmentos que antes não podiam se pronunciar	<p>Estabeleceu uma rede de comunicação local</p> <p>Sensibilizou a comunidade escolar para o uso de ferramentas de comunicação para a reflexão sobre a realidade da escola e domínio de novas práticas no processo de ensino aprendizagem</p>	<p>Trabalhou o direito à participação e ao protagonismo no espaço escolar e promoveu participação em outros espaços sociais como fóruns e eventos políticos</p> <p>Incentivou a organização de uma ONG</p>	<p>Fortaleceu grupos De jovens e de ONGs Que produzem informação pelo uso das novas tecnologias</p> <p>Fomentou eventos de mobilização social e a formação de uma rede crítica em torno da questão socioambiental (I Fórum de Educomunicação Socioambiental Do DF)</p> <p>Utilizou canais interativos De produção e veiculação de informações com conteúdo cultural e socioambiental</p>	<p>Existe ambiguidade nos projetos de Educomunicação relacionada aos riscos de supervalorizar as interfaces tecnológicas em detrimento da interação presencial o que pode levar à despolitização</p> <p>O uso das novas tecnologias por si só não significa maior engajamento social</p> <p>Os novos espaços de participação promovidos pela Educomunicação, não devem substituir os espaços tradicionais e principalmente o acompanhamento presencial das ações</p> <p>Ainda existem resistências com relação ao uso das novas tecnologias na educação</p>

Quadro 2: Propostas e limitações dos projetos de Educomunicação analisados

Fonte: Elaboração própria a partir de análise bibliográfica e acompanhamento do Projeto Cerrado em Pauta.

Os quatro projetos analisados neste trabalho, em geral, aplicaram de forma semelhante os conceitos principais da Educomunicação, o que demonstra certa solidez epistemológica do campo da Educomunicação que vem se fortalecendo na última década. Apesar de sua diversidade com relação ao contexto de sua implementação e à sua duração no tempo, os projetos têm conseguido criar interfaces de debate entre comunicação, educação e participação social, com destaque especial para a formação de emissores de informação críticos e o uso das mídias comunicativas para a mobilização social.

A análise dos projetos indica que a Educomunicação tem uma ação direta na percepção crítica das relações desiguais de poder e atua no sentido de minimizar as diferenças sociais que estas ocasionam. Os processos educacionais promovem maior horizontalidade nos processos de comunicação, na medida em que facilita o acesso a novas tecnologias e informações.

O projeto Educom.radio promoveu a gestão mais horizontal entre os atores envolvidos ao longo da duração do projeto. A produção de mensagens baseada no diálogo aumentou o interesse dos alunos pela participação o que possibilitou o aprimoramento de sua expressão comunicativa.

O Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! promoveu a interatividade entre os membros da comunidade escolar mais ampla e constituiu pontos de comunicação comunitária. Promoveu o empoderamento e a capacidade crítica dos alunos que passaram a ser mais proativos, participativos e avaliadores do espaço escolar. Contribuiu também com a melhoria da expressividade dos atores envolvidos, tanto na escola, quanto em ambientes de educação informal.

O Cerrado em Pauta fortaleceu coletivos locais como instâncias decisórias, e possibilitou que os jovens se mobilizassem e se expressassem de acordo com seu talento e interesses.

A Agência Uga-Uga! trabalhou a participação social enquanto direito social dentro e fora do ambiente escolar.

No entanto, apesar de a participação social ser percebida como um direito social, os atores precisam de formação sobre como e por que exercerem esse direito. As relações de poder observadas dentro do ambiente escolar, em geral, seguem modelos tradicionais baseados em valores lineares e autoritários que não levam em conta a diversidade e a complexidade locais.

Os projetos de Educomunicação normalmente são desenvolvidos por meio da aplicação de metodologias de intervenção social como pesquisa-ação o que apresenta desafios para encontrar equilíbrio entre a autonomia dos participantes e a orientação e coordenação externas. Uma vez que os projetos atendem um segmento de população mais vulnerável, a continuidade das ações fica comprometida na medida em que os financiamentos ou a remuneração acaba. Tudo isso indica que mesmo em projetos inovadores no sentido da promoção de uma gestão mais horizontal e participativa, é essencial que lideranças internas sejam fortalecidas dentro dos grupos sociais trabalhados, e que essas lideranças consigam desenvolver maior autonomia nos processos decisórios e de captação de recursos. Esses são pré-requisitos para alcançar a independência da presença continuada dos agentes externos que, aos olhos dos grupos comunitários, continuam sendo os principais atores que têm condições de captar recursos, aglutinar esforços e fomentar ações participativas locais.

Com relação aos limites da expressão na participação social, a Educomunicação amplia modalidades de expressão por meio do uso de linguagens artísticas, meios de comunicação comunitários e interfaces tecnológicas. Apesar da promoção de processos com todo esse potencial, são poucos os relatos que identificam de forma clara a melhoria efetiva das maneiras de expressão dos atores. Teriam eles melhorado suas notas em português? Teriam diminuído os atritos decorrentes de falhas de comunicação entre instâncias antagônicas? Têm sido mais frequentes as interações via e-mail ou via oral com os professores ou entre eles? A criação de metodologias para demonstrar as transformações alcançadas seria de grande valor pra avançar na sistematização das práticas da Educomunicação.

Com relação à motivação para a participação social, a Educomunicação tem contribuições significativas na medida em que valoriza as problemáticas e as identidades locais e forma um público crítico tanto na recepção de mensagens quanto na sua emissão. No entanto, foi verificada a falta de conhecimento das problemáticas locais sociais e ambientais por parte do público atendido e uma dificuldade em manter os atores mobilizados, apesar da crescente utilização de ferramentas virtuais e à distância, como a Internet. O principal desafio é fazer com que as pessoas, grupos, e associações conheçam mais a fundo sua própria realidade e seus problemas locais, e que, assim, se interessem em participar dos movimentos no sentido de promover melhor qualidade de vida.

Outro elemento desafiador dos processos de Educomunicação é encontrar maneiras de integrar as práticas artísticas e culturais com as mídias comunicativas e expressivas como forma de ação sobre a gestão do território onde se vive e se atua.

Por fim, com relação aos novos espaços de participação social, pode-se afirmar que a Educomunicação promove com sucesso ecossistemas comunicacionais amplos por meio da utilização de mídias sociais e comunitárias, associações culturais e o uso da Internet. No entanto, a Comunicação e a Educação muitas vezes ainda são vistos como campos conflitantes, embora tenham uma relação seja íntima, como Freire postulou há tanto tempo. Ainda existe resistência com relação ao uso de novas tecnologias na Educação, o que decorre de fatores relacionados à falta de familiaridade com ferramentas e linguagens inovadoras por parte dos educadores, à desconfiança e a problemas de gestão, de infraestrutura e de segurança. Ao mesmo tempo, existe certo risco de supervalorizar as interfaces tecnológicas em detrimento à interação presencial, principalmente por parte dos financiadores externos dos projetos. Pelo que as análises dos projetos indicam, os espaços virtuais ampliados pelas ferramentas tecnológicas estão cada vez mais à disposição da população, mas sua utilização para fins de ampliação da democracia depende de diversos fatores tecnológicos, culturais, sociais e políticos.

Tudo isso reforça que o uso das novas tecnologias promovidas pela Educomunicação não garante engajamento social continuado e que os novos espaços de participação, principalmente os virtuais, apesar de oferecerem potenciais espaços de expressão e participação, não devem substituir os espaços tradicionais e principalmente o acompanhamento presencial das ações.

CAPÍTULO 3

NOVOS ESPAÇOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: A CONTRIBUIÇÃO DA ATUAÇÃO EM REDES SOCIAIS

3.1 INTRODUÇÃO

As redes sociais são entendidas como sistemas fluidos de interação e de participação social multidirecionais que permitem trocas dialógicas entre atores sociais mobilizados em torno de objetivos coletivos (AMARAL, 2008; GUERRA ET AL, 2008; AYRES, 2001). A aplicação do conceito de rede social é ampla e comumente compreende desde listas de discussão virtuais, até processos sistêmicos de comunicação e organizações sociais emergentes (MARTELETO & SILVA, 2004; XIMENES, 2008; JACOBI, 2000; AMARAL, 2008; ADGER ET AL, 2009; NEWMAN e DALE, 2006). Atuar em rede social, portanto, se refere tanto a uma metáfora da estruturação de organizações ou indivíduos na sociedade, como é também uma forma de descrever e analisar os padrões de relações que existem entre esses membros (MARTELETO & SILVA, 2004).

Este capítulo faz uma reflexão sobre as promessas e os alcances das redes sociais na promoção da participação social em questões socioambientais. O capítulo traz uma análise crítica sobre os princípios de horizontalidade e sustentabilidade das redes sociais, e pretende verificar se as propostas da atuação em redes sociais de fato oferecem alternativas com relação aos modelos de participação social tradicionais. Para ilustrar os argumentos levantados são analisados com base na Análise de Redes Sociais os padrões de interação existentes entre atores sociais de uma rede social. A perspectiva de Análise de Redes Sociais, ARS, ou *social network analysis*, permite compreender a complexidade das interações entre atores de uma rede social, na medida em que revela relações de poder e estruturas hierárquicas de conexões (WELLMAN, 1997; MARQUES, 2002; MARTELETO E SILVA, 2004; BORGATTI, 1999; WATTS, 2004; BODIN & CRONA, 2009).

A rede social estudada neste trabalho, a Rede Cerrado em Pauta, foi criada no âmbito do Projeto Cerrado em Pauta, desenvolvido no DF entre 2010 e 2011. Por meio da análise dos padrões virtuais de interação entre os atores mobilizados pela Rede,

será analisado de que forma ela respondeu, na prática, a dois desafios que podem, em tese, promover maior participação social: horizontalidade, relacionada à equidade das relações entre atores, e a sustentabilidade, relacionada à manutenção de sua função de rede, independentemente das mudanças internas e externas. Acredita-se que a apresentação deste estudo de caso pode contribuir com a validação empírica dos argumentos apresentados acerca do potencial da atuação em redes sociais para a promoção de novos espaços de participação social.

3.2 A DIVERSIDADE DE CONCEPÇÕES E DE ATUAÇÃO DAS REDES SOCIAIS

As redes são estruturas formadas por nós, ou atores, e as conexões, ou interações, existentes entre esses nós (WELLMAN, 1997). A estrutura de redes forma a característica organizativa dos sistemas complexos e permeia diversas instâncias de relação da vida cotidiana (AMARAL, 2008; AYRES, 2001). As interações em rede são inerentes às atividades humanas, pois diversas teias de relações dinâmicas se estabelecem no dia a dia que regem as ações cotidianas (AMARAL, 2008). A atuação em rede responde a três características principais que se estabelecem entre os nós e suas interconexões: não-linearidade, autoregulação e retroalimentação (AYRES, 2001). O modelo organizativo nesses padrões pode ser verificado também em interações sociais, entendidas como relações entre indivíduos e organizações que estabelecem conexões a partir de objetivos compartilhados. Esse tipo de interação reticular é chamado de rede social (JACOBI, 2000).

Neste trabalho de dissertação define-se rede social como um sistema aberto a fluxos de informação multidirecional que permitem trocas dialógicas entre atores autônomos, porém, interdependentes (AMARAL, 2008; GUERRA ET AL, 2008). Dentro desta concepção, as redes sociais são consideradas estruturas fluidas formadas por meio da participação voluntária de atores que se expressam, a princípio, por meio de lideranças múltiplas e hierarquias interligadas em torno de objetivos compartilhados (AYRES, 2001). É comum estruturas organizacionais com atuação social, como ONGs, movimentos sociais, cooperativas e comunidades de aprendizagem, serem tratadas como sinônimos de redes sociais. No entanto, a mera atuação conjunta de organizações ou de indivíduos não necessariamente forma uma rede social. As redes sociais têm um modelo de organização não tradicional que abriga uma diversidade de atores em estruturas policêntricas, entre os quais as

interações são multidirecionais e têm alto grau de flexibilidade (MARTINHO, 2002; LOPES & BALDI, 2009).

O conceito de redes sociais é frequentemente utilizado como sinônimo de instância mediadora entre o Estado e a sociedade civil, sendo a ela atribuída função política resultante da mobilização de indivíduos para participarem em ações coletivas (FREY, 2003; AMARAL, 2008; GUERRA ET AL, 2008; MARTELETO & SILVA, 2004). Diversos autores sugerem que a atuação em rede permite a ampliação do espaço público socioambiental na medida em que abriga e endereça posições conflitantes inerentes à questão socioambiental (MERTENS ET AL, 2008; JACOBI, 2000; SOUZA & GUIMARÃES, 2008; VIEIRA, 2001). Mertens et al (2011) ressaltam que atuar em rede pode fortalecer o uso sustentável dos recursos naturais, pois, devido à sua flexibilidade, favorece a gestão de conflitos decorrentes da diversidade de interesses dos atores que atuam em vários níveis. De acordo com Guerra et al, (2008), mais do que uma nova forma organizacional ou de troca de informações, a rede é um projeto social que oferece a possibilidade de uma nova cultura social. Para Amaral (2008), o padrão rede promete vivenciar relações não-hierárquicas e nutrir uma cultura de cooperação. Estas concepções frequentemente apostam nas características solidárias das redes, e assumem como ponto de partida sua atuação cooperativa.

No entanto, a atuação em redes sociais resulta de interações geradas a partir de relações de poder e flutuações no tempo (RECUERO, 2005; AMARAL, 2008; SCHERER-WARREN, 1999). Trata-se de sistemas formados por sujeitos sociais conectados por relações que, ao mesmo tempo em que influenciam o comportamento de indivíduos e grupos, são influenciados por eles (MIZRUCHI, 2006). Portanto, nas redes também são perceptíveis ações decorrentes tanto da lógica do conflito quanto de solidariedade, e elas abrigam tanto relações de poder e de conflito como a possibilidade de colaboração. Para Scherer-Warren (1999), as redes, assim como qualquer organização social, refletem a complexidade da sociedade por serem compostas por agrupamentos sociais heterogêneos permeados por contradições.

As redes não necessariamente atuam enquanto espaços de ampliação do espaço público, pois é o coletivo que nelas participa que usa ou não as redes como espaço de participação política transformadora (SOUZA E GUIMARÃES, 2008). Existem redes que atuam na direção exatamente oposta, contribuindo para a manutenção do pensamento hegemônico ou para a prática de atos ilícitos (LIMA & SILVA, 2010). Tampouco se pode afirmar que a atuação em rede cria

automaticamente relações horizontais e sustentáveis. Elas também não são organizadas necessariamente com base em interações homogêneas ou colaborativas.

As diversas formas de atuação das redes sociais comportam vários adjetivos que descrevem suas características, como é o caso das redes neoliberais (CASTELLS, 1999), as redes sociais solidárias (MAKIUCHI, 2004), as redes colaborativas (MANCE, 1998), as redes de compromisso social, as redes orgânicas (ANDI, 2005), as redes comunitárias (NEWMAN & DALE, 2006) entre outros. Como indica Castells (1999), as redes com característica neoliberais, por exemplo, seriam estruturas sociais reticulares que atuam no mercado de forma a potencializar as dinâmicas da economia capitalista. Elas apresentam concentração do poder em sua gestão e, apesar de permitirem fluxos de informação, funcionam dentro da lógica do capital moderno e não constituem mudança significativa na estruturação do poder (MAKIUCHI, 2004). As redes sociais denominadas de colaborativas, comunitárias, solidárias, de compromisso social ou orgânicas, por sua vez, propõem criar uma nova cultura de reflexão crítica sobre as estruturas de poder e fortalecer o papel da sociedade civil baseada em novas relações sociais (MANCE, 1998; MAKIUCHI, 2004; ANDI, 2005; LIN, 2001, FREY, 2003).

As redes sociais também apresentam complexidade e diversidade de acordo com suas características internas relacionadas às interações entre seus atores, podendo formar redes robustas (BARABASI & BONABEAU 2003; MERTENS ET AL., 2008), redes com diversidades de atores (BORGATTI, 1998; WATTS, 2004; BODIN & CRONA 2009), redes multiníveis (CASH, ET AL, 2006; MERTENS ET AL., 2011); redes com capacidade de adaptação (ADGER, 2003; 2005); redes policêntricas (ANDERSSON & OSTROM, 2008), entre outras. Ressaltar essas características é de fundamental importância para compreender a complexidade e a diversidade da atuação das redes sociais e para não se criar expectativas desmesuradas com relação a seu funcionamento.

Os atores que compõem as redes sociais frequentemente interagem por meio de redes virtuais, digitais, ou tecnossociais, ou seja, teias relacionais construídas no espaço *on-line*, mediado pelas novas tecnologias, principalmente a Internet. Esses espaços possibilitam a criação de um *locus* público virtual que permite expandir a atuação da esfera social tradicional (EGLER, 2010; RECUERO, 2005). Os padrões relacionais que se formam entre atores que interagem nos espaços virtuais geralmente assumem padrões de atuação de redes sociais (WELLMAN & BERKOWITZ, 1998).

As redes sociais virtuais se organizam em torno ou por meio de comunidades virtuais que podem ser definidos como grupo de pessoas ou organizações que mantém entre si interações sociais facilitados por fluxos comunicacionais mediados pelo computador (RECUERO, 2005). O surgimento dessas novas relações tem permitido a ampliação de conceitos arraigados como novas formas de associação e comunidades (WELLMAN & BERKOWITZ, 1988). As redes digitais são a manifestação contemporânea de novas formas de redes sociais que potencializam a ação social, contribuindo para a construção de uma inteligência coletiva com capacidade cooperativa (COSTA, 2005). A partir do uso das novas tecnologias, as redes virtuais ou digitais fortalecem a participação em novos territórios, transcendendo os limites do espaço físico e do tempo (SCHERER-WARREN, 2006; MERTENS ET AL, 2011; AYRES, 2001). As redes virtuais permitem o agrupamento dos atores onde os sujeitos participantes se identificam com os objetivos e valores daquele coletivo, revitalizando as instituições e práticas democráticas (LIMA & SILVA, 2010).

É importante pontuar que, por meio do uso das ferramentas de comunicação, as redes sociais podem atuar como facilitadores da mobilização social dos atores. No entanto, considerar as redes apenas como recursos de trocas informacionais reduz as possibilidades de uma análise mais complexa e rica acerca dos processos relacionais que influenciam a atuação social nos espaços sociais (EUZENEIA, 2011). Por isso é importante ficar atento a algumas confusões conceituais comuns, como é o caso de usar o termo rede social como sinônimo de mídias sociais. No contexto das tecnologias de informação esses dois conceitos comumente são confundidos. Neste trabalho, as mídias são consideradas como veículos ou interfaces tecnológicas que possibilitam a interconectividade entre os atores, como é o caso das listas de discussão virtuais, Facebook, Orkut ou o Twitter. A rede social, por sua vez, é formada pela *interação* existente entre os atores conectados que dialogam *via* as mídias sociais.

Nas próximas sessões serão analisados dois aspectos das redes sociais relacionados à promoção da participação social: a horizontalidade e a sustentabilidade. A horizontalidade é relacionada à distribuição equitativa das relações de poder entre os atores que participam de uma rede social. A sustentabilidade é relacionada à manutenção da função de rede social e à mobilização continuada dos atores que participam nela.

3.3 OS LIMITES DA HORIZONTALIDADE NAS REDES SOCIAIS

A horizontalidade das redes sociais deriva dos princípios de isonomia e insubordinação entre os atores que a compõem, relacionados à descentralização de suas relações de poder (MARTINHO, 2002). A horizontalidade das redes sociais é associada a uma série de características presumidas, relativas à interação dialógica na comunicação e à sua atuação baseada em relações policêntricas (LIMA & SILVA, 2010). Uma rede policêntrica apresenta diversos centros de poder correlacionados onde, a princípio, não existe subordinação no sentido tradicional do termo (ANDERSSON & OSTROM, 2008). Os fluxos de interação nesses meios são a princípio administrados ao invés de controlados, e os detentores do poder mudam constantemente, dependendo de quem toma iniciativa ou quem começa as interações. Para Martinho (2002), a atuação em rede em si é a manifestação máxima do processo de horizontalização que reconfigura as concepções e a estruturas de poder e as formas inovadoras de gestão que sua estrutura reticular mutável exige.

A horizontalidade das redes é comumente associada ao fato de muitas delas se utilizarem das novas tecnologias informacionais e comunicacionais, pois a horizontalidade nas redes sociais virtuais se dá por meio de relações virtuais instantâneas, interativas e abertas em diversas direções entre atores com equivalência de status e poder (LIMA & SILVA, 2010). No entanto, apesar de as ferramentas tecnológicas facilitarem as interações em rede, elas também podem reforçar a distância real ou simbólica entre os atores sociais, produzindo níveis de relação superficiais e distorcidos (FREY, 2003). No contexto brasileiro isto é especialmente relevante, devido à exclusão digital, o que pode fazer com que a sociedade em rede reforce ainda mais a exclusão social, política e econômica, criando novas e diferentes formas de concentração de poder (FREY, 2003).

Durante os últimos vinte anos, as redes sociais brasileiras têm passado por uma evolução no sentido da estruturação de seus processos de gestão, desde a formação das redes espontâneas, na década de 90, até as redes estruturadas com base em processos de gestão empresarial (AMARAL, 2008). Os padrões de governança presentes nas redes hoje podem produzir maior eficiência produtiva e facilitar as negociações em processos de inovação, no entanto, sua institucionalização não é considerada necessariamente construtiva (XIMENES, 2009). De acordo com Pinto & Junqueira (2009), quando as redes se formalizam, os riscos das desigualdades entre seus participantes podem aumentar, devido à constituição legal de representantes e

responsáveis, o que pode expor fragilidades relacionais internas, reforçando a centralidade de poder. Para Amaral (2008), os processos de institucionalização e a formalização das redes sociais ocorridas na última década, apesar de serem fatores positivos do ponto de vista da sua consolidação, acabaram por engessar os mecanismos baseados na liberdade de fluxo e de interatividade, o que tem contribuído para a prevalência de estruturas de poder tradicionais baseados em modelos hierárquicos e centralizadores.

A centralidade dos atores numa rede lhes confere poder, na medida em que podem interferir no compartilhamento das informações e incentivar interações (MCPHERSON ET AL. 2001). A centralização é por uma parte responsabilidade das lideranças, entretanto, a omissão dos membros também contribui para a centralidade das tomadas de decisão. Implementar formas de governança horizontais, portanto, é um dos principais desafios das redes sociais em geral. Atuar neste tipo de padrão exige mudanças culturais no sentido de romper com as estruturas hierárquicas tradicionais nas quais a subordinação e a delegação de poder ainda geram a centralização das informações e da tomada de decisões (GUERRA, ET AL, 2008). Dado tudo isso, fica evidente a necessidade de uma abordagem sistêmica sobre as relações que se formam dentro das redes sociais e não vê-las como fenômenos livres da hierarquia de poder.

3.4 OS LIMITES DA SUSTENTABILIDADE DAS REDES SOCIAIS

A sustentabilidade das redes sociais depende de diversos fatores relacionados às ações motivadoras que fomentam a participação de seus atores, ao acesso a informações, à sua capacidade de adaptação e à sua dependência com relação a fomentadores externos (NEWMAN & DALE, 2006).

Com relação à autonomia com relação a atores externos, podem ser diferenciados três tipos de redes sociais: redes subordinadas, redes tuteladas e redes autônomas (GUERRA ET AL, 2008). Nas redes subordinadas a articulação independe da vontade dos membros que respondem a uma organização central. Nas redes tuteladas os membros têm autonomia, mas um ator controla o objetivo comum da rede, seja pela capacidade financeira, seja por um papel de regulação legal. Neste caso, a rede se mantém enquanto este ator realizar ações mobilizadoras, sendo dele

dependente. Já nas redes autônomas o controle é compartilhado pelos membros e pode ser rotativo, de forma que a saída de um membro não comprometa a continuidade da rede como um todo (AMARAL, 2008).

Apesar de, teoricamente, a autonomia das redes ser um traço essencial para a permanência das mesmas, não se tem evidências de que as redes autônomas sejam mais sólidas em comparação com as redes tuteladas ou subordinadas. De acordo com Amaral (2008), é a coordenação que dá unicidade à rede e a mantém motivada ao longo do tempo. Para Ximenes (2008), a formação de redes requer incentivos externos que facilitam a interação e a conexão entre os elementos ao dinamizarem as relações e diminuírem os riscos de desagregação que podem decorrer da falta de relações duradouras e da dependência dos atores externos. Para Guerra et. al., (2008), a sustentabilidade das redes deve ser equacionada pelos seus facilitadores, pois os embates e a diversidade de interesses presentes entre os atores pode enfraquecer sua atuação se não tiver lideranças atuantes.

No contexto brasileiro, aparentemente, a sustentabilidade das redes se relaciona a diversos fatores. De acordo com Ayres (2001), a descontinuidade da participação nas redes sociais, no país, acontece principalmente devido ao clima desagregador no movimento voluntário existente no país, à barreiras técnicas decorrentes do pouco conhecimento das tecnologias de comunicação e das estruturas hierarquizadas, e à falta de foco e de tempo.

O engajamento voluntário inicial não garante a continuidade da participação em longo prazo. É importante considerar que existem diferentes formas de aderir à rede, dependendo dos interesses de cada ator. A adesão voluntária e a decisão pessoal a respeito do nível de envolvimento são inerentes às dinâmicas das redes, portanto, nem todos que participam dela são membros atuantes. Inclusive, o silêncio nas redes tem seus significados, assim como na participação social, podendo encobrir aprovação, recusa, indiferença e descrédito (PITA ET AL, 2010; O'FAIRCHEALLAIGH, 2010; CHECKOWAY, 2010). Isto se torna facilmente visível nas redes sociais virtuais, onde as discussões podem ser acompanhadas e monitoradas de forma regular. Tampouco deve ser desconsiderado que a falta de participação pode ser atrelada ao baixo domínio dos recursos de comunicação que comumente são a base da produção colaborativa e horizontal nas redes sociais (AMARAL, 2008).

Por fim, é essencial lembrar que as redes sociais são dinâmicas e fluidas, principalmente aquelas que são coordenadas via recursos tecnológicos como a Internet. Para Franco (2008), as redes voluntariamente articuladas se fazem e se

refazem de forma constante e dinâmica, e não é toda rede que tem que crescer quantitativamente ao longo do tempo. A rede se autoregula de forma a surgir e desaparecer de forma cíclica, a interação nela, portanto, é um processo consensual que não deve e não pode ser forçado (FRANCO, 2008). A modificação constante das redes sociais faz parte de seu padrão. Suas mudanças são influenciadas pelos comportamentos dos atores e pelo contexto histórico momentâneo. As comunidades virtuais, portanto, formam uma nova forma de sociedade, onde a capacidade de mudança prevalece mais do que a permanência dos laços, ainda mais sendo eles mediados pelas novas tecnologias (LOPES & BALDI, 2009).

3.5 A HORIZONTALIDADE E A SUSTENTABILIDADE DAS REDES SOCIAIS NA PRÁTICA

A horizontalidade e a sustentabilidade das redes sociais não são conceitos abstratos e podem ser verificados na prática, a partir da aplicação de análises de abordagens quantitativas e qualitativas. Existem perspectivas analíticas que permitem verificar a centralidade de uma rede social e a continuidade das interações entre os atores ao longo do tempo.

A centralidade de uma rede social pode ser medida dependendo da intensidade da comunicação e a proximidade entre os atores de uma rede (GÓMES, 2003; BORGATTI & EVERETT, 1999). Também pode ser verificada por meio do número de ligações que um ator tem com os outros atores, o que pode sugerir relações de dependência e de reciprocidade (TOMAÉL & MARTELETO, 2006; FREEMAN, 1979).

A análise de redes sociais, ARS, permite uma análise objetiva dessas características, quer se trate de redes com participação presencial, quer se trate de redes com participação virtual. Este tipo de análise permite verificar as hierarquias de relações referentes à sua distribuição, densidade e centralidade das interações entre os atores. Também pode revelar a existência de nós ou informadores centrais, a atuação dos formadores de opinião e as potenciais mudanças geradas nas opiniões dos atores dentro da uma rede estudada. Os dados relacionais mapeados pela ARS são representados em sociogramas, construídos por meio de modelos estatísticos e gráficos.

A ARS surgiu de três tradições de pesquisa: o conceito antropológico de rede social, a concepção sociológica da estrutura social como uma rede social e as explicações estruturais dos processos políticos (WELLMAN, 1983). Ela se fundamenta de diversas correntes teóricas como a psiquiatria, a sociometria, a antropologia, e a sociologia, em especial a sociologia estrutural (MIZRUCHI, 1994; LUGO-MORIN, 2011). Devido a sua evolução durante as últimas três décadas, a ARS tem conseguido demonstrar em diversas aplicações práticas o papel das redes sociais em promover apoio interpessoal, organização política, conexão entre organizações e estruturas que favorecem a criação de formas de governança adaptadas aos sistemas socioambientais (MERTENS et al, 2011). No Brasil, a ARS tem sido aplicada para estudar os movimentos sociais, permitindo a ampliação dos debates sobre a complexidade da ação coletiva (EUZENEIA, 2011; LOPES & BALDI, 2009). Também se tem aplicado a ARS para analisar as relações entre Estado e entidades privadas (MARQUES, 2002) e para compreender as teias de relações que influenciam os comportamentos dos indivíduos em questões relacionadas à saúde (MERTENS ET AL, 2005) e à governança ambiental (MERTENS ET AL, 2011).

Na próxima sessão será analisada a horizontalidade e a sustentabilidade de uma rede social que foi constituída com o intuito de formar um coletivo de atores sociais organizados em torno de questões socioambientais e ações educacionais relativas ao Cerrado. Trata-se da Rede Cerrado em Pauta, criado no âmbito do Projeto Cerrado em Pauta, em 2010.

3.6 ESTUDO DE CASO: A REDE CERRADO EM PAUTA

3.6.1 CONTEXTO: O PROJETO CERRADO EM PAUTA E A CRIAÇÃO DA REDE CERRADO EM PAUTA

O Projeto Cerrado em Pauta foi concebido no âmbito do Programa de Educação Socioambiental do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, criado pelo Ministério do Meio Ambiente. O Projeto teve como objetivo principal fortalecer redes e coletivos locais atuantes em práticas socioambientais no âmbito da Agenda 21 em quatro regiões administrativas do Distrito Federal: Gama, Planaltina, Ceilândia e Brazlândia. As ações do Projeto foram financiadas pelo PNUD e executadas pela UnB. As intervenções foram iniciadas em julho de 2010, a partir do

mapeamento de atores sociais e culturais em cada cidade envolvida. Com a participação dos atores mapeados foi elaborado e implementado um Projeto Político Pedagógico com foco na formação em teorias e práticas de Educomunicação Socioambiental. As oficinas foram direcionadas a professores, jovens e profissionais engajados nas temáticas sociais e ambientais de cada cidade envolvida.

As ações do Projeto eram reportadas regularmente ao PNUD, totalizando 5 relatórios, enviados pela coordenação. As ações do Projeto culminaram na realização do I Fórum de Educomunicação Socioambiental do DF, em dezembro de 2010. Após o evento, algumas ações foram mantidas, até meados de fevereiro de 2011. Depois desta data, o financiamento do Projeto acabou e os atores da UnB envolvidos na coordenação e articulação da rede foram sendo desligados.

Paralelamente, foram realizadas ações de mobilização social com o intuito de criar uma rede social atuante em Educomunicação Socioambiental formada pelos indivíduos e organizações mapeados. Em agosto de 2010 foi formada a Rede Cerrado em Pauta, uma rede social virtual que mobilizou 102 atores sociais, sendo eles instituições e/ou indivíduos comprometidos com questões sociais, culturais e ambientais, atuantes nas cidades atendidas pelo Projeto. Os atores da Rede foram mobilizados com o intuito de fomentar a organização de um coletivo que discutisse a problemática socioambiental do Cerrado de forma interligada e compartilhando responsabilidades. A Rede Cerrado em Pauta formou um espaço de participação virtual onde os atores realizaram interações sobre temas relativos ao Projeto Cerrado em Pauta e assuntos relacionadas à Educomunicação, preservação ambiental, políticas sociais e atividades culturais. A Rede Cerrado em Pauta continua ativa, servindo como ponto de encontro virtual entre os atores mobilizados desde então.

A Figura 1 a seguir ilustra os principais acontecimentos do Projeto Cerrado em Pauta ao longo dos 21 meses de sua observação, subdivididos em sete trimestres:

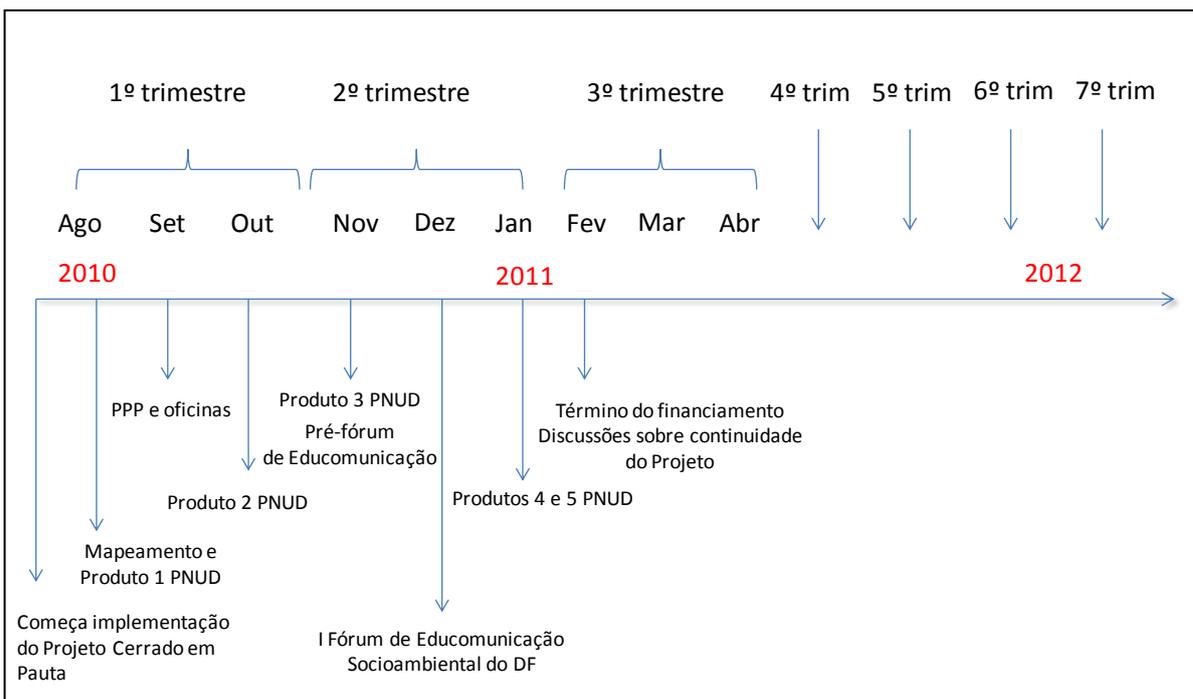


Figura 1 - Linha do Tempo do Projeto Cerrado em Pauta

Fonte: Elaboração própria a partir de acompanhamento do Projeto e análise de documentação institucional

3.6.2 METODOLOGIA DA ANÁLISE DA REDE CERRADO EM PAUTA

A Rede Cerrado em Pauta foi estudada a partir da análise quantitativa das mensagens enviadas pelos atores da Rede. A horizontalidade da Rede foi medida através da distribuição das mensagens enviadas, discussões iniciadas, respostas enviadas e respostas recebidas e a partir da Análise de Redes Sociais. A sustentabilidade da Rede foi analisada a partir das mudanças nas interações entre os atores, relacionadas a fatores internos, como o envio de novos tópicos pelos atores da Rede, ou fatores externos, como, por exemplo, a realização do I Fórum de Educomunicação Socioambiental do DF, ou o fim do financiamento do Projeto. As discussões entre os participantes foram continuamente observadas por meio de *googlegroup* durante 21 meses, o que permitiu realizar um estudo longitudinal e comparar a evolução das discussões na medida em que determinadas ações foram sendo realizadas no Projeto nos encontros e nas atividades presenciais.

Para começar a análise, primeiramente foram definidas as categorias dos atores, relacionadas à sua função dentro do Projeto e a sua cidade de atuação. Depois foram tabuladas e contabilizadas todas as mensagens enviadas, as discussões iniciadas, as

respostas enviadas e as respostas recebidas por cada ator ao longo dos 21 meses. A seguir foram verificadas as interações entre os atores, por meio do mapeamento das respostas recebidas. Os dados coletados foram gerenciados em forma matricial relacionando as interações entre cada um dos atores, o que permitiu mapear a intensidade dos vínculos entre eles. Por fim, foi analisada a evolução do envio de mensagens e das interações ao longo do tempo do estudo, dividido em sete trimestres. No total foram analisadas 948 mensagens enviadas para a Rede entre agosto de 2010 e abril de 2012.

3.6.3 ANÁLISES DA HORIZONTALIDADE E DA SUSTENTABILIDADE DE REDE CERRADO EM PAUTA

A Rede Cerrado em Pauta conta com 102 atores dos quais 11, ou 10,8%, são coordenadores e/ou articuladores no âmbito do Projeto Cerrado em Pauta, responsáveis pela mobilização e coordenação nos trabalhos nas quatro cidades envolvidas. O grupo de coordenadores foi composto por uma coordenadora técnica, uma coordenadora adjunta, um coordenador e um articulador por cidade, e uma pesquisadora. Os outros 91 atores mobilizados pelo Projeto, denominados de multiplicadores, são profissionais atuantes nas áreas de comunicação, artes, cultura, ecologia e educação com atuação nas cidades atendidas. Eles correspondem a 89,2% dos atores e foram adicionados à Rede na medida em que demonstravam interesse em participar de um coletivo atuante em ações socioambientais no Cerrado.

A Tabela 1 indica as porcentagens das categorias dos atores de acordo com sua função e cidade de atuação. A Tabela indica que entre os 91 multiplicadores, sobre 54, ou seja, sobre 53%, não se têm informações acerca de sua cidade de atuação.

TABELA 1 - Porcentagem das categorias dos 102 atores de acordo com sua função e cidade de atuação no Projeto Cerrado em Pauta

Categoria dos atores	Porcentagem atores na Rede (n=102)
Coordenadores	10,8
Multiplicadores	89,2
Brazlândia	6,8
Ceilândia	11,7
Gama	8,8
Planaltina	8,8
Sem informação	53,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

6.3.1 Análise da horizontalidade da Rede Cerrado em Pauta

Para verificar a horizontalidade entre os atores da Rede Cerrado em Pauta, foram analisadas todas as mensagens enviadas, discussões iniciadas, respostas enviadas e respostas recebidas. A análise dessas categorias permite verificar os comportamentos dos atores e reflete sua participação efetiva nas comunicações e interações na Rede.

Considerou-se como “discussão iniciada” cada novo tópico iniciado na Rede e/ou cada novo assunto iniciado dentro de um tópico já existente. O fato de ser assunto novo foi verificado por meio de análise do conteúdo de cada uma das mensagens. Mensagens enviadas duas vezes por engano ou encaminhadas com exatamente o mesmo conteúdo foram computadas uma única vez.

Foram consideradas como “respostas” as reações agrupadas abaixo do mesmo assunto de e-mail, mensagens enviadas por assunto relacionado, e mensagens utilizando o recurso de vocativo, ou seja, o direcionamento pessoal para o emissor original da mensagem ou qualquer outro membro da lista. Em algumas mensagens enviadas como resposta para o grupo todo, os atores responderam em geral para a Rede toda. Porém, em outros casos, eles direcionaram suas respostas especificamente para uma pessoa que pode ter se pronunciado ao longo da troca de mensagens. Assim, mesmo que esta pessoa não tenha iniciado a discussão, se alguém a tinha respondido e expressado isto por meio de vocativo, foi computado como sendo respondido para esta pessoa. Da mesma forma, se uma pessoa respondeu a duas outras de forma explícita, a mesma resposta foi computada como sendo direcionada para duas pessoas diferentes.

A Tabela 2 detalha o comportamento dos coordenadores e dos multiplicadores da Rede em porcentagens. Ressaltamos os dados referentes a cada cidade para verificar possíveis diferenças com relação à participação dos atores nos diferentes locais.

TABELA 2 - Porcentagem de mensagens enviadas, discussões iniciadas, respostas recebidas e respostas enviadas, por categoria de atores e por cidades

Categoria dos atores (n=102)	Mensagens enviadas (n=948)	Discussões iniciadas (n=740)	Respostas recebidas (n=208)	Respostas enviadas (n=208)
Coordenadores (10,8)	59,0	55,4	56,2	50,9
Multiplicadores (89,2)	41,0	44,6	43,8	49,0
Brazlândia (6,8)	9,6	9,6	5,2	7,6
Ceilândia (11,7)	9,7	10,7	5,7	7,6
Gama (8,8)	11,6	15,0	21,9	20,9
Planaltina (8,8)	10,1	9,3	10,9	12,8
Multiplicadores sem identificação (53,0)	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

A Tabela 2 demonstra que o grupo de coordenadores, formado por pouco mais de 10% do total dos atores, enviou mais do que metade das 948 mensagens totais da Rede. Da mesma forma, o mesmo grupo iniciou mais da metade das discussões, enviou mais da metade das respostas e recebeu mais da metade das respostas totais da Rede. As diferenças de nível na participação entre o grupo de coordenadores e o grupo de multiplicadores sugerem padrões diferenciados em termos de proatividade entre os atores, dependendo de sua função desempenhada no Projeto Cerrado em Pauta.

A Tabela 2 revela que a distribuição da participação de atores nas quatro cidades, com relação às discussões iniciadas e às mensagens enviadas, é praticamente homogênea, o que indica que existe certo equilíbrio na participação na Rede entre os multiplicadores das diferentes cidades. No entanto, pode ser percebida uma variação na intensidade com relação às respostas recebidas, uma vez que os atores do Gama concentram 21,9% das respostas recebidas, enquanto os de Brazlândia somente 5,2%.

Por fim, os dados da Tabela 2 também demonstram que mais de 50% dos atores não enviou nenhuma mensagem para a Rede.

Mensagens enviadas

Os gráficos a seguir permitem visualizar as variações dos comportamentos dos atores da Rede com relação às categorias que figuram na Tabela 2. O Gráfico 1

mostra a distribuição do número de mensagens enviadas pelos atores da Rede. O eixo horizontal indica o número de mensagens enviadas, dividido em blocos. O eixo vertical indica o número de atores.

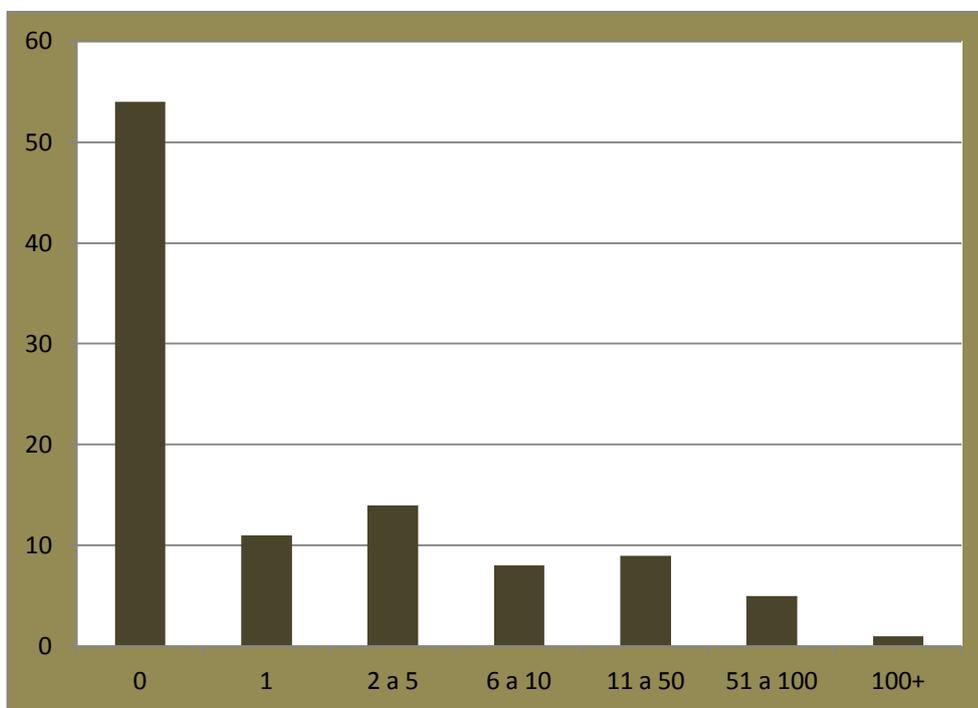


Gráfico 1 - Distribuição do número de mensagens enviadas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

Pode ser percebida a heterogeneidade entre a distribuição das mensagens enviadas o que é indicada pela diversidade do tamanho das diferentes colunas. O Gráfico 1 também revela que existe um número expressivo de atores que não enviou nenhuma mensagem para a Rede.

Para verificar se existe alguma diferença significativa com relação ao padrão de envio de mensagens dentro do grupo de coordenadores e de multiplicadores, elaboramos os próximos gráficos. O Gráfico 2 revela a distribuição do número das mensagens enviadas pelos coordenadores e o Gráfico 3 a distribuição do número das mensagens enviadas pelos multiplicadores. Pode-se perceber maior homogeneidade da participação entre os coordenadores e uma heterogeneidade acentuada no envio de mensagens entre os multiplicadores.

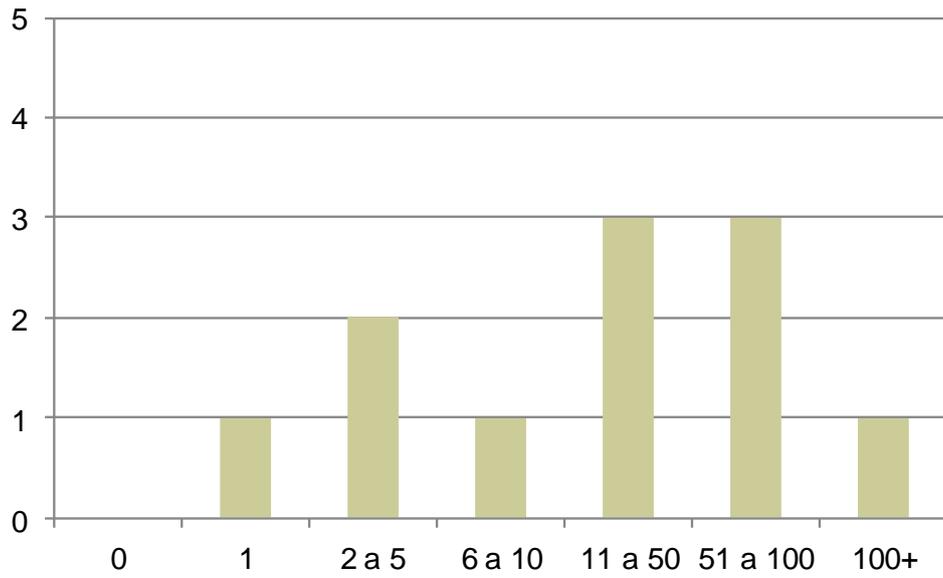


Gráfico 2 - Distribuição do número de mensagens enviadas pelos coordenadores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

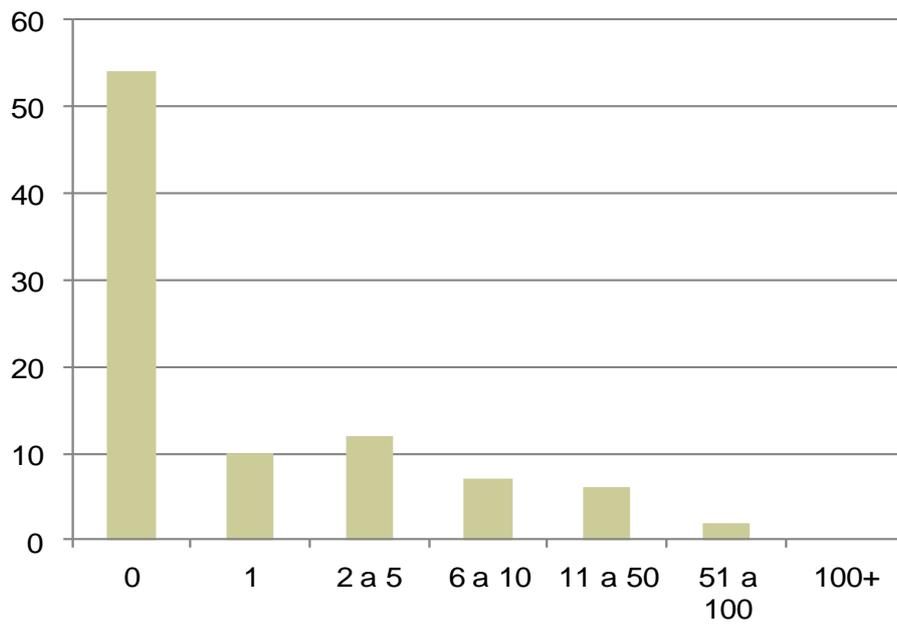


Gráfico 3 - Distribuição do número de mensagens enviadas pelos multiplicadores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

Discussões iniciadas

Com relação ao fomento de novas discussões na Rede, analisamos a seguir o padrão de iniciação de novos tópicos. O Gráfico 4 mostra a distribuição do número das discussões iniciadas por todos os atores da Rede. O eixo horizontal indica o número de discussões iniciadas dividido em blocos. O eixo vertical indica o número de atores que correspondem a cada bloco de número de discussões iniciadas. Novamente pode ser percebida a heterogeneidade entre a distribuição das discussões iniciadas o que é indicada pelas diferenças entre o tamanho das colunas. O Gráfico também revela um número expressivo de atores que não iniciaram nenhuma discussão que podem ter sido reativos apenas ou podem não ter enviado nenhuma mensagem para a Rede. Os Gráficos 5 e 6 mostram os dados referentes aos grupos de coordenadores e multiplicadores, respectivamente, e revelam padrões de comportamento semelhantes às das mensagens enviadas.

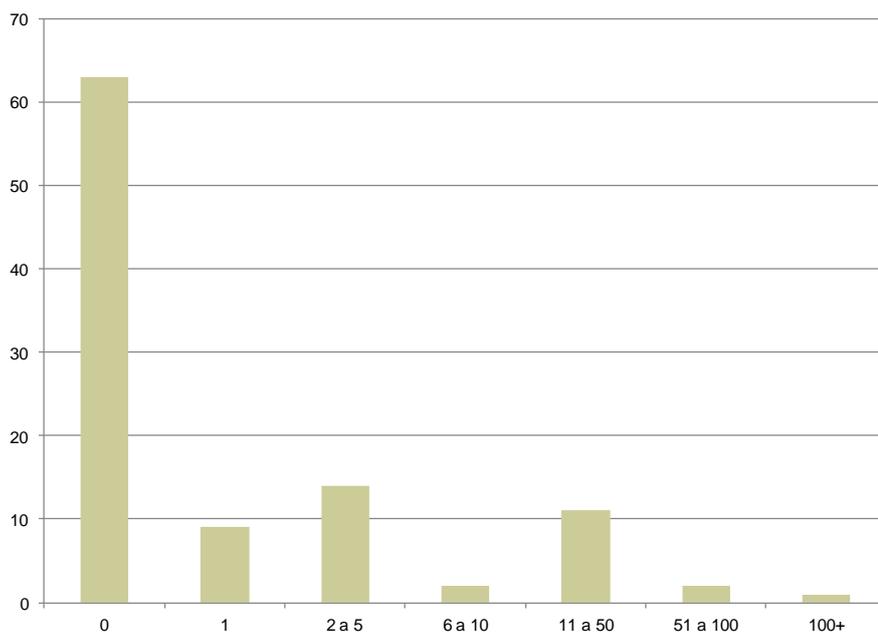


Gráfico 4 - Distribuição das discussões iniciadas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

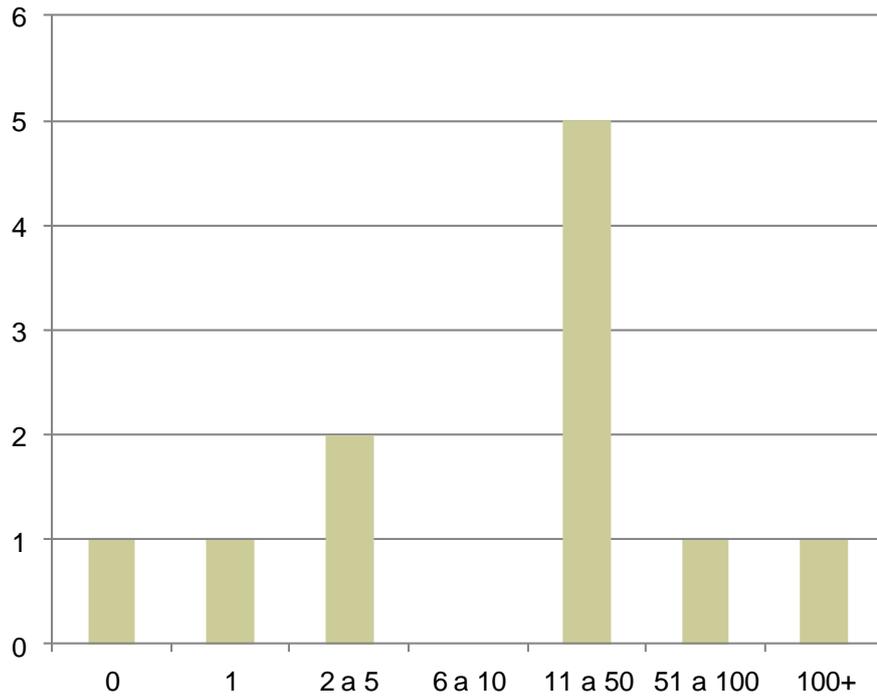


Gráfico 5 - Distribuição das discussões iniciadas por coordenadores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

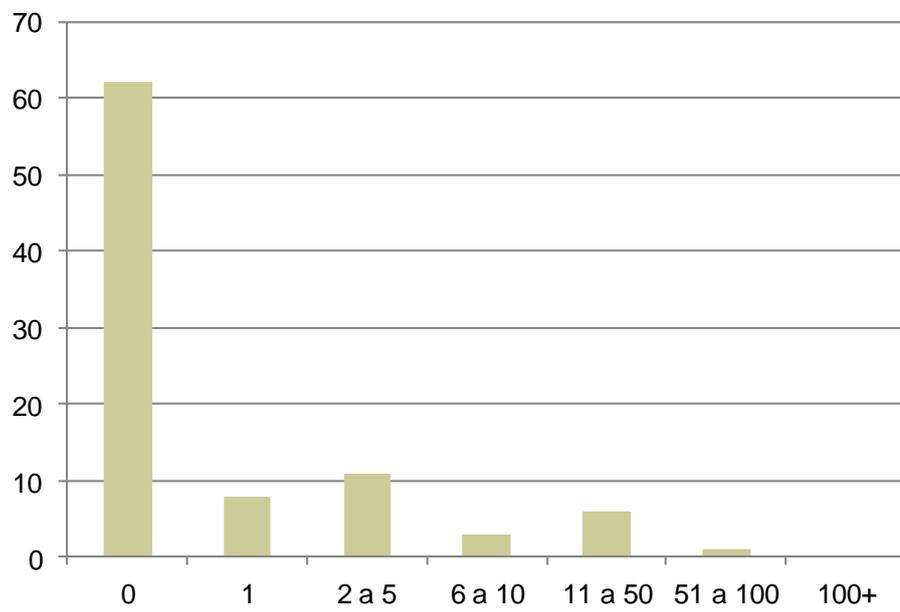


Gráfico 6 - Distribuição das discussões iniciadas por multiplicadores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

Entre os 91 multiplicadores da Rede Cerrado em Pauta, somente 37 se manifestaram pelo menos uma vez. A distribuição desses 37 atores foi relativamente homogênea, sendo 7 atores de Brazlândia, 12 da Ceilândia, 9 do Gama e 9 de Planaltina. Os 54 atores restantes, apesar de terem demonstrado interesse inicial para participarem da Rede, não se pronunciaram sequer uma vez, ou seja, não enviaram nenhuma mensagem ao longo dos 21 meses de análise.

Respostas recebidas

Uma vez verificada esta heterogeneidade nos padrões de participação dos atores na Rede com relação às mensagens enviadas e discussões iniciadas, passamos a analisar o padrão de interação entre os atores. Para compreender essas interações, foram verificadas de que forma as respostas recebidas seriam distribuídas entre os 102 atores.

A Tabela 3 ilustra a distribuição do padrão de interações, medido pelo número de respostas recebidas. Podem ser percebidos três grupos principais com relação à recepção de respostas: um grupo que não recebeu nenhuma resposta, um grupo que recebeu de um a quatro respostas e um grupo que recebeu mais de cinco respostas. A Tabela 3 também mostra a porcentagem de coordenadores e multiplicadores em cada grupo.

TABELA 3 - Distribuição de respostas recebidas pelos grupos

Número de respostas recebidas	Número de atores	Porcentagem do total de atores (n=102)	Porcentagem Coordenação	Porcentagem Multiplicador
0	70	68,6	2,9	65,7
1 a 4	19	18,6	2,0	16,6
Mais de 5	13	12,7	5,9	6,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

O Gráfico 7 ilustra a distribuição das respostas recebidas pelos atores. No eixo horizontal figura o número de respostas recebidas, por blocos, e no eixo vertical o número de atores que receberam as respostas.

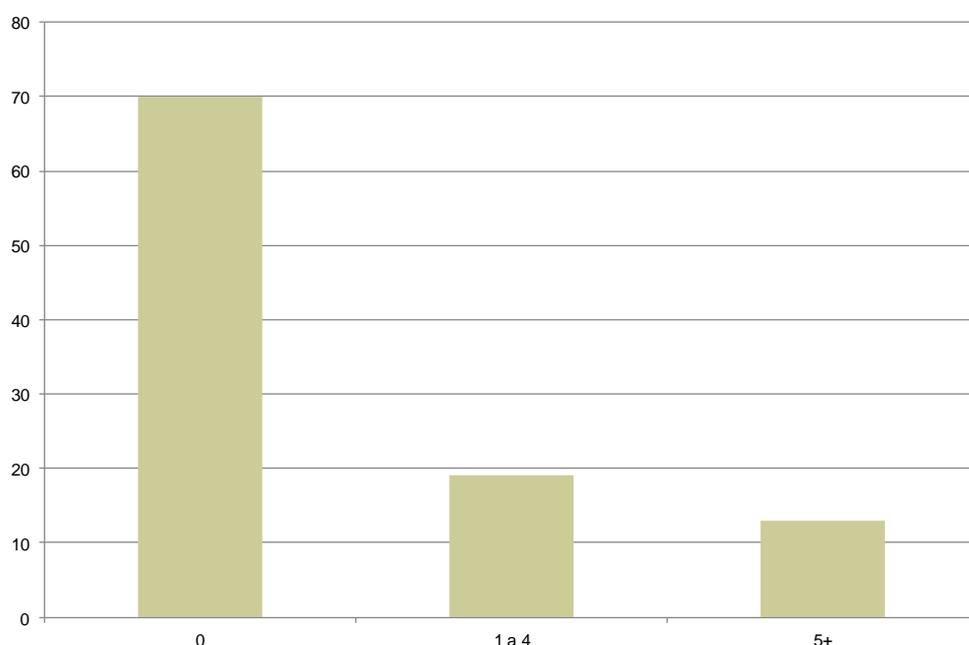


Gráfico 7 - Distribuição de respostas recebidas pelos atores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

Este gráfico revela a heterogeneidade entre as interações entre atores, o que pode ser visualizado pela desigualdade entre as colunas. O gráfico demonstra que 70 atores não receberam nenhuma resposta e apenas um pouco mais de dez atores receberam mais de cinco respostas ao longo da análise. Isto indica pouca interatividade entre os atores da Rede Cerrado em Pauta.

Os gráficos 8 e 9 revelam que entre os coordenadores a distribuição da recepção de respostas é mais homogênea do que entre os multiplicadores, e que os coordenadores concentram a recepção das respostas. Ao mesmo tempo, entre os multiplicadores existe um número expressivo de atores que não recebeu nenhuma resposta.

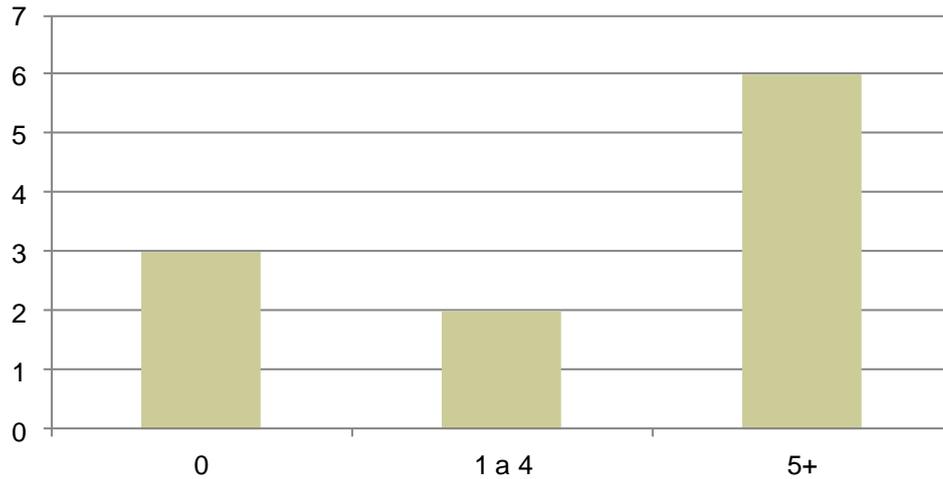


Gráfico 8 - Distribuição de respostas recebidas pelos coordenadores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

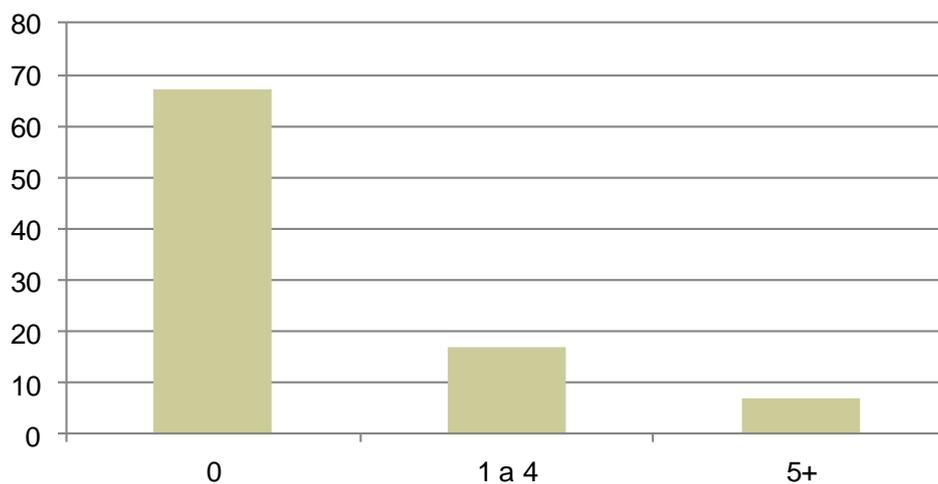


Gráfico 9 - Distribuição de respostas recebidas pelos multiplicadores

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

Para visualizar as interações entre cada um dos atores da Rede Cerrado em Pauta, os dados coletados foram exportados para o software UCINET (BORGATTI, ET AL, 2002) o que possibilitou o cômputo de medidas para a configuração da rede social. A Figura 2 permite visualizar o sociograma das relações mapeadas.

Os elementos principais do sociograma são os pontos, as linhas e as setas. Os pontos representam os atores, as linhas representam as interações entre os atores e as setas apontam para os atores que receberam as respostas enviadas. Os atores que são mais respondidos são distribuídos de forma a ficarem no centro da rede. A

grossura das linhas indica a quantidade de respostas recebidas. Os atributos dos atores são representados por duas cores, sendo que a cor vermelha indica os coordenadores e a cor azul os multiplicadores.

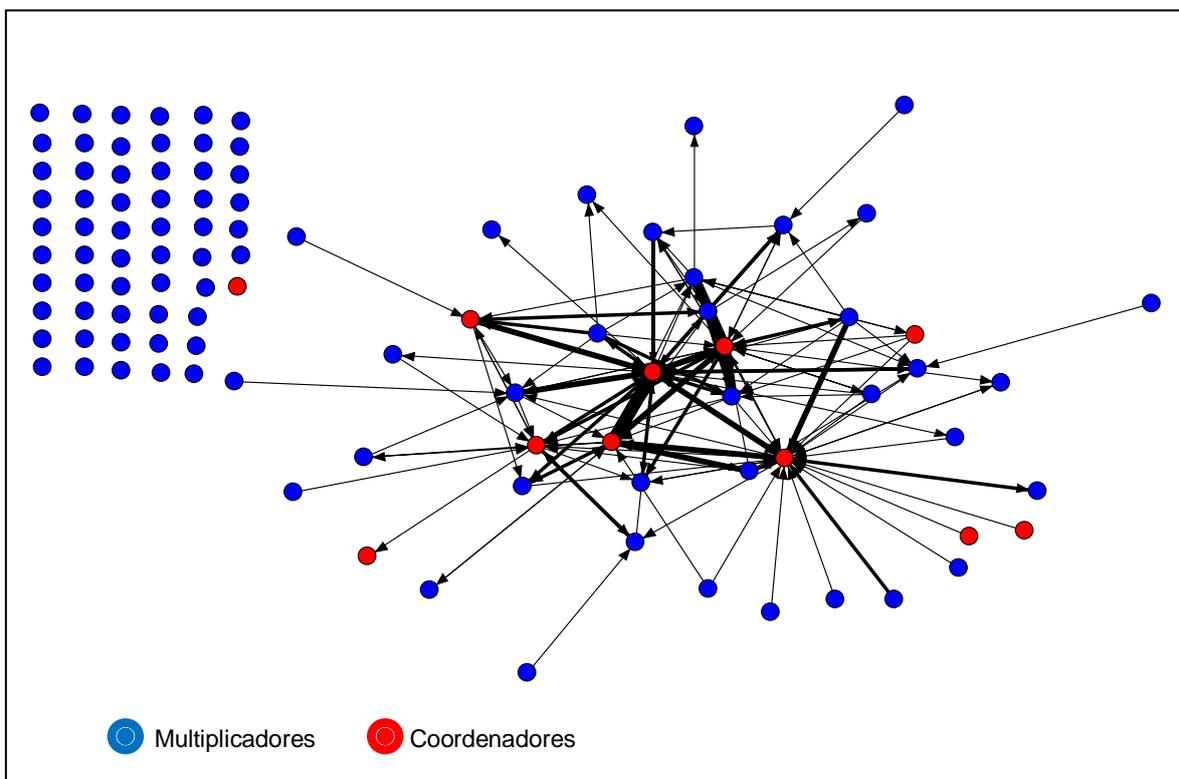


Figura 2 - Apresentação gráfica do padrão de relações dos 102 atores da Rede Cerrado em Pauta

Fonte: Elaborado a partir de coleta de dados relacionais coletados

A Figura 2 permite visualizar a existência de três padrões principais de interação entre os atores da Rede Cerrado em Pauta. Uma parte dos atores é bastante interativa e tanto tem recebido como tem enviado respostas com frequência. Este grupo fica concentrado no meio da figura, ligado por linhas mais grossas. Um segundo grupo, localizado em torno desse grupo central, é mais extenso e interage de forma mais esporádica, o que é indicado pelas linhas mais finas e pela posição espalhada dos atores. A maioria desses atores responde aos outros com certa frequência, mas são menos respondidos, como indicam as setas. Tanto no grupo central como no mais periférico podem ser observados coordenadores e multiplicadores, indicados pelas cores vermelha e azul, respectivamente. Isto indica que a composição desses dois grupos pode ser considerada heterogênea com relação aos atributos dos atores que abrigam.

Na Figura 2 também pode ser verificado um terceiro grupo de atores, localizado de forma isolada, ao lado esquerdo da figura. Esses atores não têm relações entre si, nem com nenhum outro ator da Rede. Esse grupo é composto praticamente por multiplicadores, com a exceção de um coordenador. Esses atores, além de não terem sido respondidos, tampouco enviaram respostas, portanto, demonstraram comportamento não interativo.

Para verificar se existe alguma diferença entre os padrões de relação entre os atores das quatro cidades, a mesma figura foi gerada de forma a separar os atores oriundos das diferentes cidades por diferentes cores. A Figura 3 revela essas interações. Os atores de Brazlândia são indicados com a cor verde, os de Ceilândia com a cor laranja, os do Gama com amarelo e os de Planaltina azul. Os coordenadores foram mantidos em vermelho. Uma proporção considerável do grupo inativo, ao lado esquerdo, foi classificada com a cor cinza, pois não se tem informações detalhadas acerca de sua cidade de atuação.

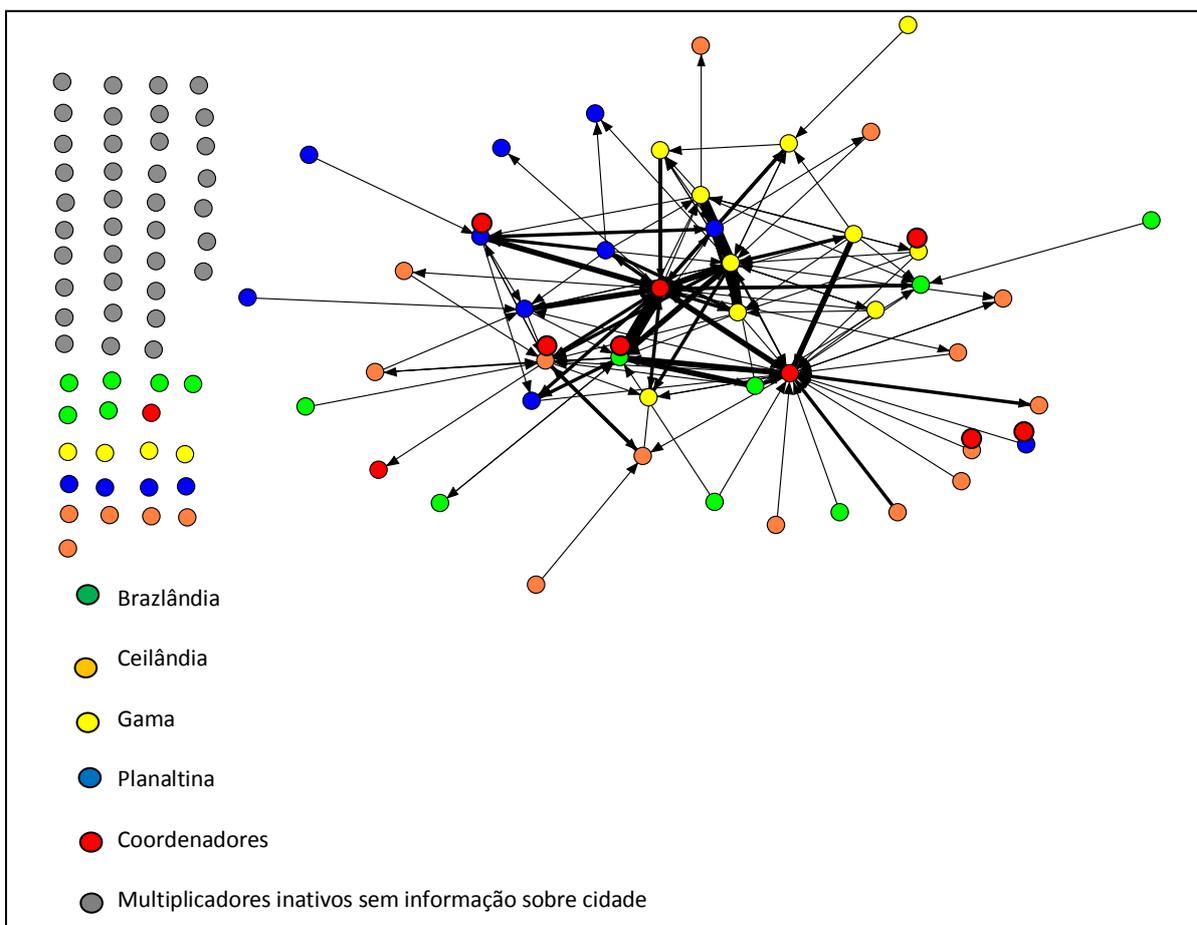


Figura 3 - Apresentação gráfica do padrão de interações dos atores da Rede, por cidades Fonte: Elaboração própria a partir de dados relacionais coletados

A Figura 3 revela uma distribuição relativamente equilibrada entre os atores provenientes das quatro cidades, tanto no círculo central quanto no adjacente. No entanto, pode-se perceber uma interação expressiva dos atores das cidades do Gama e de Planaltina com relação às outras cidades, o que pode ser visualizado a partir de sua localização mais central na figura.

3.6.3.2 Análise da sustentabilidade da Rede Cerrado em Pauta

Para verificar a sustentabilidade da Rede Cerrado em Pauta, foi analisado de que forma o padrão do envio de mensagens e das interações entre os atores se modificaria ao longo do tempo.

Envio de mensagens

Na figura a seguir, o eixo horizontal indica a evolução do tempo, dividido em subperíodos por trimestres que, no total, são sete, perfazendo os 21 meses de análise longitudinal. O eixo vertical indica o número total de mensagens enviadas pelos atores da Rede. As cores indicam os dois grupos analisados, vermelho para os coordenadores e azul para os multiplicadores.

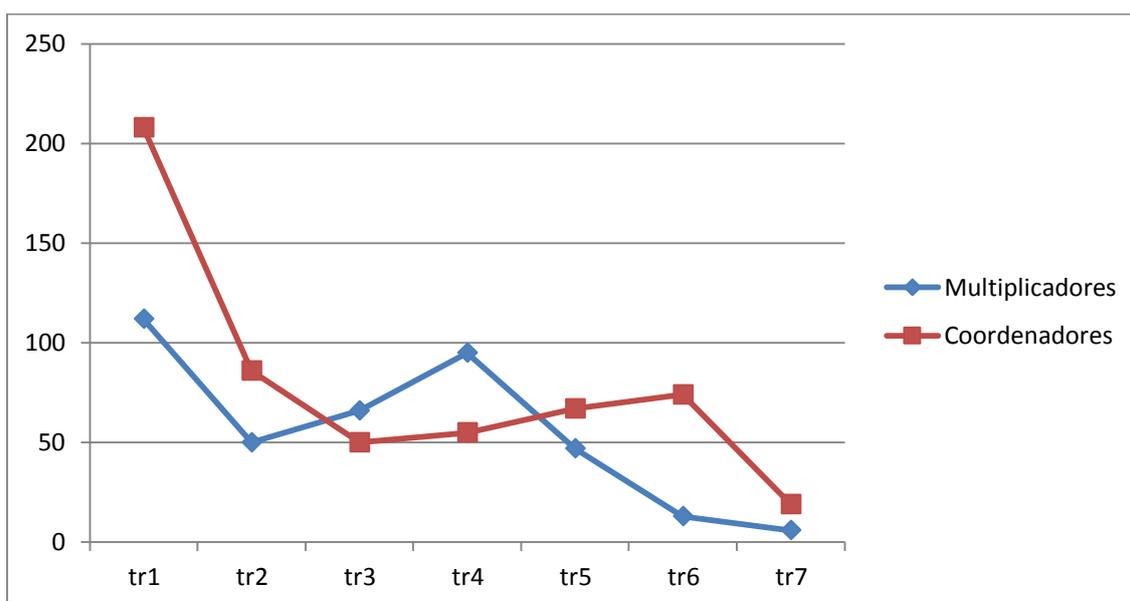


Figura 4 - Evolução do número total de mensagens enviadas por trimestre

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados

Na figura pode ser observada uma queda no envio de mensagens logo no início do primeiro trimestre do Projeto. No caso dos coordenadores, esta tendência de queda se mantém até o 3º trimestre, quando alguns atores começaram novamente a enviar mensagens, chegando ao auge no 6º trimestre. A partir daí, o número de mensagens cai de forma continuada até o fim da análise.

Um padrão semelhante acontece com os multiplicadores, que apresentam um pico de envio de mensagens no 4º trimestre que, logo após, começa a cair gradualmente até chegar a zero. Esses picos de mensagens enviadas indicam a tentativa, por parte de alguns atores, de manter as discussões da Rede ativas.

Respostas recebidas

A seguir verificamos se os mesmos padrões são percebidos com relação à recepção de respostas recebidas para essas tentativas de interação. A Figura 5 mostra a evolução da interação, ou seja, as respostas recebidas por coordenadores e por multiplicadores ao longo dos sete trimestres de análise.

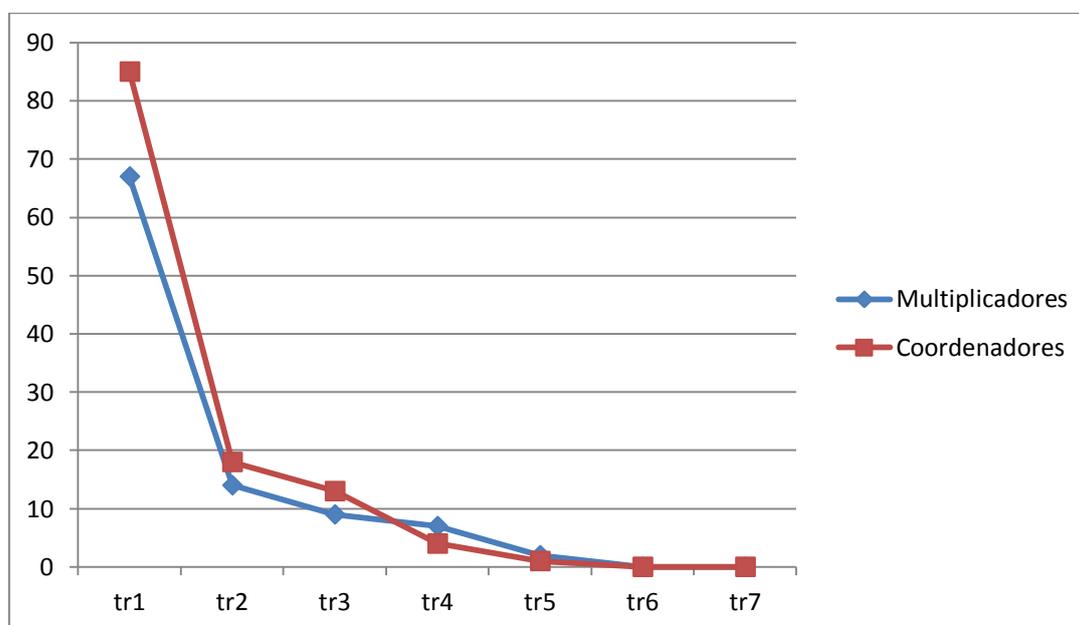


Figura 5 - Evolução das respostas recebidas por coordenadores e por multiplicadores, por trimestre

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados.

A Figura 5 indica um padrão de interação intenso, porém curto entre os atores da Rede. Uma queda dramática nas respostas recebidas pode ser observada a partir do segundo trimestre do Projeto, o que reflete a diminuição repentina da interatividade e das relações entre os participantes. Esta tendência se mantém ao longo do período de análise, até que, a partir do sexto trimestre, as interações entre os atores cessam por completo.

3.6.4 Discussões sobre a Rede Cerrado em Pauta

Horizontalidade

O Projeto Cerrado em Pauta promoveu a elaboração e a execução de um Projeto Político Pedagógico (PPP) participativo, o que pode ser considerado um diferencial na promoção de relações mais homogêneas de poder. Normalmente, a elaboração de um PPP é relacionada a espaços de educação formal e atua como meio norteador das decisões pedagógicas e de gestão. No caso do Projeto Cerrado em Pauta procurou-se realizar o PPP por meio de um processo emancipatório. Sua construção foi coletiva e pretendeu incorporar a diversidade de atores e conflitos de interesses entre eles. Entendeu-se que a integração dos grupos e dos coletivos locais seria fundamental para o fortalecimento de sua atuação em rede social. Por isso, se trabalhou com a aut Capacitação dos grupos participantes para atuarem em espaços de educação formais e não formais.

Apesar desta abordagem participativa, durante a análise da Rede, revelou-se a existência de grande diversidade no comportamento entre os atores, principalmente com relação à sua proatividade e com relação a seus padrões de interação. Os atores se dividem em duas categorias principais relacionadas às suas funções dentro do Projeto: coordenadores e multiplicadores. Esta divisão foi estabelecida durante a própria configuração do Projeto, pois desde o início era explícito que um grupo de coordenadores atuaria no sentido de mapear e articular as relações nas quatro cidades envolvidas e também lideraria as formações em Educomunicação Socioambiental. No entanto, este grupo de coordenadores, que apresenta apenas 10,8% de toda a Rede, foi responsável por mais da metade de todas as mensagens enviadas e das respostas recebidas.

Esta proatividade acentuada por parte dos coordenadores pode ser associada à sua função mobilizadora dentro do Projeto Cerrado em Pauta; a seu acesso privilegiado a informações acerca da temática da Educomunicação Socioambiental, assunto principal do Projeto; e a sua relação próxima com a coordenação técnica do Projeto. O envio de mensagens por parte de um grupo tão restrito indica a existência de centralidade de relações de poder entre os atores, apesar de se ter promovido um espaço de participação diferenciado que, a princípio, é regido por relações de interação horizontais. Isto confirma que as redes sociais também apresentam tensões e conflitos decorrentes das estruturas prévias que existem entre os atores, relacionados aos interesses individuais e coletivos (PINTO & JUNQUEIRA, 2009). Além disto, apesar de uma relativa redistribuição do poder nas redes, a existência de elos mais fortes compostos por lideranças e mediadores acabam detendo maior poder de influência e direcionamento das ações (SCHERER-WARREN, 2006).

Com relação à frequência das interações entre os atores da Rede Cerrado em Pauta, verificada por meio da análise das respostas recebidas, foi identificada novamente que mais da metade dos atores não interagiu nenhuma vez, ou seja, não recebeu nem enviou respostas a nenhum outro ator. O fato de um grupo expressivo de atores não ter se pronunciado nenhuma vez pode ser resultado de diversos fatores associados aos limites da participação social detalhados nos Capítulos 1 e 2 desta dissertação. Esses limites decorrem de vários elementos internos e externos à Rede, como a falta de embasamento conceitual acerca dos temas socioambientais discutidos, a falta de autoconfiança para se expor no ambiente virtual, a falta de motivação para participar, distanciamento das problemáticas locais discutidas, e a percepção de escassos incentivos financeiros para se envolver em questões coletivas. A falta de domínio dos novos espaços de participação social que as novas tecnologias oferecem, como a Internet, pode também ter limitado a participação dos atores sociais.

O destaque das cidades do Gama e de Planaltina com relação à recepção de respostas, por sua vez, pode ser relacionado às características associativas expressivas das duas cidades e à posição de liderança mobilizadora que suas coordenadoras locais assumiram no Projeto.

Sustentabilidade

A sustentabilidade de uma rede social é associada à sua robustez, ou seja, à adaptabilidade e à habilidade em permanecer relativamente estável apesar de mudanças nas condições externas ou decorrentes de sua organização interna (MERTENS, et al 2008, BARABASI & BONABEAU, 2003). A sustentabilidade da Rede Cerrado em Pauta foi verificada por meio do acompanhamento do envio de mensagens e das interações entre os atores, ao longo do tempo. A Figura 6 ilustra os principais acontecimentos do Projeto Cerrado em Pauta e as informações acerca das interações entre os atores da Rede.

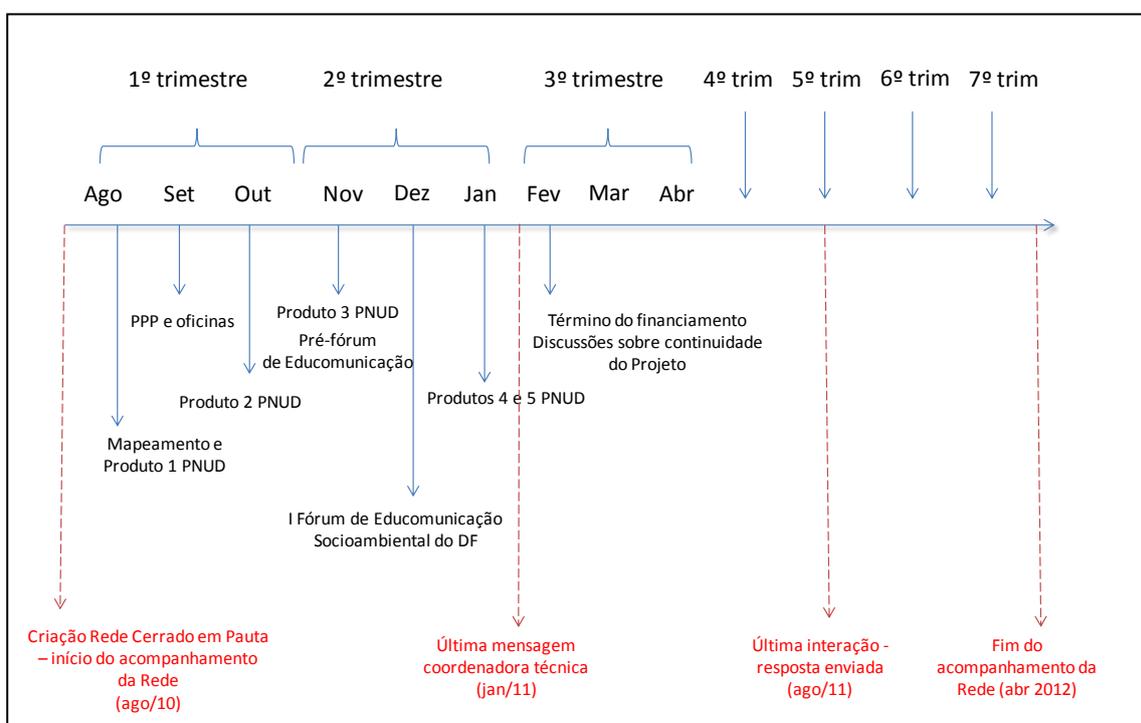


Figura 6 - Linha do tempo do Projeto Cerrado em Pauta e das interações na Rede Cerrado em Pauta

Fonte: Elaboração própria a partir de coleta de dados

Conforme detalhado anteriormente, a Rede de Cerrado em Pauta foi iniciada e coordenada por um grupo de atores da Universidade de Brasília, contratados pelo PNUD para executar as atividades do Projeto Cerrado em Pauta. A ideia inicial era formar uma rede social que continuasse as atividades do Projeto de forma autônoma, sem a participação direta do grupo de coordenadores. Os multiplicadores mobilizados aceitaram o desafio e propuseram a criação da Rede Cerrado em Pauta, como uma rede de Educomunicação Socioambiental do DF.

A princípio, a atuação em rede seria um diferencial do Projeto, pois permitiria troca de saberes e o compartilhamento de responsabilidades técnicas e administrativas entre os diversos grupos das quatro cidades. No entanto, o grupo de coordenadores, formado por pesquisadores e professores da UnB ou alunos contratados com prazo preestabelecido, perdeu o vínculo com a Rede depois do término do Projeto. Após a entrega do relatório final para o PNUD, em janeiro de 2011, os coordenadores deixaram de fomentar as relações com a Rede. Paralelamente, o financiamento das ações também cessou. As interações prévias à realização do I Fórum de Educomunicação Socioambiental no DF, no 2º trimestre, foram intensas e mobilizaram a comunidade mais ampla das quatro cidades. Porém, a diminuição das intervenções dos articuladores e dos coordenadores em cada cidade acarretou a diminuição das postagens e o fim das interações. Apenas alguns articuladores são moradores das cidades e seguem suas atividades fora do âmbito do Projeto, mas o grupo de coordenação como um todo não atua mais com os atores mobilizados.

Para Martinho (2002), por ser fruto da vontade coletiva, sem participação, a rede deixa de existir. Para Whitaker (1993), numa organização em rede só pode haver participação livre e consciente de seus membros e se não existir esse tipo de participação, a rede tende a se desfazer. Uma vez definida a rede como a interação entre seus nós, pode-se afirmar que a Rede Cerrado em Pauta, enquanto rede, não funciona mais. A Rede segue ativa enquanto possível espaço de informação e de mobilização, mas depois que os coordenadores perderam seu status e sua missão para atuar como tal, as interações diminuíram a discussão se esvaziou completamente. Do ponto de vista comunicacional, portanto, tem-se hoje um espaço com comunicação unilateral, sem interação.

O fato de a sustentabilidade da Rede ter ficado comprometida no mesmo período em que o financiamento das ações e as atividades da coordenação acabaram indica uma vulnerabilidade com relação aos fomentadores externos. Também demonstra a falta de robustez da Rede o que é medida em termos de sua capacidade de adaptação, ou seja, capacidade de manter sua dinâmica de rede social ao longo do tempo, independente de fatores externos ou internos (MERTENS ET AL, 2008). Ao mesmo tempo, fica confirmado que as ações tuteladas podem dar um pontapé na mobilização social e na promoção da participação social, mas não são suficientes para gerar mudanças em longo prazo (DEMO, 1993). A continuidade desse tipo de intervenção é essencial, já que para que um projeto com estas características possa realizar uma produção mais efetiva quanto à formação ambiental, social, cultural e

política, é necessário mais tempo de convívio e articulação das demandas de cada cidade.

Agir em teia permitiu criar oportunidades de os atores sociais mobilizados pelo Projeto Cerrado em Pauta conhecerem tanto as iniciativas realizadas nas suas cidades, como nos outros locais. As visitas e contatos diretos com a história e prática desenvolvida por cada grupo foi essencial para fazer com que cada um se sentisse colaborador direto do processo. Com esta interação permitiu-se ampliar sua visão ecológica sobre o DF e o Cerrado. No entanto, atuar em rede foi um desafio devido às distâncias entre as cidades e à desarticulação entre as entidades que atuam nas questões socioambientais. Para a organização dos grupos, o maior desafio foi promover as formas de contato, pois para manter os grupos unidos e focados foram necessários estímulos constantes. Por um lado, a possibilidade de interagir por meio da Internet ofereceu uma aproximação entre os atores. No entanto, foi verificada a falta de costume em participar de fóruns pela Internet, apesar do fácil acesso (CERRADO EM PAUTA, 2010c).

Com relação ao espaço inovador que atuar em rede social pode oferecer, a formação dos jovens e a autoformação dos multiplicadores em conceitos inovadores no âmbito da Educomunicação mostrou-se elemento motivador para fomentar espaços de diálogo abertos que se ampliaram para a discussão da gestão e das problemáticas socioambientais das cidades. Essas questões eram discutidas a partir dos problemas vivenciados e possibilidades de solução apresentadas tanto por multiplicadores quanto pelos jovens em processo de formação (CERRADO EM PAUTA, 2010b). No entanto, houve grande diversidade com relação à concepção sobre Educomunicação e percepção das problemáticas socioambientais locais.

Pode-se concluir que, no caso da Rede Cerrado em Pauta, atuar em rede social favoreceu a percepção sobre o papel e a diversidade das novas possibilidades expressivas na transformação social. Entretanto, a dificuldade para garantir a sustentabilidade da Rede confirma as conclusões do Capítulo 2 sobre o desafio de manter a continuidade da motivação dos atores sociais.

Foi confirmado também que atuar de forma solidária em meios virtuais que permitem a comunicação entre vários atores, não é sinônimo de atuar em padrão de rede social. Investigar as relações mais profundas entre os atores e suas motivações pessoais pode nortear a realização de futuras pesquisas teóricas e práticas no sentido de compreender os fatores que podem contribuir para o sucesso da atuação em redes sociais como espaços de participação social em questões socioambientais.

CONCLUSÃO

A participação social é eixo fundamental da gestão ambiental orientada pelos preceitos do Desenvolvimento Sustentável. Ela age por meio de mecanismos institucionais e culturais que gerenciam os conflitos emergentes das desigualdades sociais e ambientais. Ao mesmo tempo, carrega em si uma manifestação conflitiva, decorrente das diferenças entre os interesses dos atores sociais que limita a expressão de suas demandas socioambientais e impede seu engajamento continuado. Para ampliar a participação social na esfera pública têm sido fortalecidas novas configurações que ampliam escalas e arenas políticas, promovendo a convergência entre uma pluralidade de atores. As propostas dessas novas configurações são amplas e perpassam os âmbitos de convivência solidária e resgate das heranças culturais locais.

Esta dissertação analisou propostas de atuação social implementadas no sentido de endereçar as limitações da participação social no âmbito do Desenvolvimento Sustentável. Duas novas configurações do espaço público socioambiental foram estudadas enquanto instâncias onde a participação social tem sido promovida: a Educomunicação e a atuação em redes sociais. Estas duas perspectivas de atuação foram analisadas por meio da revisão conceitual de suas propostas e por meio do acompanhamento de sua implementação prática.

Para verificar as contribuições das práticas da Educomunicação para a promoção da participação social foram analisadas quatro intervenções educacionais realizadas no Brasil. De acordo com os casos analisados, a Educomunicação, e especificamente sua vertente Socioambiental, apresenta potencial para a ampliação do acesso às informações e aos canais de expressão, e para a criação de novos espaços de participação social. A Educomunicação pode contribuir com a promoção da participação social tanto no âmbito escolar como no contexto de coletivos socioculturais e pode promover a participação social desde a promoção da participação nos meios de comunicação até a mobilização para a participação social em espaços socioambientais mais amplos. No entanto, as análises revelaram dificuldades para as ações manterem as mudanças estruturais alcançadas e a motivação dos atores ao longo do tempo.

A dissertação também verificou as promessas da atuação em redes sociais com relação à promoção de espaços inovadores de participação social. Foi estudada uma

rede social virtual organizada em torno de intervenções educomunicativas no DF, a Rede Cerrado em Pauta. A horizontalidade da Rede foi avaliada a partir da análise da equidade da participação dos atores no envio de mensagens e na recepção de respostas. A sustentabilidade da Rede foi analisada por meio do acompanhamento das interações entre os atores ao longo de 21 meses. As análises revelaram padrões de participação e de interação centralizados entre os 102 atores da Rede. Também foi verificada a vulnerabilidade da Rede com relação às ações dos fomentadores externos. O estudo permitiu concluir que as redes sociais não se formam necessariamente como espaços reformadores de estruturas políticas preexistentes e a criação de espaços inovadores de participação social não é suficiente para se promover participação social continuada.

Ao longo da elaboração desta dissertação foi possível identificar diversas semelhanças entre os processos educomunicativos e a atuação em redes sociais. Em primeiro lugar, foi verificado que ambos apresentam alto potencial para aumentar a expressão das necessidades dos atores sociais, na medida em que possibilitam a criação de novos espaços de participação social mediados por meios de comunicação não massivos. As ferramentas comunicacionais utilizadas pela Educomunicação e pelas redes sociais, sejam elas comunitárias ou virtuais, tornam a participação na esfera social mais acessível e possibilitam maior capilaridade na discussão das problemáticas apresentadas. No entanto, os processos de comunicação analisados, principalmente aqueles que se realizam em ambientes *on-line*, apesar de oferecerem espaços inovadores no sentido de promover maior potencial de expressão dos atores, não formam necessariamente espaços de discussão com relações homogêneas de poder.

Em segundo lugar, a análise dos projetos revelou que diversos fatores afetam a motivação para a participação social da sociedade, entre eles incentivos financeiros e simbólicos. Portanto, para abarcar as múltiplas dimensões que as propostas de Desenvolvimento Sustentável pretendem solucionar, são necessárias ações de mobilização social que combinem diversas ferramentas de interação e linguagens e que possibilitem o diálogo permanente entre atores sociais de diversos contextos culturais. Mobilizar a população para a participação social de forma continuada requer a demonstração das formas pelas quais as questões socioambientais afetam a vida cotidiana, uma vez que a identificação cultural é elemento indissociável à motivação para a participação.

Em terceiro lugar, a partir das análises deste estudo, pode-se concluir que os espaços sociais organizados espontaneamente não necessariamente têm maiores índices de participação social apesar de, a princípio, oferecerem uma identificação genuína que poderia gerar maior legitimação perante a comunidade. Os espaços informais apresentam limitações semelhantes aos espaços criados pelas estruturas de poder central, relativas às relações desiguais de poder e aos desafios de manter a mobilização continuada dos atores.

Por fim, ao longo da realização desta dissertação foi verificado que mais do que promover a participação social, os processos de Educomunicação e a atuação em redes sociais *dependem* da participação social. Esta é um ato de cidadania e a complexidade da questão socioambiental que o Desenvolvimento Sustentável levanta reforça sua dimensão cívica, já que o envolvimento nas questões ambientais é uma forma de praticar a cidadania. No entanto, a participação social se mostrou condição essencial para os processos analisados e não somente um resultado deles, pois sem a participação efetiva da população em questões socioambientais, as propostas não se concretizam por mais que ofereçam alternativas interessantes e promissoras em termos de espaços inovadores e ampliação das possibilidades de expressão. Portanto, pode-se concluir que, dentro do contexto do Desenvolvimento Sustentável, a participação social é tanto um meio como um fim, e ela deve ser promovida de forma continuada, uma vez que sua concretização é condição para que os mecanismos de gestão e de comunicação no contexto do Desenvolvimento Sustentável sejam efetivados com sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHARYA, R. et al, Participation in civil society and political life among young people in Maharashtra: findings from the youth in India - situation and needs study. **Journal of Adolescence** n.33, p. 553-561, 2010.

ADGER, W. Social Capital, Collective Action, and Adaptation to Climate Change. **Economic Geography**. p. 387-404. oct., 2003.

ADGER, W. ET AL. Social-ecological resilience to coastal disasters. **Science**. v. 309. p. 1036-1039. ago. 2005.

ADGER, W. ET AL. Are there social limits to adaptation to climate change? **Climatic Change**. p.335-354. 2009.

AGARWAL, B. Participatory exclusions, community forestry, and gender: an analysis of South Asia and a conceptual framework. **World Development**, v. 29. n. 10. p. 1623-1648, 2001.

ALMEIDA, A. F. **Ismar de Oliveira Soares, mediador educacional**. Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 14 n.14, p. 67-78 jan/dez. 2010.

AMARAL, V. REBEA: processos e desafios da horizontalização. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 3, p. 15-33. jun. 2008.

ANDERSSON, K. & OSTROM, E. Analyzing decentralized resource regimes from a polycentric perspective. **Policy Science**. v. 41. p. 71-73, 2008.

ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Org.) **Da árvore a floresta: a história da Rede ANDI Brasil: como uma articulação de comunicadores de todo o país está ajudando a colocar a criança e o adolescente no foco da mídia**. Brasília: ANDI, 2005.

ANDRADE, Camila Santos. **Educomunicação: novo paradigma de educação na Sociedade em Rede e a Constituição** Dissertação de mestrado em Direito, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

ANDREWS, C. & VRIES, M. High expectations, varying outcomes: decentralization and participation in Brazil, Japan, Russia and Sweden **International Review of Administrative Sciences**, n. 73, 2007.

ARANGO, L. **Prensa Escuela, herramienta para la formación ciudadana**. Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/26.pdf>

ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **JAIP**, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969.

AYRES, B. Os centros voluntários brasileiros vistos como uma rede organizacional baseada no fluxo da informação. **Revista de Ciência da Informação**. v.2. n.1. fev 2001.

BANDERIA, P. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. Texto para discussão. **IPEA**, Brasília, 1999.

BARABÁSI, A. **Linked. How Everything is Connected to Everything Else and What it Means for Business, Science, and Everyday Life**. New York: Plume, 2003.

BARABASI, A. & BONABEAU, E. Scale-free networks. **Scientific American**. May 2003.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.21. p. 83-108, 2003.

BEBBINGTON, A. et. al. The search for empowerment – social capital as idea and practice at the World Bank. **World Bank**, 2006.

BIGGS, S. Resource-poor farmer participation in research: a synthesis of experiences from nine National Agricultural Research Systems. In: **OFCOR Comparative Study Paper No. 3**. The Hague, Netherlands: International Service for National Agricultural Research, pp 3–37, 1989.

BLAIR, H. Participation and Accountability at the Periphery: Democratic Local Governance in Six Countries. **World Development** v. 28, n.1. p. 21-39, 2000.

BODIN, O. & CRONA, B. The role of social networks in natural resource governance: What relational patterns make a difference? **Global Environmental Change**, n.19, p. 366-374, 2009.

BORGATTI, Stephen P.; EVERETT, Martin G; FREEMAN, L.C. **UCInet 6 for Windows**: Software for social network analysis. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S. P., EVERETT, M. G., “The Centrality of Groups and Classes”, **Journal of Mathematical Sociology**, v.23, pp. 181-201, 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Educomunicação Socioambiental**. Série Documentos Técnicos 2. Brasília: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2005. Disponível em: http://www.daep.com.br/coletivos/adm/download/dt_2_programa_educomunicacao_socioambiental_4a_versao_maio_final.pdf

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. **Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação**. Organização: Francisco de Assis Moraes da Costa. Brasília: MMA, 2008.

BREUER, D. Community Participation in Local Health and Sustainable development: approaches and techniques. **European Sustainable Development and Health Series**: World Health Organization, 2002.

BRUNDTLAND G. H. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future** 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>

BUDO ET AL. Redes sociais e participação em uma comunidade referenciada a uma unidade de Saúde da Família. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. Porto Alegre, RS, p. 753-760. dez. 2010.

BUENO, N. & FIALHO, F. Race, resources and political participation in a Brazilian City. **Latin American Research Review**, v. 44, 2009.

BUTLER, U. M. & PRINCESWAL M. Cultures of participation: young people's engagement in the public sphere in Brazil. **Community Development Journal** v.45. n 3. P.335-345. jul. 2010.

CACHEADO, E. M. M. **A Educomunicação como estratégia de promoção dos direitos de crianças e adolescentes no Amazonas** Manaus, UFAM, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2007.

CARVALHO, I. C. M **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, Cortez, 2004.

CASH, D. ET AL. Scale and cross-scale dynamics: governance and information in a multilevel world. **Ecology and Society**. n. 11, 2006.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

CAVALCANTI, C. (org) **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministerio de Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994.

CERRADO EM PAUTA (a). **Produto 1-** Mapeamento sobre as formas comunicativas no campo socioambiental em 4 regiões do Distrito Federal: Gama, Ceilândia, Planaltina e Brazlândia. Documento Interno, 2010.

CERRADO EM PAUTA (b). **Produto 2-** Projeto Político Pedagógico em Educomunicação Socioambiental para as regiões de Gama, Ceilândia, Planaltina e Brazlândia. Documento Interno, 2010.

CERRADO EM PAUTA (c). **Produtos 4 e 5-** Relatório final sobre a formação de jovens, professores e disseminação de peças educacionais socioambientais em cidades do Distrito Federal. Documento Interno, 2010.

CHAMBERS, R. **Rural development – Putting the last first**. Pearson, Prentice Hall, England, 1983.

CHECKOWAY, B. What is youth participation? **Children and Youth Services Review**, 33, 340-345, 2011.

CIMADEVILLA, G. Agenda ambiental y rutinas noticiosas. In: **Comunicação e Espaço Público**. Publicação do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Comunicação. Ano VI. n.1 e 2. Brasília, 2003.

CLEAVER, F. Institutions, Agency and the Limitations of Participatory Approaches to Development in: COOKE, B. & KOTHARI, U. **Participation, The New Tirany**. Zed Books, USA, 2001.

COOKE, B. & KOTHARI, U. **Participation, The New Tirany**. Zed Books, USA, 2001.

COOKE, B. The social psychological limits of participation? In: COOKE, B.& KOTHARI, U. **Participation, The New Tirany**. Zed Books, USA, 2001.

COSTA, R. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidade pessoais, inteligência coletiva. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação.**, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005.

CPDS – COMISSAO DE POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21 brasileira**: bases para discussão. Brasília, DF: MMA: PNUD, 2000.

DALLARI, D. **O que é participação política**. São Paulo, Brasiliense, 1999.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo, Cortez, 1993.

EGLER, T. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. **Sociologias**. n.23. Porto Alegre, jan/abr 2010.

EMBRAPA. **Interações ambientais no Cerrado**: microbacia piloto de Morrinhos, Estado de Goiás, Brasil. Brasília: Embrapa-SPI; Rio de Janeiro, Embrapa-CNPS, 2008.

EUZENEIA, C. Contribuições da análise de redes sociais às teorias de movimentos sociais **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 19, n. 39, p. 153-166, jun. 2011

FEILITZEN, C. Media education, children's participation and democracy. In: **Children and Media Image, Education and Participation**. UNESCO/Göteborg University, 1999.

FERNANDEZ, et.al, A Educomunicação Colaborando nos Processos de Produção de Conhecimento das Comunidades e Chegando às Esferas Política-Pedagógica Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/315.pdf>

FERREIRA, L. M. **Do cassete-fórum à Internet: uma proposta educ comunicativa para a participação de crianças na mídia**. Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/244.pdf>

FONSECA, I, & BURSZTYN, M. Mercadores de moralidade: a retórica ambientalista e a prática do desenvolvimento sustentável. **Ambiente e Sociedade**, v.10 n.2. 169-186, 2010.

FRANCO, A. de. **Escola de Redes: tudo o que é sustentável tem o padrão de rede: sustentabilidade empresarial e responsabilidade corporativa no Século 21**. Curitiba: Arca – Sociedade do Conhecimento, 2008.

FREEMAN, L. C., "Centrality in Social Networks: Conceptual Clarification", **Social Networks**, v. 1, pp. 215-239, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREY, K.. A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, n. 9, dez. 2001.

FREY, K.. Desenvolvimento sustentável local na sociedade em rede: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 21, nov. 2003.

FURTADO & OLIVEIRA. **Rede Social de Interculturalidade em Países Lusófonos: Plataforma Biblon**. Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/67.pdf>

GAVENTA, J. Toward participatory governance: assessing the transformative possibilities In HICKEY, S. & MOHAN, G. **Participation: from tyranny to transformation?** Exploring new approaches to participation in development, New York, 2004.

GELVEZ, M.V. **Comunicación / Educación: Articulación en clave en procesos de formación y transformación social**. Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/383.pdf>

GUERRA, A. ET AL., As redes no espelho: conceitos e práticas de cultura de redes de educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental, Rede Brasileira de Educação Ambiental**, n. 3, p.79-89. Jun. 2008.

GOMES, W(a). Internet e participação política em sociedades democráticas. **FAMECOS**, Porto Alegre, n.27, 2005.

GOMES, W (b). A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Revista Fronteiras**, São Leopoldo, v. VIII. n.3 p. 214-222, 2005.

GOTTLIEB, L. **Cristianismo e marxismo no pensamento educacional de Ismar de Oliveira Soares**. In: Revista Digital PCLA, volume 3, abril-junho 2002, página <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista11/perfis%2011-1.htm>

GUSHIKEN, Y. Dialogismo: emergência do pensamento latino-americano em comunicação. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol. 3. n. 8. p. 73-91. nov, 2006.

HART, R. La participación de los niños: de La participación simbólica a La participacion autentica. In: COSTA, A.G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

HICKEY, S. & MOHAN, G. Towards participation as transformation: critical themes and challenges. In: HICKEY, S. & MOHAN, G. **Participation: from tyranny to transformation?** Exploring new approaches to participation in development, New York, 2004.

JUNIOR, A.P.B & SAMPAIO, J.J.C. Participação social em saúde em áreas rurais do Nordeste do Brasil. **Revista Panamericana de Salud**, v.23. n. p.403-409, 2008.

JUNIOR, R. Educomunicação e expressão comunicativa: a produção radiofônica de crianças e jovens no projeto educom.radio, Dissertação de mestrado em ciências da comunicação ECA/USP, São Paulo, 2007.

JACOBI, P. (a). Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação das práticas coletivas. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 34, n. 6, p. 131-158, 2000.

JACOBI, P (b). **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

JACOBI, P. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação em Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, aug. 2005.

JACOBI, P. et.al, A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 29, n. 77, abr. 2009.

KAPLÚN, M. Processos educativos e canais de comunicação. In: **Comunicação & Educação**, São Paulo, 141: 68 a 75, jan./abr. 1999.

KOSSINETS, G. & WATTS, D. Empirican analysis of an involving social network. **Science**, v. 311. p. 88-90, January, 2006

LAYRARGUES, P. P. **Educação Ambiental com Responsabilidade Social**. Artigo publicado em 2004, disponível em http://material.nerea-investiga.org/publicacoes/user_35/FICH_PT_41.pdf.

LIMA, I. & SILVA, N. Segmentação, esfera pública virtual e horizontalidade dialógica da comunicação na era das redes sociais. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 20. n. 3/4. p. 191-206, mar./abr. 2010.

LIN, N. **Social capital. Theory of Social Structure and Action**. Cambridge University Press, 2001.

LINDSTRÖM, M.. Ethnic differences in social participation and social capital in Malmö, Sweden: a population-based study. **Social Science & Medicine** n.60, p. 1527–1546, 2005.

LOPES, F. & BALDI, M. Redes como perspectiva de análise e como estrutura de governança: uma análise das diferentes contribuições. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.43. n. 5. p.1007-1035. set./out. 2009.

LOUREIRO, C. et al. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAMA/NEA/Rio de Janeiro, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo de Souza. **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**, Editoria Cortez, 2009.

LUGO-MORIN, D. Análisis de redes sociales en el mundo rural: guía inicial. **Revista de Estudios Sociales No. 38** Janeiro de 2011. Bogotá, Pp. 129-142.

MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Tessituras de uma rede: um bordado social. Tese de doutorado defendido em 2005.

MALHEIROS, et.al, Agenda 21 Nacional e indicadores de Desenvolvimento Sustentável: contexto brasileiro. **Revista Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MANCIE, E. A Revolução das Redes - A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual. **CEPAT - Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores**, Curitiba, PR, **Informa**, Ano 4, n. 46, p.10-19, dez. 1998.

MARTELETO, R. M. & SILVA, A.B.O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. CI, **INF. Brasília**, v.33. n.3. p.41-49, set/dez. 2004.

MARTIN-BARBERO, J. **Ensanchando territorios en Comunicación / Educación.** In: Comunicación – Educación: Coordenadas, abordajes y travesías. Santafé de Bogotá, Universidad Central. / DIUC, p. 101-113, 2000.

MARTINHO, C. Algumas palavras sobre rede. publicado Rede DLIS; 2002; Rede DLIS:
http://www.rededlis.org.br/textos_download.asp?action=lista&ordena=autor

MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão social nas políticas urbanas no Rio de Janeiro.** São Paulo, FAPESP; R Evan, 2002.

MARQUES, F. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, v.33, n.1, p.53-79, jan/jul. 2010.

MARTIRANI, L. A.. Comunicação, Educação e Sustentabilidade: o novo campo da Educação Socioambiental. Encontro dos Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, RN, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1697-2.pdf>

MARTIRANI, L.A. O blog como laboratório para a Educomunicação Socioambiental. UDESC Virtu@al Online. **Revista do Centro de Educação a Distância – CEAD/UDESC.** Vol. 2, N.º 1 2009. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/udescvirtual/article/viewFile/1929/1508>

MARQUES, F. Participação, instituições políticas e Internet: um exame dos canais participativos nos portais da Câmara e da Presidência do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação.** São Paulo, v.33, n.1, p.53-79, jan/jul. 2010.

MAZZARINO, J. **O Campo Jornalístico, a Formação da Opinião Pública e a Emergência do Capital Comunicacional Socioambiental.** Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/168.pdf>

MCPHERSON, M. ET AL. Birds of a feather: homophily in social networks. **Annual Review of Sociology.** v.27. p.415-444, 2001.

MEADOWCROFT J. Participación y estrategias para el desarrollo sostenible. **Revista Instituciones y Desarrollo** nº 14-15. Instituto Internacional de Governabilitat de Catalunya, 2003.

MERTENS, F. et. al. Network approach for analyzing and promoting equity in participatory ecohealth research. Publicado em: **Ecohealth.** n.2. p.113-126, 2005.

MERTENS, F. et al. Emergence and Robustness of a Community Discussion Network on Mercury Contamination and Health in the Brazilian Amazon **Health Education & Behavior,** v. 35 n.4. p. 509-521, aug. 2008.

MERTENS, Frédéric et al . Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazonica,** Manaus, v. 41, n. 4, 2011.

METZKER, G. F. R. *Educomunicação: novo campo e suas áreas de intervenção social* Trabalho apresentado no XIII Congresso de Ciências da Comunicação na

Região Sudeste. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação São Paulo – 07 a 10 de maio de 2008. <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/artigos-academicos/Educomunicacao.pdf>

MIRAFETAB, F. Invited and Invented Spaces of Participation: Neoliberal Citizenship and Feminists' Expanded Notion of Politics. **Wagadu** Volume 1, Spring 2004.

MIZRUCHI, S. Social network analysis: recent achievements and current controversies. **Acta Sociologica**, v. 37, n. 4, p. 329-343, 1994.

MMA, **Agenda 21 brasileira: ações prioritárias**. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MOURA, D. O debate público sobre o valor da floresta amazônica e a imprensa. Trabalho apresentado no III Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom (NP 9 – Comunicação Científica e Ambiental), XXVI. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, set. de 2003.

MUCHERONI, M.L. Horizontalidade, novas mídias, informação e comunicação. Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/278.pdf>

NEWMAN, L. & DALE, A. Network structure, diversity, and proactive resilience building: a response to Tompkins and Adger. **Ecology and Society**. v.10. 2006

NOBRE, M. & AMAZONAS, M. (orgs). **Desenvolvimento sustentável. A institucionalização de um conceito**. Brasília, Ed. Ibama, 2002.

NOVAES, W. (Coord.); RIBAS, O. NOVAES, P. da C. **Agenda 21 brasileira** Bases para discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

MUÑOZ, C.J.V. Participación ambiental – mecanismos establecidos por los estados español y colombiano para la defensa del medio ambiente y los recursos naturales. **Revista de Derecho**, Universidad del Norte, n. 20. p. 135-197, 2003.

O'FAIRCHEALLAIGH, C. Public participation and environmental impact assessment: Purposes, implications, and lessons for public policy making **Environmental Impact Assessment Review** n.30 p.19–27, 2010.

PERUZZO, C. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. **PCLA** – v. 4.n.1. out./nov./dez, 2002.

PERUZZO, C. Radio comunitária, educomunicação e desenvolvimento local. In: PAIVA, R. **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**, Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007.

PERUZZO, C. **O rádio educativo e a cibercultur@ nos processos de mobilização comunitária** Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/194.pdf>

PINTO, A. & JUNQUEIRA, L. Relações de poder em uma rede do terceiro setor: um estudo de caso. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 43. n.5. p.1091-1116. set/out. 2009.

PISAST, 2011. Dados disponíveis em: www.saude.gov.br/svs/pisast

PITA, C. ET AL. Stakeholders' participation in the fisheries management decision-making process: Fishers' perceptions of participation. **Marine Policy**, n.43 p. 1093-1102, 2010.

PNEA. MAPEAMENTOS, diagnósticos e intervenções participativos no socioambiente. Série **Documentos Técnicos – PNEA**: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, Brasília, 2007.

RECUERO, Raquel. Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: Uma proposta de estudo. **Ecompos**, Internet, v. 4, dez 2005.

REDE CEP, **Educomunicar**: Comunicação, Educação e Participação no desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, 2009.

REDCLIFT, M. Sustainable development and popular participation: a framework for analysis. In: GHAI, D.; VIVIAN, J.M., ed. **Grassroots-environmental action: people participation in sustainable development**. London: Routledge, p.23-77, 1995.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo, Cortez: 2007.

RIBEIRO, R. A dicotomia *autoridade x dialogia* nas práticas discursivas na escola: uma proposta de matriz analítica para os discursos educacionais. Trabalho apresentado no XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – DT Relações Públicas e Comunicação Organizacional, Recife, set. 2011

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.

SACHS, I. In: **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil**. Org, NASCIMENTO, E. e VIANNA, J. Rio de Janeiro, Garamond, 2007.

SANTOS, A. (org). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. IEB \ Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo, Peirópolis, 2005.

SARTORI, A. & MARTINI, R. *Inter-relações entre comunicação e educação: a Educomunicação nas práticas sociais e na educação a distância*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-2148-1.pdf>

SAYAGO, D. A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará. Tese de doutorado, Universidade de Brasília, 2000.

SAYAGO, D. Os conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v 3. n. 4. p. 9-21, Taubaté, São Paulo nov. 2007.

SAYAGO, D. **Participação: olhar para fora ou olhar para dentro?**. Ra Ximhai, v.4, n.3, p. 543-558, set./dez. 2008.

SCHAUN, A.. **Educomunicação: reflexões e princípios**. Rio de Janeiro, Mauad, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan.- abr, 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo, Hucitec, 1999.

SEBRAE/DF. A questão ambiental no Distrito Federal. Brasília, 2004.

SIQUEIRA, L. Política ambiental para quem? **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 11 n. 2, 2008.

SOARES, I. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, São Paulo, 19. Dezembro de 2000.

SOARES, et. al. O Projeto EDUCOM.TV: Formação On-Line de Professores numa Perspectiva Educomunicativa. **Revista digital de tecnologia e educação a distancia**. Vol. 1. N. 1 nov. 2004. Disponível em: <http://www.pucsp.br/tead/n1a/artigos2/artigo2.htm>

SOARES, I.O. Caminos de La educucomunicación: utopias, confrontaciones, reconocimientos **Nómodas**, Universidad Central, Bogotá, Colombia, n. 30, p. 194-207, abr. 2009.

SORRENTINO, et.al. Educação Ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.31 n.2 pg. 285-299. mai/ago 2005.

SOUZA, A., GUIMARÃES, M. Redes como ambiente educativo para a educação ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 3, p.113-120. jun. 2008.

TOMAÉL, M. I., MARTELETO, R. M. Redes sociais: posições dos atores no fluxo da informação. Enc. BiBli: R. Eletr. Bibliotecon. **Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., 1 sem., 2006.

TRAJBER, R. *Educomunicação para coletivos educadores*. In: JUNIOR, L. A. F. **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

VIANA, C. **“Minha Terra”: diversidade cultural e sustentabilidade em praticas educucomunicativas pela web**. Artigo publicado na CONFIBERCOM, 1º Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/78.pdf>

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2001

VILLALBA, U. “Desarrollo humano local y calidad participativa. Experiencias en Ecuador” em: LARRAÑAGA, M. & JUBETO, Y. **La cooperación y el desarrollo humano local – retos desde la equidad de gênero y la participación social**. Hegoa, País Basco, 2011.

VIVERO, JLS.. The paradox of public participation in fisheries governance: the rising number of actors and the devolution process. **Marine Policy** v. 32 n. 3. p.319–325, 2008.

VOLPI, M. & PALAZZO, L. (org). Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando mundo! – **Sistematização da experiência em Educomunicação**. UNICEF, Brasília, 2010.

WATTS, D. The new science of networks. **Annual Review of Sociology**. v. 30. p. 243-270, 2004.

WELLMAN, B. Network analysis: some basic principles. **Sociological Theory**. v 1. p.155-200, 1983.

WELLMAN, B.; BERKOWITZ, S. D. **Social structures: a network approach**. New York: Cambridge University Press, 1988.

WELLMAN, B. An electronic group is virtually a social network. In: KIESLER, S. **Culture of the Internet**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1997.

WENDHAUSEN A. & CAPONI, S. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 6. p.1621-1628 , nov-dez, 2002.

WERNECK, N.; TORO, B. Mobilização social: uma teoria para universalização da cidadania. In: MONTORO, T. (Org.). **Comunicação e mobilização social**. Brasília, Editora UnB, 1996.

WHITAKER, F. Rede: uma estrutura alternativa de organização. **Mutações Sociais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, mar./abr./mai. 1993.

XIMENES, T. Capital social, redes sociais e inovações produtivas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas. v.. XI. n. 2. p. 389-404. jul-dez, 2008.